



**Relatório e Contas
1º Semestre 2019**





TRANSPARÊNCIA

PERSEVERANÇA

MERITOCRACIA

INTEGRIDADE

ÍNDICE

Mensagem Conjunta do <i>Chairman</i> e do <i>CEO</i> ...	02
Principais Indicadores Financeiros.....	05
Produto	08
Experiência	28
Pessoas	38
Suporte	46
IT e Controlo Interno	60
Demonstrações Financeiras	74
Anexos	180

MENSAGEM CONJUNTA DO CHAIRMAN E DO CEO



Lin Yong | Chairman

Wu Min | CEO

Este é um momento único para fazer parte do Haitong Bank, agora que as nossas aspirações se tornaram uma realidade, fruto do empenho e talento das nossas equipas e do compromisso do nosso Acionista.

Quando iniciámos funções há quase dois anos, as prioridades para o Haitong Bank eram “pôr a casa em ordem”, implementar um novo modelo de negócio e recuperar a credibilidade do Banco junto dos seus parceiros e dos reguladores.

Os resultados do Haitong Bank no primeiro semestre de 2019 demonstram que continuamos a cumprir estes objetivos. Não só registámos lucros recorde sem quaisquer eventos extraordinários, como também nos podemos orgulhar de ter reconstruído uma organização assente em bases sólidas: um notável governo societário, melhores sistemas e controlos e uma cultura empresarial baseada nos princípios da Transparência, Meritocracia, Perseverança e Integridade. Estas conquistas são um legado positivo para o futuro e continuarão a moldar o Banco ao longo dos próximos anos.

No primeiro semestre do ano, o Produto Bancário atingiu 57 milhões de euros, o que representa um crescimento de 30% face ao mesmo período do ano anterior. Os Custos Operacionais mantiveram-se em cerca de 39 milhões de euros, mostrando que o Haitong Bank continua a otimizar os seus recursos e a melhorar o seu *cost-to-income*.

Nos primeiros seis meses de 2019, o Haitong Bank atingiu um lucro recorde de 11 milhões de euros. Além disso, continua a ser um dos bancos mais capitalizados no sistema bancário, tendo reforçado a sua posição de capital neste período. O rácio de Fundos Próprios Totais é atualmente de 30,1% e o rácio de Fundos Próprios Principais de Nível 1 de 24,3%. A solidez da nossa posição de capital e os elevados níveis de liquidez permitem-nos continuar otimistas quanto ao crescimento futuro do Banco.



O apoio do Grupo Haitong e o firme compromisso do Banco com os seus clientes domésticos na Europa e no Brasil são a base do sucesso da nossa estratégia.

A forma como combinamos a nossa forte ligação à China com a experiência das nossas equipas nos mercados domésticos do Banco é única e estabelece um marco de referência para outras instituições chinesas e multinacionais.

A recente autorização concedida pelo Banco de Portugal para a abertura de uma Sucursal em Macau representa um passo crucial para o futuro do Banco, através da expansão para uma região de elevado potencial. A chamada Great Bay Area, que inclui Macau, Hong Kong e a província chinesa continental de Guangdong (Cantão), é uma das regiões económicas mais dinâmicas do mundo. A Sucursal de Macau vai reforçar a natureza *cross-border* do negócio do Haitong Bank, ligando a China às regiões da Europa e do Brasil nas quais o Banco está presente.

O êxito da nossa estratégia prova que é possível a um Banco sediado em Lisboa e com presença na Europa e na América Latina ser competitivo e desenvolver um modelo de negócio de sucesso, num contexto desfavorável para o setor financeiro global. Com efeito, fomos capazes de antecipar a atual tendência generalizada no setor, ao forcarmo-nos nas atividades de Renda Fixa, *Lending*, Assessoria e *Broad Asset Management* – e reduzindo a nossa atividade nas áreas de Mercados e Securities.

Os bons resultados conseguidos até ao momento acarretam consigo uma enorme responsabilidade. É por isso que continuamos plenamente empenhados em manter este ímpeto positivo, numa busca constante de novas oportunidades de negócio.

UMA RECUPERAÇÃO BEM-SUCEDIDA

O Haitong Bank possui um modelo de negócio sustentável, que lhe permitiu captar novos negócios e receitas, tirando partido das suas principais vantagens competitivas: o acesso a um fluxo de negócios relacionados com a China e o desempenho dos seus principais *franchises* domésticos.

Produto Bancário

+30%

Crescimento homólogo

Produto Bancário por Colaborador

+36%

Crescimento homólogo

Resultado Operacional

€18M

Crescimento homólogo de 260%

Resultado Líquido

€11M

1S2019 vs Prejuízo 1S2018 (€-2M)

Qualidade dos Ativos

4,6%

Rácio NPL (excl. Irlanda)

Capital

24,3%

Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 (*phased-in*)

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

(milhões de euros)

	2019 junho	2018 dezembro	2018 junho reexpresso
Balanço			
Total de Ativo	2.946	2.895	3.263
Total de Passivo	2.327	2.279	2.642
Total de Capital Próprio	619	616	621
Resultados			
Produto Bancário	57	99	44
Custos Operacionais	-39	-78	-39
Resultado Operacional	18	21	5
Imparidades e Provisões	-1	-26	-23
Resultado Líquido	11	1	-2
Rentabilidade			
Rentabilidade dos capitais próprios médios ("ROE")	3,5%	0,2%	-0,7%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽¹⁾	5,5%	-0,9%	-4,8%
Rentabilidade do ativo líquido médio ("ROA")	0,7%	0,0%	-0,1%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	1,2%	-0,2%	-0,8%
Produto Bancário / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	4,1%	3,2%	2,9%
Eficiência			
Custos Operacionais / Produto Bancário ("Cost to Income ratio") ⁽¹⁾	67,8%	77,3%	88,4%
Custo com o Pessoal / Produto Bancário ⁽¹⁾	41,6%	44,2%	49,9%
Qualidade do Crédito			
Carteira de Crédito (bruta)	486	536	644
Reforço de Provisões para Crédito	0	19	19
Rácio de crédito não produtivo ("NPL ratio") ⁽²⁾	4,6%	8,2%	33,0%
Cobertura de crédito não produtivo ⁽³⁾	55,9%	35,1%	52,0%
Solvabilidade			
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 (<i>phased-in</i>)	24,3%	22,9%	22,1%
Rácio Fundos Próprios Totais (<i>phased-in</i>)	30,4%	28,9%	28,0%
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 (<i>fully-loaded</i>)	24,0%	22,6%	21,9%
Rácio Fundos Próprios Totais (<i>fully-loaded</i>)	30,1%	28,5%	27,7%
Alavancagem			
Rácio de Alavancagem (<i>phased-in</i>)	19,0%	18,6%	21,8%
Rácio de Alavancagem (<i>fully-loaded</i>)	18,8%	18,4%	21,6%
Posição de Liquidez			
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	152%	116%	153%
Rácio de Cobertura de Liquidez ("LCR")	402%	426%	1261%
Rácio de Transformação ⁽¹⁾	151%	187%	165%
Nº de Colaboradores	373	389	392

⁽¹⁾ Indicadores de referência do Banco de Portugal (Instruções 23/2011)⁽²⁾ Excluindo a carteira da Irlanda. Se incluída, este rácio seria de 20.7% no 1º semestre de 2019⁽³⁾ Excluindo a carteira da Irlanda. Se incluída, este rácio seria de 47.4% no 1º semestre de 2019

VETORES DE GESTÃO DO HAITONG BANK



PERFORMANCE COM INTEGRIDADE E MERITOCRACIA

Produto

A oferta de produtos do Haitong Bank visa dar resposta às necessidades dos Clientes Corporativos e Institucionais em soluções de Mercado de Capitais, Assessoria em Fusões e Aquisições, Renda Fixa e Financiamentos Estruturados.

Experiência

A experiência do Haitong Bank nos mercados da Europa e da América Latina e a sua ligação à China são uma importante vantagem competitiva e um fator de diferenciação.

Pessoas

O Haitong Bank considera que o capital humano é fundamental para o seu negócio. O Banco pretende desenvolver continuamente o talento dos seus colaboradores no seio de uma cultura meritocrática, focada no cliente e baseada em mecanismos de responsabilização e reconhecimento.

Suporte

A estrutura suporta o desempenho. A otimização da estrutura do negócio promove a eficiência e a responsabilização das diversas unidades do Haitong Bank.

IT & Controlo Interno

O Haitong Bank promove uma atitude inovadora sustentada pela melhoria da infraestrutura de IT, antecipando um mercado em mudança.

O Banco vai continuar a desenvolver controlos internos robustos e independentes, de forma a fortalecer a sua cultura de cumprimento e de total consciencialização regulamentar.

PRODUTO

A oferta de produtos do Haitong Bank pretende dar resposta às necessidades dos clientes Corporativos e Institucionais em soluções de Mercado de Capitais, Assessoria em Fusões e Aquisições, Renda Fixa, Financiamentos Estruturados e *Broad Asset Management*.



11	Mercado de Capitais
17	<i>Structured Finance</i>
19	Fusões e Aquisições
22	<i>FICC</i>
25	<i>Asset Management</i>
27	<i>Private Equity</i>

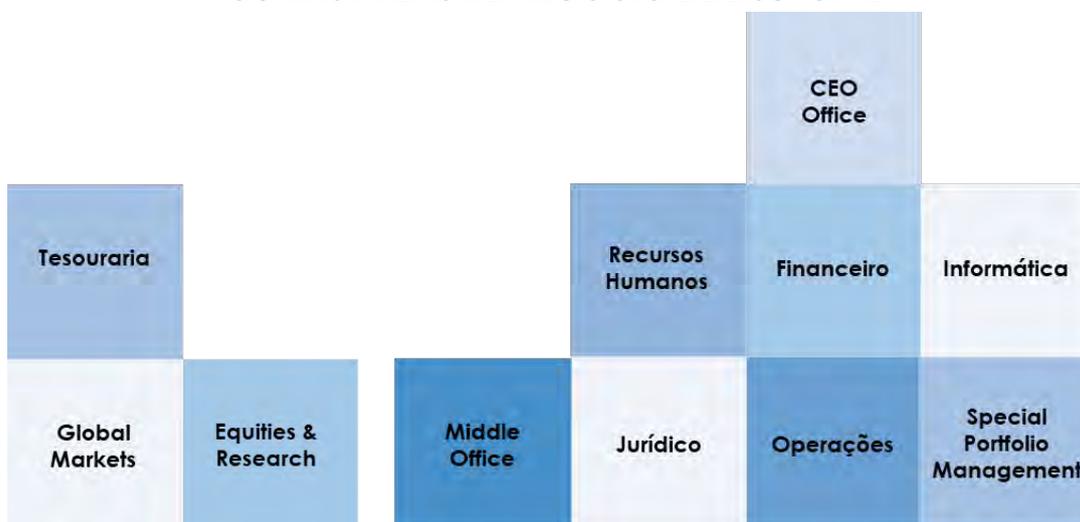
PRODUTO

A oferta de produtos e serviços do Haitong Bank combina as suas principais competências com o objetivo de servir os clientes Corporativos e Institucionais em transações *cross-border* relacionadas com a China, nos mercados domésticos da Europa e da América Latina.

PRINCIPAIS LINHAS DE PRODUTO PARA CLIENTES

Structured Finance <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> <i>Project Finance / Project Bonds</i> <input type="checkbox"/> <i>Acquisition Finance</i> <input type="checkbox"/> Crédito a empresas / Financiamentos Intercalares <input type="checkbox"/> Garantias 	DCM <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estruturação e tomada firme de Eurobonds <i>cross-border</i> <input type="checkbox"/> Emissão de obrigações locais <input type="checkbox"/> Instrumentos de dívida de curto prazo 	FICC <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> <i>Flow bond trading and Sales</i> <input type="checkbox"/> Soluções de cobertura para empresas
Assessoria em F&A <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Assessoria em compras e vendas de empresas <input type="checkbox"/> Assessoria na alienação de ativos <input type="checkbox"/> Avaliação de empresas 	Asset Management <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Gestão discricionária de carteiras <input type="checkbox"/> Fundo <i>Fixed Income Asia Bonds</i> <input type="checkbox"/> Novas iniciativas: <i>Green Bonds</i>; Estratégias Quantitativas 	Private Equity <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Fundo de Infraestruturas <input type="checkbox"/> Novos projetos de Fundos relacionados com a Ásia

OUTRAS ÁREAS DE NEGÓCIO E DE SUPORTE



MERCADO DE CAPITAIS

Oferta de Serviços

- Estruturação e tomada firme de Eurobonds *cross-border*
- Emissão de Obrigações Locais
- Instrumentos de dívida de curto prazo

Dados do 1ºS2019

58%

Peso no Produto Bancário Total

€32,8m

Valor do Produto Bancário

O MERCADO NO 1º SEMESTRE

Debt Capital Markets (DCM)

A atividade global de dívida ascendeu a 3,9 biliões de dólares no primeiro semestre de 2019, o que corresponde a um aumento de 2% face ao período homólogo do ano anterior e a primeira metade de ano mais forte para esta atividade desde 2017.

O volume global de emissões de dívida corporativa *high yield* atingiu 205 mil milhões de dólares, tendo aumentado 19% face ao primeiro semestre de 2019 e representando o melhor primeiro semestre neste tipo de emissões desde 2017. A China foi responsável por 16% do total de emissões a nível global, mais do que duplicando os níveis de 2018. As ofertas de dívida *high yield* de emitentes europeus registaram uma descida homóloga de 9%, representando 24% da atividade na primeira metade do ano, uma quebra significativa face aos 32% atingidos no primeiro semestre de 2018.

A dívida de emitentes corporativos dos mercados emergentes aumentou 4% face aos primeiros seis meses de 2018, cifrando-se em 159 mil milhões de dólares. Do volume total de dívida corporativa emitida nos mercados emergentes no primeiro semestre de 2019, 54% teve origem na Índia, Malásia, Tailândia e Brasil. A dívida emitida por empresas russas e mexicanas caiu 38% e 36%, respetivamente, em comparação com o primeiro semestre de 2018.

As emissões internacionais de obrigações ascenderam a 2,2 biliões de dólares no primeiro semestre de 2019, registando uma descida de 3% face ao mesmo período do ano anterior e correspondendo ao mínimo dos últimos seis anos. As emissões internacionais de emitentes da Alemanha, França e Reino Unido representaram 24% do total de emissões, em linha com o volume registado no primeiro semestre de 2018. As emissões internacionais de emitentes chineses registaram uma subida homóloga de 17%. As emissões de obrigações verdes (“green bonds”) totalizaram 85 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2019, um recorde histórico, correspondente a uma subida de 25% face ao primeiro semestre de 2018.

As ofertas de dívida asiáticas em moeda local aumentaram 32% face ao primeiro semestre de 2019, para 972 mil milhões de dólares, o melhor primeiro semestre desde 2016. As ofertas chinesas em Yuan mais do que duplicaram face ao primeiro semestre de 2018.

Equity Capital Markets (ECM)

A atividade global de *equity capital markets* ascendeu, no primeiro semestre de 2019, a 307 mil milhões de dólares, o que corresponde a um decréscimo homólogo de 25% e ao primeiro semestre mais fraco para esta atividade desde 2016. Na primeira metade do ano foram lançadas no mercado 2.106 ofertas de *equity*, uma descida de 23% face ao primeiro semestre de 2018.

Produto

Experiência

Pessoas

Suporte

IT e Controlo Interno

Demonstrações Financeiras

Anexos

No segundo trimestre de 2019, o volume de emissões de *equity* aumentou 39% face ao trimestre anterior, fazendo deste o período trimestral mais dinâmico para a atividade global de *ECM* dos últimos 12 meses. O volume total de emissões no mercado de *equity* manteve-se bastante concentrado. Os sectores Financeiro e Tecnologias mantiveram-se na liderança (18%), seguidos pelos sectores do Imobiliário (14%), da Saúde (10%) e da Indústria (9%).

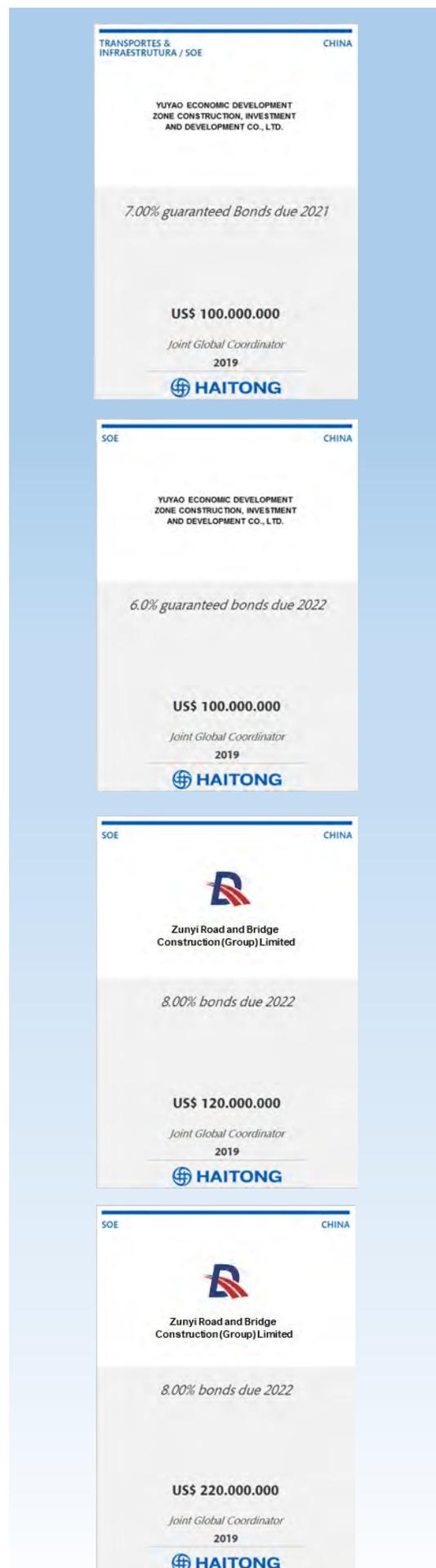
No que respeita à atividade global de ofertas públicas iniciais (*IPOs*), os primeiros seis meses de 2019 foram o pior primeiro semestre desde 2016, com o volume global a registar uma contração homóloga de 33%, para 67 mil milhões de dólares.

Com 61 novas empresas cotadas nas bolsas norte-americanas, as receitas de *IPOs* nos EUA totalizaram 31,6 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2019, tendo aumentado 3% face ao mesmo período do ano anterior.

A atividade de *IPOs* na Europa, Médio Oriente e África caiu 47% em comparação com o primeiro semestre de 2018, enquanto na região da Ásia-Pacífico (nomeadamente na Austrália) esta quebra atingiu 43%. No segundo trimestre de 2019, as receitas globais de *IPOs* mais do que triplicaram relativamente ao primeiro trimestre deste ano.

As ofertas de *equity* de emitentes da região da Ásia-Pacífico ascenderam a 105 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2019, registando uma descida de 21% face ao mesmo período do ano anterior.

As ofertas de emitentes sediados na China, que representaram 22% da atividade de *ECM* no primeiro semestre de 2019, registaram uma contração homóloga de 15%. As ofertas de *equity* do setor Financeiro aumentaram 7% relativamente ao primeiro semestre de 2018, representando 27% da atividade total na região da Ásia-Pacífico no primeiro semestre de 2019.



DESTAQUES DA ATIVIDADE

O Haitong Bank continuou a encaminhar emitentes Chineses para os mercados internacionais, através de colocações privadas e públicas. Das transações *cross-border* de dívida concluídas com sucesso pelo Haitong Bank ao longo do primeiro semestre de 2019, destacam-se as seguintes:

- Duas emissões de obrigações da Yuyao Economic Development Zone Construction Investment and Development Co., Ltd., garantidas pela Yuyao Shuncaí Investment Holding Co., Ltd., uma no montante de 100 milhões de dólares, com taxa de 7,00% e vencimento em 2021 e outra no montante de 100 milhões de dólares, taxa de 6,00% e vencimento em 2022;
- Emissão de obrigações da Zunyi Road and Bridge Construction (Group) Limited no montante de 120 milhões de dólares, com taxa de 8,00% e vencimento em 2022, seguida de uma emissão adicional no montante de 220 milhões de dólares;
- Emissão de obrigações garantidas de uma empresa do sector de metais e mineração: 200 milhões de dólares com taxa de 7,375% e vencimento em 2021, emitidas pela New Dian Group Pte. Ltd., com garantia incondicional e irrevogável da Kunming Iron & Steel Holding Co., Ltd.;
- Colocação privada de obrigações da Yongcheng Coal & Electricity Holding Group Co., Ltd. no montante de 70 milhões de euros, com taxa de 5,200% e vencimento em 2019;
- Emissão de obrigações da Guian New District Development And Investment Co., Ltd, no montante de 80 milhões de dólares, com taxa de 7,550% e vencimento em 2020; e
- Emissão de obrigações da Nuoxi Capital Ltd. (BVI), no montante de 150 milhões de euros, com taxa de 7,500% e vencimento em 2022, garantida incondicional e irrevogavelmente pela Peking University Founder Group.

The image displays four bond issuance certificates from Haitong Bank, arranged vertically. Each certificate includes the issuer's name, logo, bond details, and the bank's role.

- Certificate 1:** Issued by New Dian Group Pte. Ltd. (Guaranteed by K ISG 昆钢). Details: 7.375% guaranteed bonds due 2021, US\$ 200,000,000. Role: Joint Bookrunner 2019.
- Certificate 2:** Issued by HNEC (Yongcheng Coal & Electricity Holding Group Co., Ltd.). Details: 5.2% bonds due 2019, € 70,000,000. Role: Joint Global Coordinator 2019.
- Certificate 3:** Issued by AKT (Guian New District Development And Investment Co., Ltd.). Details: 7.55% bonds due 2020, US\$ 80,000,000. Role: Joint Lead Manager 2019.
- Certificate 4:** Issued by FOUNDER (方正集团). Details: 7.50% guaranteed bonds due 2022, US\$ 150,000,000. Role: Joint Lead Manager 2019.

Produto

Experiência

Pessoas

Suporte

IT e Controles
InternosDemonstrações
Financeiras

Anexos

Em Portugal, o Haitong Bank liderou duas transações no semestre: a Oferta Pública de Subscrição conjugada com Ofertas Públicas de Troca de Obrigações da Sport Lisboa e Benfica – Futebol, SAD (Benfica SAD) e a oferta pública inaugural de subscrição de obrigações da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (TAP).

Em maio, a Benfica SAD concluiu uma emissão de dupla tranche (oferta pública de obrigações e oferta pública de troca de obrigações), no montante de 40 milhões de euros. A procura total final atingiu 118,5 milhões de euros, tendo participado cerca de 4.973 investidores. As novas obrigações têm maturidade em maio de 2022 e vencem juros a uma taxa fixa de 3,75% ao ano, com pagamento semestral. Esta foi a nona emissão obrigacionista da Benfica SAD nos mercados de capitais, na qual o Banco participou como *Sole Global Coordinator*.

Em junho, a TAP estreou-se com uma emissão pública de obrigações no montante de 200 milhões de euros, um prazo de 4 anos e uma taxa de juro fixa anual de 4,375%, com pagamento semestral. Esta foi a maior emissão pública de obrigações corporativas em Portugal desde 2012. A operação registou uma forte procura por parte dos investidores, com o livro de ordens a apresentar uma estrutura granular e de elevada qualidade, angariando cerca de 162 milhões de euros de 6.057 investidores não profissionais. A forte apetência demonstrada pelos investidores permitiu aumentar significativamente o volume emitido, que atingiu 200 milhões de euros, tendo quadruplicado face ao volume mínimo inicial de 50 milhões de euros. A alocação final entre investidores não profissionais e investidores institucionais foi de 105 milhões de euros para o primeiro segmento e de 95 milhões de euros para o segundo. Tratou-se da primeira oferta pública de obrigações no mercado português de dívida em que existiram dois segmentos destinados a categorias específicas de investidores: investidores profissionais e clientes e colaboradores da TAP. O Banco participou nesta operação como *Sole Global Coordinator*.

Depois de um ano de 2018 muito difícil devido à turbulência nos mercados de capitais, a situação na Polónia tem vindo

gradualmente a melhorar. Os resgates dos fundos terminaram, verificando-se um aumento da procura por parte dos investidores institucionais. No entanto, é de realçar que os *spreads* aumentaram, que determinadas emissões obrigacionistas exigem mais garantias e que de uma forma geral o apetite pelo risco dos investidores é agora menor do que anteriormente a 2018.

Neste contexto desfavorável, o Haitong Bank liderou uma emissão de obrigações a 3 anos da Fasing S.A., uma empresa produtora de correntes para as indústrias de mineração, construção naval e energia.



Em Espanha e ao longo de 2019, o Haitong Bank tem vindo a reforçar a sua presença no mercado de capitais. Durante a primeira metade do ano, a equipa continuou o reposicionamento do negócio de DCM do Banco neste país, executando operações e consolidando o *pipeline*.

Os primeiros seis meses do ano foram um período muito intenso no que respeita a emissões por parte de grandes empresas, que aproveitaram o contexto de taxas de juro reduzidas, gerando uma acesa concorrência entre bancos pela liderança dessas emissões.

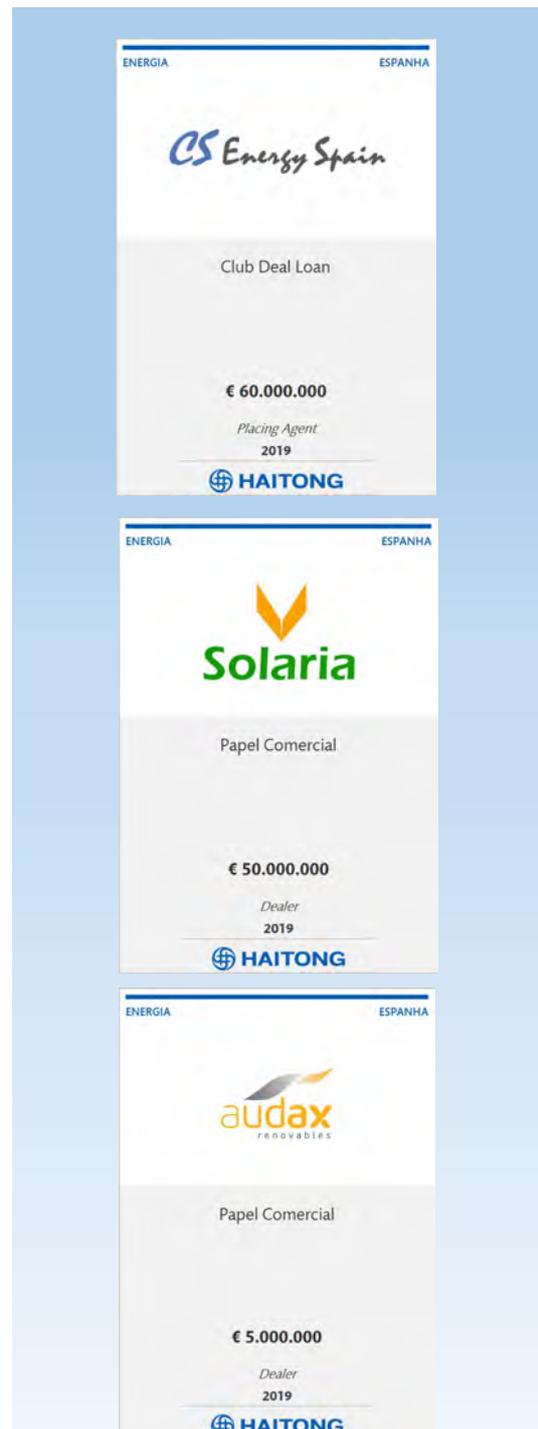
O Banco mantém a dinâmica na execução de operações de financiamento/refinanciamento de ativos individuais ou carteiras de ativos do setor das energias renováveis e também no financiamento de curto prazo de empresas. Em ambos os casos, foi possível concluir diversas transações com investidores institucionais.

De entre as operações concluídas pelo Banco em Espanha, destacam-se as seguintes:

- Financiamento, no montante de 60 milhões de euros, à CSE SUR, uma subsidiária da Clean Sustainable, que gere e explora uma carteira própria de centrais de biomassa, centrais de cogeração e centros de biomassa (155 MW). A CSE Sur acordou com dois investidores institucionais uma colocação privada no montante de 60 milhões de euros, com vencimento a 10 anos, garantida pela casa-mãe. Esta operação representou para a CSE uma nova fonte de financiamento e a sua primeira incursão nos mercados de capitais europeus. O Haitong assessorou a CSE na estruturação da operação e no estabelecimento de uma taxa fixa para o financiamento, evitando assim os riscos de execução e de taxa de juro;
- Programa de Papel Comercial, no montante de 50 milhões de euros, da Solaria Energía y Medio Ambiente, uma empresa do setor das energias renováveis, particularmente ativa no segmento da produção de energia solar fotovoltaica. O Haitong Bank foi um dos

três *dealers* do programa de Papel Comercial; e

- Papel Comercial, no montante de 5 milhões de euros, a um ano, da Audax Renovables, uma empresa independente dedicada à produção de eletricidade através de fontes 100% renováveis, assim como à venda de eletricidade e gás. O Haitong Bank atuou como *dealer* nesta colocação privada junto dos seus clientes institucionais.



No Brasil, o Haitong Bank enfrentou um ambiente extremamente competitivo nos mercados de renda fixa, observando-se uma redução no número de operações e uma concentração muito elevada entre os cinco maiores *players* (incluindo os principais bancos de retalho privados), que viram as suas comissões e rendimentos substancialmente reduzidos (sobretudo no caso de emittentes frequentes *high-grade*). Alguns bancos foram forçados a exercer o compromisso de tomada firme, já que na sua grande maioria os investidores institucionais independentes não se mostraram dispostos a aceitar taxas de juro tão baixas, sobretudo no contexto de descida das taxas pós-eleições presidenciais.

Consequentemente e durante o primeiro semestre, o Haitong Bank no Brasil redirecionou a sua estratégia, focando-se na originação de operações de DCM para empresas de 2º nível, cuja cobertura por parte dos grandes bancos locais é menor. Esta estratégia teve efeitos imediatos: o Banco obteve um mandato para atuar como *Sole Lead Bookrunner* na emissão de obrigações de infraestrutura da Lest (projeto de linha de transmissão), no montante de 27 milhões de reais e prazo de 14,5 anos, a concluir no 3º trimestre de 2019. Adicionalmente, a equipa tem em curso três mandatos de empresas de 2º nível, incluindo uma emissão de debêntures *plain vanilla*, e diversas operações de securitização através de colocação privada.



STRUCTURED FINANCE

Oferta de Serviços	Dados do 1ºS2019	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Project Finance / Project Bonds</i> • <i>Acquisition Finance</i> • Crédito a Empresas / Financiamentos Intercalares • Garantias 	<h1>15%</h1> <p>Peso no Produto Bancário Total</p>	<h1>€8,5m</h1> <p>Valor do Produto Bancário</p>

DESTAQUES DA ATIVIDADE

No primeiro semestre de 2019, a Direção de Structured Finance registou um produto bancário total de 8,5 milhões de euros e um rácio *cost to income* de 17%, terminando o período com um resultado operacional positivo superior a 7 milhões de euros.

Embora o foco se tenha mantido na atividade relacionada com a China, através de uma articulação eficaz entre as várias unidades do Grupo Haitong, foram igualmente originadas e desenvolvidas diversas oportunidades de negócio de *structured finance* em Portugal, Espanha, Reino Unido, Polónia e Brasil, que contribuíram para o crescimento do *pipeline*.

A atividade de *structured finance* na Europa foi particularmente intensa nos setores imobiliário e da energia - incluindo uma transação no montante de 35 milhões de libras no Reino Unido, a concluir no início do segundo semestre - bem como outras oportunidades de negócio transações relacionadas com a concessão de crédito e a emissão de garantias bancárias para clientes corporativos.

O setor das energias renováveis, no qual o Haitong Bank detém um longo e sólido historial a nível internacional, revelou potencial para o desenvolvimento de negócios futuros. Em Portugal, é aguardado o lançamento pelo Governo de um leilão para nova capacidade de energia solar; na Polónia, entrou recentemente em vigor um novo quadro regulamentar.

A Direção de Structured Finance manteve como uma das suas principais prioridades a gestão proactiva e criteriosa da carteira de

crédito existente e dos serviços de agenciamento, tanto do ponto de vista do risco como do retorno.

Nesta atividade, o Banco continua a posicionar-se como um provedor de soluções à medida das necessidades dos clientes, tanto na atividade de crédito como na prestação de serviços de assessoria.

De forma a manter um crescimento saudável do portefólio como fonte de receitas estáveis e recorrentes, esta área de negócio concentra a sua atuação na angariação de transações que promovam uma utilização eficiente do balanço, tendo em consideração as políticas de crédito e o nível de apetência pelo risco do Banco.

No Brasil, apesar das perspetivas para o crescimento económico serem agora menos otimistas do que no início de 2019, os mercados de crédito bancário e de dívida mostraram-se muito competitivos durante o primeiro semestre do ano, provavelmente devido à tomada de posse do novo Presidente e à expectativa de aprovação de reformas estruturais, nomeadamente do sistema de pensões.

No primeiro semestre de 2019 tiveram lugar diversos leilões no setor da energia, relacionados sobretudo com linhas de transmissão e nova capacidade de geração, assim como leilões para concessões de aeroportos, linhas férreas e terminais portuários.

Neste contexto, a atividade de *Structured Finance* desenvolveu-se de forma muito positiva, destacando-se a estruturação de um financiamento para a Kerui, no setor do *oil&gas* e a assinatura de um mandato de

assessoria para a estruturação de um financiamento de longo-prazo para a construção de uma central termoeétrica com capacidade de 286 MW.

As equipas de *Structured Finance* e de Mercado de Capitais continuaram a colaborar no sentido de desenvolver sinergias e originar mandatos para a estruturação de empréstimos intercalares, nos quais o financiamento é estruturado através de operações de mercado de capitais.

Paralelamente, o Banco continua a procurar oportunidades de negócio com investidores, sobretudo chineses e europeus, interessados em concluir operações de *structured finance* e em participar no setor das infraestruturas, nomeadamente nas áreas das linhas férreas, transmissão e geração de energia, saneamento, autoestradas, metropolitano e gestão de resíduos.



FUSÕES E AQUISIÇÕES

Oferta de Serviços	Dados do 1ºS2019	
<ul style="list-style-type: none"> Assessoria em compras e vendas de empresas Assessoria na alienação de ativos Avaliação de empresas 	<p style="text-align: center;">10%</p> <p style="text-align: center;">Peso no Produto Bancário Total</p>	<p style="text-align: center;">€5,6m</p> <p style="text-align: center;">Valor do Produto Bancário</p>

O MERCADO NO 1º SEMESTRE

Na primeira metade de 2019, a atividade global de Fusões e Aquisições (F&A) registou uma redução homóloga de 25% em termos do valor das transações concluídas, que se cifrou em 1,8 biliões de dólares, de acordo com dados da Bloomberg.

Na Europa, o mercado de F&A acompanhou a tendência global, com o valor das transações concluídas a decrescer 15% face ao primeiro semestre de 2018, para 459 mil milhões de dólares.

Em Portugal, o valor das transações atingiu 4,2 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2019, correspondente a 30 transações concluídas e a um aumento homólogo de 530%. Este desempenho atipicamente positivo ficou a dever-se a quatro grandes transações realizadas nos setores de Imobiliário, Construção e Serviços Financeiros.

Em Espanha, o valor das transações concluídas no primeiro semestre de 2019 decresceu 11,5%, um desempenho ligeiramente melhor do que o registado no mercado europeu. No entanto, a recente angariação de fundos por empresas locais de *private equity*, a manutenção do ambiente de taxas de juro reduzidas e o acesso facilitado ao financiamento deverão contribuir para a melhoria do mercado espanhol de F&A na segunda metade do ano.

O Reino Unido mantém-se como um destino importante de transações *cross-border* a nível global. No entanto, a incerteza em torno do desfecho do Brexit continua a condicionar a tomada de decisões, situação esta que deverá persistir até ao final do ano. É de salientar que num cenário de Brexit, acreditamos que algumas empresas irão ponderar recorrer a F&A para garantir as cadeias de fornecimento e ultrapassar barreiras regulamentares, comerciais e alfandegárias.

Na Polónia, o mercado de F&A mantém-se robusto, tendo sido concluídas 109 transações no primeiro semestre de 2019 (face a 98 em igual período do ano passado). Os setores de TMT, produtos de grande consumo e industrial foram os mais ativos. Em termos de dimensão, a maioria das transações concluídas pertencia ao segmento de média dimensão (até 250 milhões de euros).

No Brasil, a atividade de F&A registou no primeiro semestre de 2019 um crescimento homólogo de 10,8 mil milhões de dólares, ou 36%, atingindo um total de 40,5 mil milhões de dólares, de acordo com dados da Bloomberg. Note-se, no entanto, que este valor resultou de duas grandes transações, a fusão da Fibria e da Suzano (no setor da pasta e papel, no montante de 15 mil milhões de dólares) e a operação da TAG (sector de *oil&gas*, no montante de 9 mil milhões de dólares). Nos setores de materiais básicos e energia, o montante total de transações foi de, aproximadamente, 30 mil milhões de dólares.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Na Península Ibérica, durante o primeiro semestre de 2019, o Haitong Bank concluiu a prestação dos seguintes serviços:

- Assessoria financeira à UBS Global Asset Management na aquisição da EnergyCo II S.A. e das suas subsidiárias Gascan S.A. e Newstead – Gestão Imobiliária S.A. (“Grupo EnergyCo”). O Grupo EnergyCo é líder de mercado em Portugal na distribuição e venda de GPL, fornecendo mais de 65.000 clientes. Esta transação envolveu as equipas do Haitong Bank em Portugal e em Espanha;
- Assessoria financeira à Nutre SGPS, S.A. na venda de 100% da Nutre Indústrias Alimentares, S.A. (“Nutre Foods”). A Nutre Foods dedica-se ao desenvolvimento, produção e distribuição de bebidas e produtos inovadores à base de vegetais.

Em Espanha, o Haitong Bank também prestou assessoria financeira a duas grandes empresas espanholas cotadas em Bolsa, na venda de uma empresa de engenharia, devendo esta transação ser assinada e concluída no decurso de 2019.

No Brasil, o Banco prestou assessoria financeira à Jiangsu Communication Clean Energy Technology Co. Ltd. – CCETC na aquisição de participações na Pecém Energia S.A. e na Energética Camaçari Muricy II S.A..

Durante o período em análise, a equipa no Brasil direcionou os seus esforços para a originação de transações, tendo obtido cinco novos mandatos nos setores de energia, saúde, tecnologia e serviços públicos. Adicionalmente, a equipa procurou diversificar os seus projetos, tendo conseguido fazer progressos noutros países da América Latina, especialmente no Chile.

Além dos setores acima referidos, a equipa do Brasil acredita que os setores de *oil&gas*, alimentação e industrial poderão proporcionar oportunidades interessantes para a atividade de F&A *cross-border* nos próximos meses, atraindo o interesse de investidores internacionais, nomeadamente da China, da Europa, da Índia e dos EUA.



No Reino Unido, o Haitong Bank prestou assessoria financeira a empresas do setor dos serviços profissionais e do setor financeiro. Em termos de mandatos *cross-border*, destacam-se a assessoria na alienação de uma empresa de gestão de ativos do Reino Unido a uma instituição chinesa, e a obtenção de capital para um cliente, que se encontra em fase avançada de negociações com duas instituições de crédito.

Encontram-se em fase inicial diversos mandatos para angariação de fundos para empresas no Reino Unido, não se esperando que venham a ser afetados pelo processo em curso do Brexit. A equipa continua a apoiar outras geografias em vários mandatos e oportunidades, incluindo na China, em Hong Kong e em Portugal. Adicionalmente, a parceria com a Noble & Co. na Escócia tem alcançado bons resultados. Estão em curso dois importantes mandatos de angariação de fundos e a prestação de assessoria financeira a um banco privado e a um fundo de habitação económica.

Na Polónia, o Haitong Bank prestou serviços de assessoria financeira aos acionistas do Grupo Permedia (um dos maiores produtores de *masterbatch* da Polónia) na sua venda ao Grupo Lerg, um destacado grupo polaco de produtos químicos.



Produto

Experiência

Pessoas

Suporte

IT e Controlo Interno

Demonstrações Financeiras

Anexos



Oferta de Serviços

- *Flow Bond Trading and Sales*
- Soluções de cobertura para empresas

Dados do 1ºS2019

7%

Peso no Produto Bancário Total

€3,9m

Valor do Produto Bancário

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Flow Trading

No primeiro semestre de 2019, a atividade de *market making* permaneceu focada na expansão do negócio de *flow*. Devido ao ambiente de volatilidade no mercado, a carteira de obrigações do Banco manteve-se reduzida. Os riscos políticos, sobretudo relacionados com as tensões comerciais entre os EUA e a China intensificaram-se neste período. A situação em Itália e a perspectiva cada vez mais provável de um Brexit sem acordo, aliadas à política de taxas de juro negativas do BCE, contribuíram para uma forte dinamização do mercado obrigacionista e, em consequência, para o aumento do volume de negócios com os clientes. O número de clientes que executam transações através da plataforma eletrónica do Banco tem vindo a crescer, mês após mês, contribuindo para o alargamento da sua base de clientes.

Vendas de Renda Fixa

Na Península Ibérica, a equipa procurou reforçar a sua plataforma de distribuição de produtos de FICC e banca de investimento, aumentando dessa forma o número de clientes ativos. Durante o primeiro semestre do ano, foi possível à equipa fornecer informação de mercado relevante e captar o interesse dos clientes, contribuindo assim para a dinamizar as áreas de Sindicação e DCM e para conseguir novas transações de mercado primário. As colocações privadas, sobretudo de dívida de curto prazo, registaram um crescimento, o que permitiu reforçar o relacionamento com os clientes corporativos do Banco. A emissão obrigacionista da TAP, em que a equipa de vendas desempenhou um importante papel

e obteve excelentes resultados, foi a mais significativa do período.

O mercado de Renda Fixa na Polónia e na Europa Central e de Leste mostrou-se muito dinâmico durante a primeira metade de 2019, impulsionado pelo forte interesse manifestado por investidores estrangeiros e locais em comprar dívida pública alemã. Os investidores locais mostraram-se mais interessados em comprar obrigações de taxa variável enquanto os investidores estrangeiros privilegiaram as obrigações de taxa fixa. Esta tendência deverá manter-se no segundo semestre, devido sobretudo à nova reforma do regime dos fundos de pensões. As primeiras entradas de fundos deverão ocorrer no quarto trimestre do ano.

O mercado de obrigações de empresas reabriu no segundo trimestre. A sucursal de Varsóvia do Haitong Bank colocou com sucesso a emissão de obrigações a 3 anos da Fasing S.A. no mercado local. No que respeita à área de Distribuição, a equipa está empenhada no desenvolvimento de uma nova abordagem, na qual as empresas de segunda linha irão desempenhar um importante papel.

O mercado de capitais brasileiro sofreu grandes mudanças nos últimos dois anos. Durante este período, a principal fonte de financiamento passou dos bancos para o mercado de capitais, onde os investidores institucionais são os principais *players*. Neste processo, o desenvolvimento de plataformas digitais de retalho foi crucial para alargar o acesso a clientes de menor dimensão, possibilitando o aparecimento de novas e sofisticadas empresas de gestão de portefólios.

Numa primeira fase, as empresas de primeira linha eram as principais emissoras neste setor, beneficiando do ambiente económico local favorável. No entanto, a enorme descida das taxas de juro tem levado o setor de investimento a exigir produtos de maior valor acrescentado. Neste contexto, antevemos uma oportunidade para transações de dimensão média com empresas de segunda linha que se enquadram melhor no posicionamento estratégico do Banco. Este segmento é mais exigente em termos de estruturação e vendas, requerendo uma abordagem mais personalizada, mas as margens são mais elevadas.

No entanto, isto não significa o abandono de transações de maior dimensão, onde as comissões são mais baixas. Neste segmento, a estratégia passa pela cooperação com outros bancos.

Corporate Solutions

No primeiro trimestre de 2019, a área de *Corporate Solutions* na Península Ibérica desenvolveu um plano estratégico destinado a conseguir uma melhor adequação ao perfil de risco pretendido pelo Banco e à oferta existente no mercado português. A metodologia de aprovação de linhas de crédito foi revista, tendo sido desenvolvidos modelos que asseguram um melhor controlo da exposição em derivados. No segundo trimestre, a equipa conseguiu efetivamente recuperar o tempo que tinha dedicado à revisão de linhas de crédito, atingindo resultados 28% superiores aos seus objetivos para o final do período.

A atividade concentrou-se maioritariamente em derivados cambiais de curto prazo e em *commodities* de energia. No que respeita às taxas de juro, verificou-se um ligeiro crescimento da atividade face ao primeiro semestre de 2018, embora os volumes tenham permanecido baixos devido às fracas expectativas de uma subida das taxas de juro de médio prazo. A equipa mostrou-se muito proactiva na captação de novos clientes no mercado português, reforçando o portefólio com clientes de renome e elevada qualidade de crédito. Os resultados

positivos obtidos refletem a procura constante de novas oportunidades e a melhoria da oferta com serviços de valor acrescentado.

Foram igualmente desenvolvidas novas ferramentas de reporte de novos clientes, devendo a nova plataforma cambial entrar em funcionamento no início do último trimestre do ano.

O ambiente de negócios no Brasil tem vindo a sofrer diversas alterações, e as taxas de juro encontram-se ao nível mais baixo alguma vez registado. Paralelamente, registou-se uma redução da procura por soluções de cobertura cambial, resultante da baixa volatilidade e da menor procura por parte de grandes empresas, as quais transferiram parte das suas fontes de financiamento de longo prazo de Eurobonds para os mercados de capitais locais. Neste contexto, o desenvolvimento de novas soluções para os clientes revelou-se crucial.

A equipa levou a cabo um esforço comercial significativo visando, em particular, as empresas exportadoras, com o objetivo de repor a carteira de derivados no nível verificado no passado recente.

Sindicação

Em termos de transações de mercado primário na Península Ibérica e na China, durante a primeira metade de 2019 manteve-se a tendência de melhoria iniciada no segundo semestre de 2018. O Banco desenvolveu uma intensa atividade relacionada com novas emissões, quer na Península Ibérica quer na Ásia. A equipa de Sindicação participou ativamente em todos os *pitch* feitos pela área de DCM, fornecendo dados precisos sobre a leitura e preços de mercado. Adicionalmente, contribuiu para a execução de transações, nomeadamente através de marketing, organização de *roadshows*, definição de preço e alocação.

O Haitong Bank continuou a assegurar o acesso a um vasto leque de investidores, com particular incidência na Ibéria. A nova emissão de obrigações da TAP, realizada em junho, na qual o Banco atuou como *Sole Lead Manager*, deverá manter-se como uma operação de referência no futuro. Um livro de ordens duplo (para os segmentos de

retalho e institucional) e a elevada dimensão da operação (que atingiu 200 milhões de euros, sendo o volume-alvo inicial de 50 milhões de euros), bem como a tomada firme do Haitong Bank, são características que desejaríamos ver repetidas em futuras emissões por parte de empresas ibéricas.



ASSET MANAGEMENT

Oferta de Serviços

- Gestão Discricionária de Carteiras
- Fundo *Fixed Income Asia Bonds*
- Novas Iniciativas: *Green Bonds*; Estratégias Quantitativas

Dados do 1ºS2019

1%
Peso no Produto Bancário Total

€0,6m
Valor do Produto Bancário

O MERCADO NO 1º SEMESTRE

Os principais mercados acionistas tiveram um desempenho muito positivo no primeiro semestre do ano, revertendo a maioria das perdas registadas, não só em dezembro como na totalidade do ano de 2018. O singular *volte-face* na comunicação dos Bancos Centrais, que passou de uma postura restritiva para uma atitude mais branda, foi o principal catalisador da mudança no sentimento do mercado. Os principais motivos para a introdução de novos estímulos são agora evitar uma potencial recessão e fomentar as expectativas de inflação. Além disso, o otimismo quanto ao resultado das negociações sobre a imposição de tarifas entre os EUA e a China e o bom desempenho do mercado chinês, entre outros desenvolvimentos positivos, contribuíram também para estes progressos. Todos estes fatores mais do que compensaram as preocupações relativas à evolução das principais economias.

A expectativa de um novo pacote de estímulos por parte dos Bancos Centrais permitiu desempenhos positivos, tanto em ações (apesar de alguma divergência entre as categorias “momentum” e “value”), como em obrigações: na Europa, a rentabilidade das obrigações atingiu mínimos históricos, com a *yield* dos *bunds* a 10 anos a baixar para -30 pontos base. Nos EUA, a taxa das *treasuries* aproximou-se dos 2%.

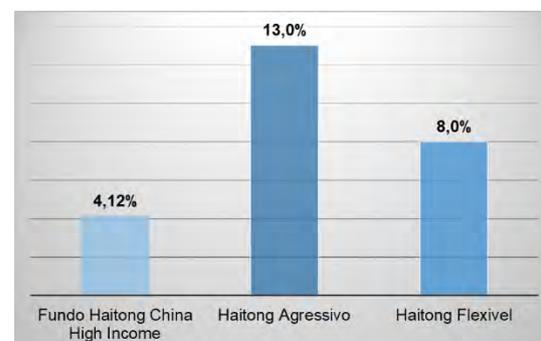
Relativamente às perspetivas para o próximo semestre, embora persista um elevado grau de incerteza em torno de questões políticas (como o Brexit e as guerras comerciais), o mês de julho iniciou-se com boas notícias a nível geopolítico na

sequência da reunião do G20, em que o Presidente Donald Trump e o Presidente Xi Jinping acordaram a retoma das negociações sobre a imposição de novas tarifas.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Neste contexto, as estratégias implementadas pela equipa de Asset Management geraram resultados positivos no primeiro semestre de 2019: os portefólios Haitong Flexível e Haitong Agressivo valorizaram, respetivamente, 8,0% e 13,0% no período, enquanto o Fundo Haitong China High Income, apenas disponível para investidores qualificados, registou uma apreciação de 4,12% em dólares, desde o início do ano. Os Ativos sob Gestão, registaram uma tendência positiva, transversal a todas as estratégias, com o aumentando 27,9% (incluindo as subscrições efetuadas no final de junho com data valor no início de julho), beneficiando não só do aumento das captações como também do desempenho positivo.

Performance das Estratégias



Fonte: Haitong Bank

No primeiro semestre de 2019, o número de colaboradores da equipa de Asset Management aumentou para 11, tendo estes profissionais uma média de 19 anos de experiência em atividades de investimento, cobrindo a maior parte das categorias de ativos. A equipa não só tem experiência em estruturação, como também em programação Quant, através da qual desenvolve produtos de investimentos próprios, prestando além disso suporte analítico a outras estratégias de gestão de ativos.

Durante o período, a equipa empenhou-se em promover as estratégias definidas e conceber novas estratégias adequadas aos clientes-alvo, não só através dos canais de distribuição tradicionais (*private banking* e redes de retalho), como também dirigidas aos *family offices* e aos clientes institucionais, como clientes finais. O seu principal objetivo é criar produtos exclusivos

e de elevado valor acrescentado, através da combinação das competências e da experiência de longa data da equipa com o profundo conhecimento local e do contexto do mercado asiático por parte do Acionista do Banco.

É igualmente de destacar o sucesso da parceria com a equipa de FICC de Xangai, que não só esteve na base do desempenho muito positivo do Fundo China High Income Bond, como também permitiu o desenvolvimento de novos projetos a implementar no segundo semestre, os quais se afiguram muito promissores para a atividade de Asset Management do Haitong Bank.



PRIVATE EQUITY

Oferta de Serviços

- Fundo de Infraestruturas
- Novos projetos de Fundos relacionados com a Ásia

Dados do 1ºS2019

5%

Peso no Produto Bancário Total

€2,7m

Valor do Produto Bancário

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Durante o primeiro semestre de 2019, a Haitong Capital continuou a desenvolver os trabalhos iniciados anteriormente com vista à implementação de um novo veículo de investimento, focado no sector de infraestruturas.

Tendo em consideração a maturidade dos atuais fundos sob gestão - ES Iberia I Fund (fase de liquidação), Haitong Infrastructure Fund (fase de liquidação) e FCR – PME /Novo Banco (com maturidade prevista para 2020), as atividades de originação de fluxo de negócios não foram maximizadas. Foi concluído um investimento de *follow on*, no montante agregado de aproximadamente 0,9 milhões de euros. Foram igualmente realizados investimentos em fundos geridos por terceiros, no total de cerca de 2,1 milhões de euros.

Foi ainda registado um montante de 3,2 milhões de euros relativo a distribuições provenientes de fundos geridos por terceiros, essencialmente do Fondo PPP Italia, um fundo italiano dedicado ao setor de infraestruturas.

A Haitong Capital mantém uma abordagem de gestão próxima das suas participadas, focada na criação de valor na carteira.

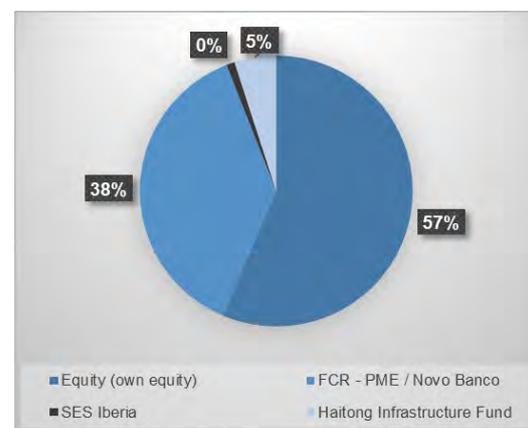
No final de junho, o valor conjunto das carteiras de investimento era de 37,4 milhões

de euros, montante que compara com 38,7 milhões de euros no período homólogo de 2018 (numa base equivalente).

No entanto, caso fossem incluídos os dividendos e os pagamentos de juros do mesmo conjunto de participações, o montante apurado teria sido de 38 milhões de euros.

No primeiro semestre de 2019, a atividade de Private Equity apresentou um lucro de 0,547 milhões de euros e o montante de capitais próprios atingiu 49,8 milhões de euros.

Repartição dos Fundos sob Gestão (junho 2019)



(*) considera os Fundos-espelho ES Iberia I e Siparex Iberia I

Fonte: Haitong Capital

EXPERIÊNCIA

A experiência do Haitong Bank nos mercados da Europa e da América Latina e a sua ligação à China são uma importante vantagem competitiva e um fator de diferenciação.



-
- 31 Mercado de Capitais
 - 32 *Structured Finance*
 - 33 Fusões e Aquisições
 - 34 *FICC*
 - 35 *Asset Management*
 - 36 *Private Equity*
 - 37 *Equities / Research*

EXPERIÊNCIA

O Haitong Bank reúne competências únicas

A Haitong Securities é o único Banco de investimento chinês de primeira linha com atividade bancária na Europa e na América Latina. A sua presença multinacional profundamente enraizada nos mercados locais aliada a uma forte relação com a China faz do Haitong Bank uma entidade com características únicas para apoiar as empresas chinesas que pretendam aceder aos mercados internacionais. Adicionalmente, o Banco mantém um firme compromisso de apoiar os seus clientes domésticos através das suas equipas de profissionais sediadas na Europa e no Brasil.

A sólida capitalização do Banco permite-lhe disponibilizar o seu balanço para suportar os negócios dos seus clientes.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO

<p>Structured Finance</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Especialista em financiamentos e infraestruturas, com um ângulo Chinês 	<p>DCM</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Uma referência nas transações <i>cross-border</i> com a China 	<p>FICC</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Capacidades de estruturação e distribuição ao serviço de Clientes empresariais - na oferta de soluções de cobertura - e de Clientes institucionais, na vertente de <i>fixed income flow trading sales</i>
<p>Assessoria em F&A</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ <i>Player</i> local com ângulo chinês 	<p>Asset Management</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Gestão discricionária de carteiras ❑ Gestão de investimento com especialização em renda fixa 	<p>Private Equity</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Gestão de portefólio de infraestruturas

MERCADO DE CAPITALIS

Uma referência nas transações *cross-border* com a China

VISÃO GLOBAL

A Direção de Mercado de Capitais abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e *equity*, que sejam direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios.

A área de *Debt Capital Markets* (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões *cross-border*, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, *project bonds* e programas de papel comercial.

A vertente de *Equity Capital Markets* (ECM) inclui privatizações, *IPOs*, aumentos de capital, *OPAs*, colocações privadas, *block trades* e saídas de Bolsa, bem como produtos *equity-linked*, como as obrigações convertíveis e derivados sobre ações para clientes corporativos.

ESTRATÉGIA

A área de Mercado de Capitais está sobretudo focada nas atividades de dívida, mantendo a atividade de *equity* nos mercados onde o Banco detém cobertura de *research*.

A estratégia da atividade de dívida baseia-se em dois pilares: (i) *franchise* histórico (emissões locais de obrigações na Ibéria,

Brasil e Polónia), tirando partido das capacidades locais de estruturação, distribuição e tomada firme; e (ii) negócio relacionado com a China, tirando partido da capacidade de originação do Grupo Haitong e das competências em estruturação e tomada firme do Haitong Bank

O Banco está igualmente bem posicionado para ser uma referência nas transações *cross-border* da Europa, Médio Oriente e África e América-Latina, beneficiando do acesso do Grupo a *pools* de liquidez na Ásia, incluindo as crescentes oportunidades nos mercados de *panda bonds* resultantes da abertura do mercado chinês a emittentes estrangeiros de instrumentos denominados em CNY.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

O Banco Central Europeu voltou a considerar o uso de instrumentos de estímulo, enquanto a Reserva Federal se prepara para baixar as taxas de juro como garantia contra uma possível recessão. Esperamos assistir a emissões de referência por parte de emittentes frequentes, tal como nos últimos anos. A boa aceitação por parte dos investidores de retalho de emissões sem *rating* de empresas bem conhecidas no mercado português deixa antever a realização de transações semelhantes no futuro próximo.

STRUCTURED FINANCE

Atividade de ângulo chinês, especializada em Financiamentos Estruturados e Infraestruturas

VISÃO GLOBAL

Com um âmbito geográfico global, vasto historial e larga experiência nas áreas de *Project Finance*, *Acquisition Finance* e Outros Créditos, a Direção de *Structured Finance* desenvolve soluções financeiras e oferece os seguintes serviços:

- Serviços de assessoria financeira – sobretudo relacionadas com a estruturação de projetos de Parceria Público-Privada (PPPs) e processos de licitação;
- Estruturação, organização e subscrição de operações de crédito – sobretudo focadas em transações relacionados com a China e transações de *acquisition finance* e *project finance* nos sectores de infraestruturas e energia;
- Estruturação de operações financeiras através de emissões de obrigações em regime de *project finance* (“*Project Bonds*”);
- Serviços de agenciamento – gestão da carteira de crédito e organização.

ESTRATÉGIA

A estratégia da área de *Structured Finance* do Haitong Bank assenta no potencial da originação de novos negócios relacionados com a China, bem como no posicionamento local do Banco e nas suas capacidades de execução na Europa e na América Latina.

Tirando partido da experiência do Haitong Bank na atividade de *project finance* e no sector de infraestruturas, a iniciativa “One Belt One Road” tem merecido particular atenção, através do acompanhamento e participação em oportunidades de negócio relevantes, em conjunto com o Grupo Haitong e outros investidores.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

Para o segundo semestre de 2019, é esperada a conclusão de diversas operações de *structured finance* atualmente em *pipeline*, tanto na Europa como no Brasil.

A Direção de *Structured Finance* pretende manter um robusto *pipeline* de operações, muito suportado na constante interação com o Grupo Haitong, o qual tem vindo a gerar um fluxo de oportunidades de negócio *cross-border* essencialmente relacionadas com aquisições e investimentos chineses na Europa.

As perspetivas positivas de negócio para a atividade de *Structured Finance* do Banco Haitong são igualmente suportadas pela recente revisão das políticas de crédito e do quadro de apetência pelo risco do Banco, que deverá contribuir para melhorar o posicionamento de mercado do negócio de *structured finance*, enquanto produto-chave no âmbito da oferta de serviços de investimento que o Banco disponibiliza aos seus clientes.



FUSÕES E AQUISIÇÕES

Player local com ângulo chinês

VISÃO GLOBAL

A Direção de Fusões e Aquisições presta serviços de assessoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas. Esta Direção presta igualmente serviços de avaliação, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

O Banco tem equipas locais em Portugal, Espanha, Polónia, Reino Unido e Brasil que executam transações domésticas e *cross-border*, na Europa e América Latina, relacionadas com a China.

ESTRATÉGIA

A área de negócios de Fusões e Aquisições assenta na estratégia de manutenção da atividade doméstica num nível sustentável e resiliente nas principais geografias onde tem

presença, beneficiando da forte rede de contactos local e do fluxo de transações recorrente. Adicionalmente, para além das transações puramente domésticas, o Haitong Bank tem vindo a explorar intensivamente o negócio de *cross-border* com a China, através da ligação com o Grupo Haitong, beneficiando do posicionamento único do Banco nos mercados ocidentais e do Oriente.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

As perspetivas para esta atividade no segundo semestre de 2019 afiguram-se muito promissoras em todas as regiões em que o Banco opera, devido ao sólido *pipeline* de operações existente.



FIXED INCOME, CURRENCIES AND COMMODITIES

Plataforma de desenvolvimento de produtos e de distribuição internacional com fortes competências locais

VISÃO GLOBAL

A Direção de *FICC* continua a ter um papel importante nos principais mercados do Haitong Bank (Ibéria, Polónia, Brasil e Reino Unido). Esta Direção funciona como uma “fábrica de produtos” e como uma plataforma de distribuição de produtos de dívida e derivado OTC, onde as fortes competências locais são utilizadas na plataforma internacional para captar os fluxos de negócios entre diferentes clientes e diferentes regiões.

A equipa de *FICC* cobre quatro áreas:

- *Flow Trading*
- Vendas de Renda Fixa
- *Corporate Solutions*
- Sindicação

ESTRATÉGIA

A área de negócios de *FICC* vai continuar a seguir as linhas estratégicas do Haitong Bank, orientando os seus esforços para a integração do ângulo chinês na atual oferta, visando tornar-se um *player* importante no que respeita a produtos chineses. O desenvolvimento de uma forte ligação com as equipas locais chinesas e a constituição de equipas dinâmicas locais deverá permitir gerar importantes sinergias e tornar-se um centro de execução de oportunidades de negócio *cross-border* de diferentes geografias.

No âmbito do novo reposicionamento estratégico, a equipa deverá distribuir emissões de obrigações *offshore* relacionadas com a China nos mercados europeus e transacionar esses instrumentos no mercado secundário.

O acesso a transações relacionadas com a China poderá ser também um catalisador de *cross-selling* para a área de *Corporate Solutions*, adicionando empresas chinesas à atual base de clientes.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

Esta área de negócio deverá continuar focada na cobertura de Clientes Institucionais e Corporativos como forma de consolidar a plataforma de distribuição do Banco e a implementação de atividades relacionadas com a China, capturando fluxos de negócio originados pela nossa presença internacional. Além disso, deverão ser levadas a cabo algumas iniciativas para desenvolver capacidades de infraestrutura, a fim de oferecer aos clientes um serviço eficiente e de qualidade, em linha com as tendências de mercado, tais como as alterações tecnológicas e de regulamentação.



ASSET MANAGEMENT

Capitalizando num longo e bem-sucedido historial

VISÃO GLOBAL

A Direção de *Asset Management* atua como um Gestor de Investimentos responsável por um leque diversificado de mandatos e carteiras de ativos, com o objetivo de maximizar o seu retorno absoluto, considerando o perfil de risco de cada cliente e os limites estabelecidos em cada mandato.

ESTRATÉGIA

A estratégia consiste em expandir significativamente esta atividade de negócios, procurando aumentar os Ativos sob Gestão nos produtos atuais, mas também através do lançamento de novos produtos.

Relativamente às linhas de negócio já existentes, o Banco vai continuar a focar-se na expansão da sua base de clientes.

O forte histórico de desempenho do Banco, registado de forma consistente nos últimos 17 anos, é uma importante vantagem competitiva para o crescimento dos Ativos sob Gestão.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

A expectativa é de que o conjunto de iniciativas tomadas, não só em termos de desenvolvimento de produtos como visando a expansão da atividade através de novos canais de distribuição, resulte num significativo aumento dos Ativos sob Gestão. A equipa continuará a maximizar as competências locais do Acionista do Banco para criar e desenvolver produtos diferenciados, mas sobretudo, continuará focada em proporcionar aos seus investidores o melhor retorno ajustado ao risco que seja possível.



PRIVATE EQUITY

Reforço no Mercado de Infraestruturas Pan-Europeu

VISÃO GLOBAL

A Haitong Capital gere uma carteira de participações em empresas do setor privado.

A empresa tira partido da sua experiência setorial e geográfica para apoiar empresas que pretendam expandir o seu negócio. O seu principal objetivo é proporcionar aos investidores um retorno absoluto sobre os seus investimentos.

Historicamente, esta área de negócio tem gerido uma combinação de *seed capital* com os fundos angariados junto de investidores externos.

Para além da carteira própria, a empresa gere três fundos de *private equity* dedicados aos segmentos de mercado de infraestruturas e de *buyout* /capital de desenvolvimento na Europa.

ESTRATÉGIA

A estratégia da Haitong Capital consiste no lançamento de:

- Um Fundo de Infraestruturas, tirando partido da sua forte experiência acumulada no setor de infraestruturas europeu, particularmente ibérico; e
- Um Fundo Sino-Europeu, que combine a sua experiência nos mercados da Europa e da China e que invista em setores que possam beneficiar das dinâmicas que marcam ambos os mercados.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

Na segunda metade de 2019, a Haitong Capital prevê manter as suas habituais atividades de gestão de carteiras e cumprir os mandatos de investimento que lhe foram atribuídos. Em paralelo, a sociedade irá prosseguir os esforços tendentes ao lançamento dos novos fundos direcionados para o segmento de infraestruturas.



EQUITIES / RESEARCH

Enfoque nos mercados ibérico e polaco

VISÃO GLOBAL

A Direção de Equities providencia um serviço de execução de ordens e de vendas a investidores europeus, focado nos mercados acionistas na Ibéria e na Polónia. Esta área de negócios é complementada com um serviço de *research* e um produto de elevada qualidade, em total conformidade com a MiFID II, que analisa ações com base na sua performance face ao sector e seleciona aquelas que apresentem fundamentais mais sólidos.

No contexto do atual quadro regulamentar da MiFID II e de acordo com as atuais tendências no setor, o sucesso do negócio de *equities* está fortemente dependente da existência de massa crítica em termos de cobertura multi-mercados, assim como da capacidade de distribuição junto de uma base alargada de investidores a nível global.

ESTRATÉGIA

De acordo com o alinhamento estratégico e operacional do Grupo Haitong, a atividade de *equities* fora da China continental está concentrada na Haitong International. Em resultado, o Haitong Bank e a Haitong International acordaram uma parceria estratégica de forma a simplificar a prestação de serviços de execução de ordens, de vendas e de *research* aos respetivos clientes (exceto no Reino Unido).

Esta parceria pretende aprofundar a capacidade de distribuição do Grupo, aumentar a sua relevância e criar uma solução para o acesso a investidores europeus num cenário pós-Brexit.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

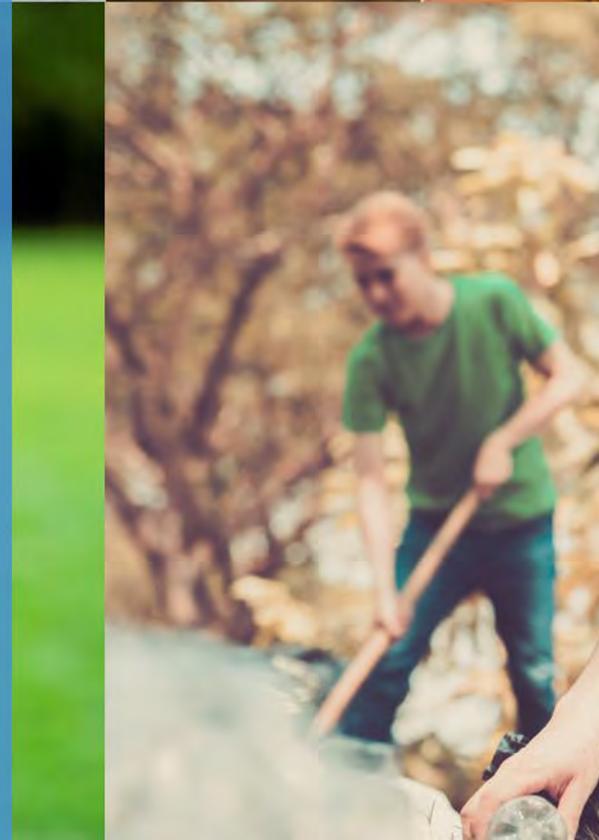
A prioridade é explorar caminhos para acelerar a penetração desta área do Grupo na Europa, em estreita cooperação com a Haitong International.



PESSOAS

O Departamento de Recursos Humanos define e implementa as políticas de recursos humanos do Grupo, com o objetivo de desenvolver, gerir e incentivar o talento.

Os Recursos Humanos têm um papel central na valorização do capital humano do Banco, promovendo a sua motivação com o intuito de alcançar melhores resultados a nível global.





-
- 41 Recursos Humanos
 - 45 Conselho de Administração e *Senior Managers* com Assento na Comissão Executiva

PESSOAS

Missão

Apoiar os clientes que apostam nas oportunidades proporcionadas pela internacionalização da China, assim como os clientes locais na Europa e América Latina que procuram um serviço dedicado de Banca de Empresas e Institucional.

VALORES CORPORATIVOS

Transparência

Estratégia e modelo de negócio claros, com regras transparentes, num contexto de comunicação aberta.

Perseverança

Atitude determinada e persistente, indo mais além na prossecução dos objetivos definidos.

Meritocracia

Foco no desempenho, com base em mecanismos de responsabilização e reconhecimento.

Integridade

Conduta pautada por regras, princípios éticos e consciência social.

RECURSOS HUMANOS

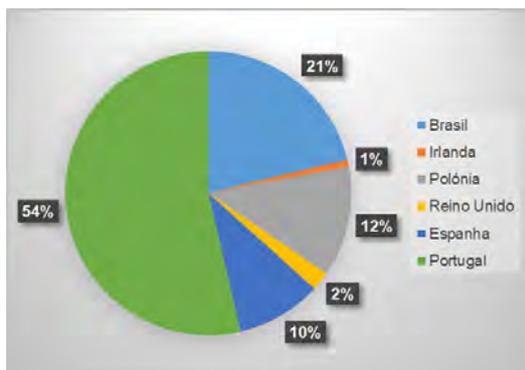
CAPITAL HUMANO

No primeiro semestre de 2019, o quadro de colaboradores do Haitong Bank registou um ligeiro ajustamento resultante de algumas saídas e da otimização de processos. Os objetivos de crescimento a longo prazo do Haitong Bank dependem do seu Capital Humano, o que posiciona os Recursos Humanos como uma função de suporte central.

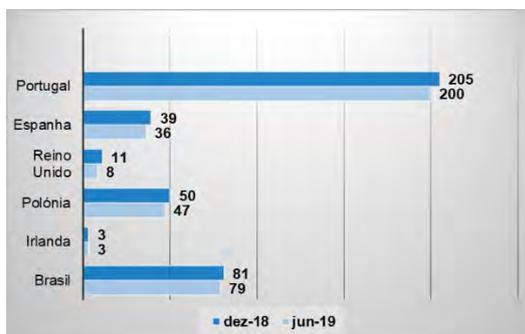
Quadro de Colaboradores 1S2019



Colaboradores por Região (1S2019)



Evolução Nº Colaboradores por Região (1S2019)



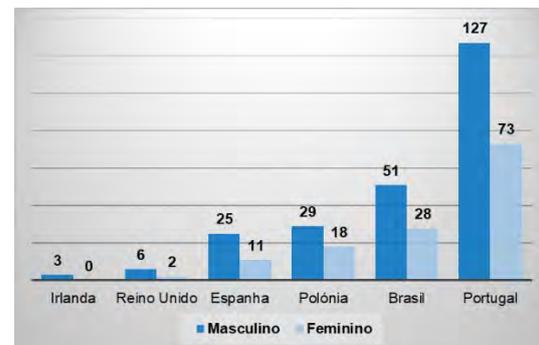
Fonte: Haitong Bank

O Haitong Bank continua a defender os princípios da igualdade de oportunidades. Atualmente as mulheres representam 35,4% do total de efetivos, existindo um

elevado número de efetivos do sexo feminino nos lugares de topo do Banco.



Quadro de Colaboradores por Género



Fonte: Haitong Bank

Quadro de Colaboradores por Média de Idades

Geografia	Idade	Idade Média de Serviço (anos)
Irlanda	39,2	7,5
Reino Unido	42,4	6,0
Espanha	44,4	12,4
Polónia	38,4	6,2
Brasil	43,6	9,3
Portugal	40,9	10,5
Média	41,5	8,6

Fonte: Haitong Bank

REDEFINIÇÃO DA FUNÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em 2019, o Haitong Bank iniciou um processo de redefinição da função de Recursos Humanos abrangendo os seus processos essenciais. O objetivo é ajustar a Função de Recursos Humanos através do enfoque nas suas principais responsabilidades de gestão, encarando-a como um verdadeiro Parceiro de Negócio para toda a organização. Além disso, o Banco tem vindo a intensificar os esforços na área do Employee Experience (EX), ou Experiência do Colaborador, contribuindo para reforçar o envolvimento e aumentar a produtividade dos seus efetivos. Os principais pilares da nova estratégia de Recursos Humanos do Banco são a Gestão do Talento, a Gestão dos Colaboradores e

os Serviços e Operações de Recursos Humanos.

FORMAÇÃO

Apesar das elevadas qualificações dos seus colaboradores – 87% são licenciados ou têm um grau académico mais elevado –, o Haitong Bank continua a encorajar e apoiar a sua participação em atividades e cursos de formação, como pós-graduações e mestrados.

Além disso, o Banco faculta formações internas de Inglês, Espanhol, Chinês e Português, de forma a continuar a melhorar as capacidades linguísticas de todos os seus colaboradores.

GESTÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Em 2019, o Haitong Bank melhorou significativamente o seu Plano de Remuneração Variável para Colaboradores (PRVC).

A metodologia do novo PRVC foi cuidadosamente revista de forma a garantir a total conformidade e transparência do plano e o seu enfoque no desempenho, de acordo com as melhores práticas do mercado.

A redefinição do plano visou ainda assegurar a retenção de talento e o alinhamento dos interesses de longo prazo dos colaboradores com os interesses dos vários parceiros, na perspetiva da assunção de riscos e da sustentabilidade do negócio.

A Remuneração Variável está sujeita, entre outras condições, a regras de diferimento e a mecanismos de reversão (*clawback*) e de redução (*malus*), de acordo com as políticas internas e regulamentos do Haitong Bank.

A nova metodologia de Remuneração Variável foi revista e aprovada através dos canais de governo apropriados do Banco, como a Comissão de Remuneração e a Comissão de Governo Societário. Pela primeira vez em cinco anos, o Haitong Bank orgulha-se de ter distribuído uma parcela dos resultados operacionais de 2018 aos seus colaboradores, refletindo o êxito da implementação da nova política de Remuneração Variável.

OUTROS DESTAQUES DA ATIVIDADE

O Departamento de Recursos Humanos continuou a apoiar os órgãos de administração e supervisão do Banco e respetivas comissões, concentrando-se nos elementos fundamentais da Função de Recursos Humanos: Gestão de Talento, Gestão dos Colaboradores e Serviços e Operações de Recursos Humanos. Os principais objetivos atingidos pelos Recursos Humanos no período foram os seguintes:

- Aumentar a eficiência e a capacidade de resposta do Departamento a questões colocadas – “*same day rule*”;
- Melhorar e atualizar a política global de Seleção e Recrutamento e respetivos procedimentos;



- Aquisição de Talento de acordo com as necessidades das áreas de negócio e departamentos, incluindo a previsão das necessidades de contratação, seleção de candidatos e processos gerais de seleção e recrutamento;
- Prossecução dos esforços para melhorar os processos de Desenvolvimento de Talento, nomeadamente através da monitorização de competências e aptidões, e de métricas de desempenho;
- Melhorar os Serviços e Operações diários de Recursos Humanos, com especial enfoque na administração eficiente de dados e reportes e na gestão de salários e benefícios complementares;
- Enfoque permanente na gestão eficiente das remunerações, tendo participado num estudo salarial global destinado a realizar *benchmarking* de mercado e análise de tendências;
- Prestar apoio às Comissões de Governo Societário e de Remuneração na implementação de políticas, novas e atualizadas;
- Juntamente com outras Instituições de Crédito nacionais de relevo, o Departamento de Recursos Humanos participou nas negociações com os sindicatos sobre a revisão do Acordo Coletivo de Trabalho para o Sector Bancário de 2019;
- Participação ativa e apoio na preparação de planos de negócio para novas iniciativas de negócio;
- Coordenação de Programas de Estágios entre as várias geografias do Haitong Bank e o Grupo Haitong, nomeadamente em Xangai e Hong Kong.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

Sob a supervisão da Comissão Executiva do Banco, o Departamento de Recursos Humanos irá prosseguir os seus esforços no sentido de garantir o sucesso da implementação da sua visão para a nova função de Recursos Humanos. Reconhecida como uma área chave na obtenção de vantagens competitivas, o Departamento de Recursos Humanos continuará apostado no desenvolvimento de uma Employee Experience (EX) cada vez melhor e mais abrangente. Adicionalmente, o Banco continuará a potenciar a EX como forma de incentivar a motivação, a retenção e a produtividade.

Os principais objetivos para o segundo semestre são os seguintes:

- Manter o enfoque na atração e contratação do melhor talento disponível no mercado, de forma a assegurar que o Banco tem as pessoas certas com as competências certas;
- Tirar partido do conhecimento, competências e aptidões dos colaboradores e apoiá-los a desenvolver e realizar o seu potencial;
- Continuar a oferecer as opções e os serviços necessários para satisfazer as necessidades profissionais dos colaboradores;
- Assegurar o enfoque na gestão de uma remuneração competitiva como elemento fulcral da gestão do talento e da retenção do pessoal;
- Manter o enfoque em tarefas chave, tais como a gestão organizacional e do quadro de efetivos, e a mobilidade global;
- Manter o enfoque na otimização da gestão da remuneração e benefícios complementares, como função central do Haitong Bank;
- Aumentar a visibilidade do Banco nos novos meios de comunicação e plataformas digitais profissionais de relevo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Haitong Bank doou 5.000 euros à Cruz Vermelha Portuguesa destinados a apoiar o trabalho desenvolvido por esta instituição em prol da população moçambicana afetada pelo Ciclone Tropical Idai.

Com o objetivo de reduzir a utilização de plástico de uso único nas suas instalações, o Haitong Bank substituiu as chávenas e colheres de plástico por chávenas de papel e colheres de madeira.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Lin Yong
Presidente



Wu Min
Chief Executive Officer
CEO Office & Administrativo
Tesouraria & FICC
Recursos Humanos
Financeiro
Informática e Operações
Equities*



Alan Fernandes
Membro Executivo
Presidente do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.



Nuno Carvalho
Membro Executivo
Compliance & AML-FT
Jurídico
Special Portfolio Management
Auditoria Interna



Paulo Martins
Membro Executivo
Investment Banking
Structured Finance
Asset Management
Haitong Capital – SCR, S.A.



Vasco Câmara Martins
Membro Executivo
Gestão de Risco
Rating
Middle Office



António Domingues
Membro Não-Executivo



Poon Mo Yiu
Membro Não-Executivo



Pan Guangtao
Membro Não-Executivo



Vincent Camerlynck
Membro Não-Executivo



Zhang Xinjun
Membro Não-Executivo

SENIOR MANAGERS COM ASSENTO NA COMISSÃO EXECUTIVA



António Gomes Pacheco
Responsável pelo Departamento Financeiro



Pedro Costa
Responsável pelo CEO Office
Secretário da Comissão Executiva e do Conselho de Administração

*Parceria com a Haitong International

- Produto
- Experiência
- Pessoas
- Suporte
- IT e Controlo Interno
- Demonstrações Financeiras
- Anexos

SUPOORTE

A estrutura do Banco suporta o desempenho. A otimização da estrutura do negócio promove a eficiência e a responsabilização das diversas unidades do Haitong Bank.

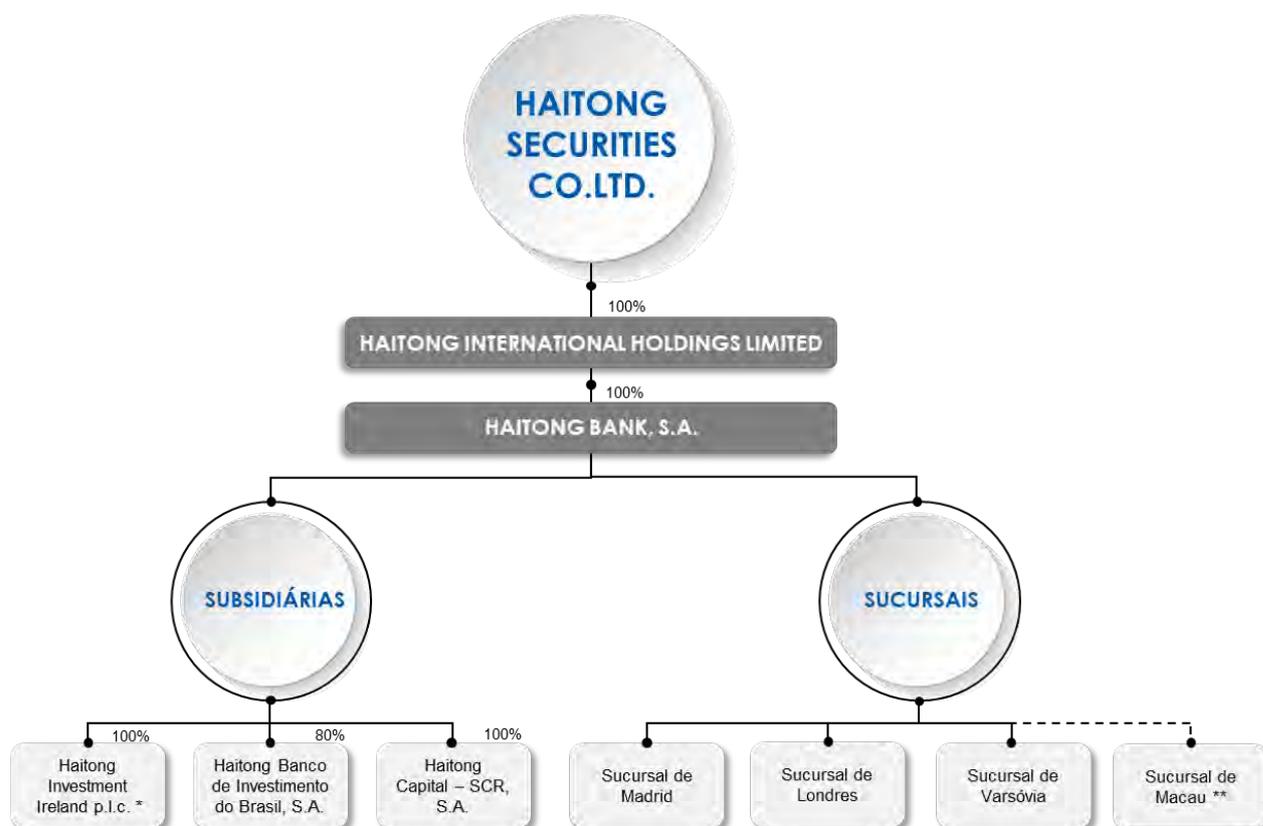


48	Estrutura Organizacional
49	Sucursais & Subsidiárias
50	Ambiente Macroeconómico
54	Eventos Societários
55	Análise Financeira
57	<i>Rating</i>
58	Tesouraria

SUPOORTE

O Haitong Bank foi constituído como banco de investimento em 1993. Depois da sua aquisição pela Haitong Securities, em 2015, o Haitong Bank alinhou a sua oferta de produtos de forma a capitalizar nos fluxos de transações sino-europeias e sino-latino-americanas, combinando a experiência do Grupo na Ásia com a forte posição competitiva do Banco nos mercados domésticos da Europa e da América Latina. Através dos seus escritórios na Península Ibérica, Reino Unido, Irlanda, Polónia e Brasil, o Haitong Bank detém uma forte experiência em operações *cross-border*, conectando clientes e oportunidades de negócio através de uma equipa de cerca de quatrocentos profissionais.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



* Em processo de venda

** Autorizado pelo Banco Portugal. Autorização pendente da AMCM (Macau)

SUCURSAIS & SUBSIDIÁRIAS

HAITONG INVESTMENT IRELAND P.L.C. (IRLANDA) **

Pedro Costa
Carlos Nogueira
Peter Murphy

HAITONG BANK, S.A. – SUCURSAL DE LONDRES

Paulo Araújo
Pedro Costa

HAITONG BANK, S.A. – SUCURSAL DE MACAU

*Em processo de
autorização*

HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL, S.A. – SUCURSAL DAS ILHAS CAIMÃO

Alan Fernandes

HAITONG BANK, S.A. – SUCURSAL DE VARSÓVIA

Krzysztof Rosa
Marianna Chodacka *

HAITONG BANK, S.A. – SUCURSAL DE MADRID

José Miguel Rego
Luís Miguel Gil

HAITONG CAPITAL – SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A. (PORTUGAL)

Paulo Martins
Luís Valença Pinto

HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL, S.A. (BRASIL)

Alan Fernandes

● Subsidiárias
● Sucursais

* a aguardar aprovação do BdP

** em processo de venda

AMBIENTE MACROECONÓMICO

Enquadramento

A atividade económica global manteve-se pouco dinâmica no primeiro semestre de 2019, devido à persistência de incertezas relacionadas com as negociações comerciais entre os EUA, a China e a UE. Apesar da resiliência das economias norte-americana e chinesa, o abrandamento do crescimento mundial, influenciado pela desaceleração da Europa, levou os principais bancos centrais a reavaliar os riscos de uma descida da inflação e do crescimento potencial no segundo trimestre.

Segundo os índices PMI, a atividade industrial foi a mais afetada pelas tensões comerciais, sobretudo as expectativas de novas encomendas para exportações da China, EUA e zona euro. Efetivamente, as encomendas da indústria na UE estiveram em recessão durante todo o primeiro semestre de 2019 (considera-se que existe uma recessão técnica depois de dois trimestres consecutivos de contração). De acordo com a recente revisão do *World Economic Outlook* do FMI (julho), a estimativa para o PIB real global em 2019 foi reduzida de 3,3% para 3,2%. Também de acordo com o FMI, na zona euro o PIB real deverá registar um débil aumento de 1,3% em 2019 (vs. 1,9% em 2018), com o produto alemão a crescer 0,7% e a França a apresentar um crescimento de 1,3%, em linha com a média na zona euro.

Embora o crescimento do PIB dos EUA e da China no primeiro semestre de 2019 tenha ficado próximo das projeções para o período, os fundamentais tornaram-se mais desequilibrados e foram necessários mais estímulos para evitar a possibilidade de um *hard landing* da economia no segundo semestre, de acordo com as perspetivas mais recentes dos responsáveis pela política monetária. O crescimento real do PIB chinês manteve-se acima da fasquia dos 6%, atingindo 6,2% face ao primeiro semestre de 2018, enquanto nos EUA o PIB real registou uma subida homóloga de 3,2% no primeiro trimestre, e a expectativa do

consensus é de que deverá ter crescido 2,6% no segundo semestre (Bloomberg). De acordo com o FMI, a China e os EUA deverão registar taxas de crescimento de respetivamente 6,2% e 2,6% no total do ano de 2019.

O desempenho das economias emergentes revelou tendências diferenciadas no primeiro semestre de 2019. Os mercados asiáticos, suportados pela resiliência da economia chinesa, cresceram em linha com as projeções do FMI para a média do crescimento do PIB em 2019 (+6,2%). As economias da Europa de Leste avançaram a um ritmo mais lento, em resultado do crescimento abaixo da média da Rússia e da zona euro. Na Polónia, no entanto, a economia doméstica manteve-se robusta, suportando a previsão de um crescimento do PIB de perto de 4% em 2019 (Bloomberg). Na América Latina, economias como o Brasil e o México tiveram um desempenho inferior ao esperado, em resultado do enfraquecimento do mercado de *commodities* (e.g. petróleo) e da transição política na sequência das eleições gerais de 2018. Tanto o México como o Brasil deverão registar crescimentos reais do PIB inferiores a 1% em 2019, de acordo com as projeções do FMI, que apontam para taxas de 0,9% e 0,8%, respetivamente.

Os mercados financeiros globais evitaram correções significativas apesar dos receios associados aos conflitos comerciais. Na nossa opinião, este facto ficou a dever-se sobretudo às expectativas de maior apoio por parte dos bancos centrais, em particular do Banco Popular da China, do BCE, da FED, do Banco do Japão e do Banco de Inglaterra. Na nossa perspetiva, as condições de liquidez globais permaneceram relativamente favoráveis ao apetite manifestado pelos investidores por classes de ativos de maior risco (ações, crédito, mercados emergentes, *commodities* e cambial), sendo esta tendência suportada pela prevalência de baixos *carry costs* das

principais moedas de transação, como o dólar, o euro, a libra esterlina e o yen, durante o primeiro semestre de 2019. Os mercados cambiais estiveram menos voláteis, com o dólar a registar apenas uma ligeira subida 0,7% no primeiro semestre de 2019, de acordo com o *Dollar Index*. As taxas da maioria das obrigações de dívida soberana dos estados membros da zona euro entraram em terreno negativo no primeiro semestre de 2019, com a yield das obrigações do Tesouro Alemão a 10 anos a atingir um mínimo histórico de -0.3% em junho (-51 pontos base desde o início do ano). Da mesma forma, a *yield* dos *Treasury*

Notes dos EUA a 10 anos caiu para o seu nível mais baixo desde novembro de 2016, atingindo 2,0% em junho de 2019 (-68 pontos base desde o início do ano).

As condições económicas globais mostraram-se menos favoráveis no primeiro semestre de 2019, quando comparado com as perspetivas apresentadas no relatório e contas anual de 2018 do Haitong Bank. As condições financeiras não foram significativamente afetadas, mas o risco económico tornou-se uma fonte de preocupação na avaliação da maioria das classes de ativos.



Produto

Experiência

Pessoas

Suporte

IT e Controlo
InternoDemonstrações
Financeiras

Anexos

Perspetivas para o 2º Semestre

Atividade Económica

A atividade económica global tem vindo a abrandar nos últimos 12 meses. O crescimento económico da China e dos EUA mostrou ser mais resiliente do que se esperava, reduzindo o risco de um *hard landing* da economia global. No entanto, na nossa opinião, o risco relacionado com a continuação das negociações comerciais entre os EUA e os seus principais parceiros

deverá condicionar as expetativas de negócio no segundo semestre do ano. Acreditamos que a Europa estará numa posição mais vulnerável no segundo semestre devido à conjugação da recessão no setor exportador com a possibilidade de um Brexit sem acordo, na sequência da transição política no Reino Unido.

Política Monetária

No final do primeiro semestre de 2019, as autoridades monetárias dos EUA e da Zona Euro redirecionaram as suas indicações sobre a orientação futura da política monetária no sentido de uma menor restritividade no segundo semestre. Esta viragem foi a maior alteração nas perspetivas de evolução das taxas de juro desde o último relatório do Banco. De uma forma geral, a nossa expetativa é de que os bancos centrais mundiais irão manter ou flexibilizar as condições monetárias com base na perspetiva de um crescimento mais lento da inflação IPC no segundo semestre de 2019. Ao aviso emitido em julho pela FED de que uma descida das taxas estaria eminente, seguiu-se em agosto o primeiro corte desde o terceiro trimestre de 2008 (-25 pontos base para 2,25%-2,50%). Na sequência desta decisão e com base nas perspetivas para o futuro, a expetativa do *consensus* (Bloomberg) coloca a taxa *Fed funds* no intervalo de 1,50%-1,75% no final de 2019 (corte de 25 pontos base), que compara com o intervalo de 2,25%-2,50% mantido desde dezembro de 2018.

O BCE reforçou a orientação da política monetária no sentido da adoção de uma combinação de instrumentos de política destinados a evitar uma maior desaceleração da economia da Zona Euro e o risco de uma inflação baixa. Até o final do ano, prevemos que o BCE irá baixar a taxa dos *deposit facility* de -0,50% em setembro para pelo menos -0,60% em dezembro. Adicionalmente, foi anunciado em setembro um novo ciclo do programa de *quantitative easing*, com compras mensais de 20 mil milhões de euros, durante um período de tempo mais prolongado.

A persistência de riscos para as empresas chinesas relacionados com a guerra comercial com os EUA levou o Banco Popular da China a adotar uma abordagem preventiva no terceiro trimestre de 2019, baixando o rácio de reservas obrigatórias dos bancos em 50 pontos base, para 13%, o nível mais baixo desde 2008. Esta estratégia preventiva deverá igualmente incluir medidas adicionais de liquidez na segunda metade do ano, destinadas a reduzir os riscos de contraparte nos mercados domésticos.

Mercados Cambiais

Os mercados cambiais eliminaram em grande parte o receio de correções significativas durante o primeiro semestre de 2019, com base no compromisso das autoridades chinesas em evitar fortes flutuações do CNY. Depois de aflorar brevemente o limiar psicológico de CNY/USD 7,00 (CNY/USD 6,93 em junho de 2019) pela primeira vez em 2 anos, a taxa de câmbio CNY/USD subiu apenas 0,3% no primeiro semestre de 2019 e prevemos que se mantenha no intervalo de CNY/USD 7,00-7,15 no segundo semestre.

Para a segunda metade do ano, a nossa expectativa é de que as taxas de câmbio das moedas das geografias do Banco se irão manter nos intervalos verificados no primeiro semestre. Com base nesta expectativa, estimamos os seguintes intervalos para as taxas de câmbio: EUR/USD 1,05-1,15, EUR/GBP 0,85-1,00, EUR/PLN 4,25-4,50 e EUR/BRL 4,25-4,75.

Mercado de Capitais

A atividade global de mercado de capitais deverá, na nossa opinião, manter-se sujeita ao risco económico de guerras comerciais no segundo semestre de 2019. No entanto, a expectativa de uma descida das taxas de juro nos mercados desenvolvidos da zona euro e nos EUA deverá conter o risco de desaceleração dos mercados de crédito da Europa e dos Estados Unidos.

A vulnerabilidade dos mercados emergentes irá ser posta à prova no caso de uma desaceleração mais rápida da economia europeia ou de uma rotura nas negociações comerciais entre a China e os EUA.

EVENTOS SOCIETÁRIOS

Dezembro 2018

- O Haitong Bank, S.A. decidiu iniciar o processo de venda da sua subsidiária Haitong Investment Ireland p.l.c.

Junho 2019

- O Banco de Portugal autorizou o estabelecimento de sucursal do Haitong Bank, S.A. em Macau. O início de atividade da Sucursal está dependente da conclusão do processo de autorização junto das Autoridades de Macau competentes.

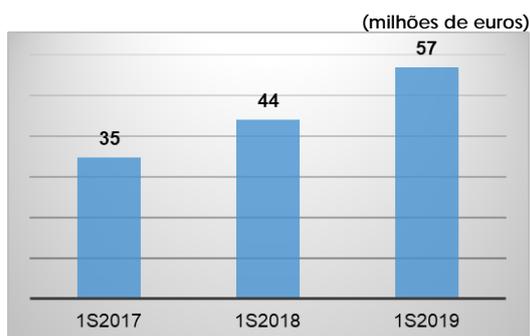
ANÁLISE FINANCEIRA



O Haitong Bank alcançou lucros de 11 milhões de euros no final do 1º semestre. O Banco está no caminho certo para atingir os seus objetivos financeiros anuais e continuar a mostrar-se uma instituição rentável e sustentável.

O Produto Bancário ascendeu a 57 milhões de euros no primeiro semestre de 2019, tendo aumentado 30% face aos 44 milhões de euros registados no mesmo período de 2018. A crescente integração do Banco no Grupo Haitong possibilitou a expansão dos negócios e receitas relacionados com a China. As operações locais do Banco, nomeadamente no Brasil e em Portugal, apresentaram igualmente um nível de atividade promissor.

Produto Bancário



Fonte: Haitong Bank

A área de Mercado de Capitais registou um período de intensa atividade no primeiro semestre. Em Portugal, o Haitong Bank atuou como *Sole Global Coordinator* da maior oferta pública de obrigações de empresas neste mercado desde 2012: a emissão pública de obrigações da TAP, no montante de 200 milhões de euros, que registou forte procura por parte dos investidores. Adicionalmente, o Haitong

Bank continuou a encaminhar emitentes chineses para os mercados internacionais de dívida, através de colocações privadas e públicas.

A área de *Structured Finance* focou-se na gestão da carteira de crédito existente e sobretudo na prospeção de novas oportunidades de negócio.

A área de Fusões e Aquisições concluiu diversas transações locais em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil e prestou serviços financeiros relacionados com transações com clientes chineses.

A maior parte das áreas de negócio beneficiaram do bom momento relacionado com a China e o alargamento da oferta de novos produtos.

No que respeita aos Custos Operacionais e apesar dos aumentos salariais e do pagamento de remunerações variáveis, o Banco tem vindo a manter uma base de custos estável. Os Custos Operacionais cifraram-se em 39 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2019, montante 1% inferior aos custos registados em junho de 2018. Consequentemente, o Resultado Operacional atingiu 18 milhões de euros no final dos primeiros seis meses de 2019, o que corresponde a um crescimento de 260% face aos 5 milhões de euros registados em junho de 2018.

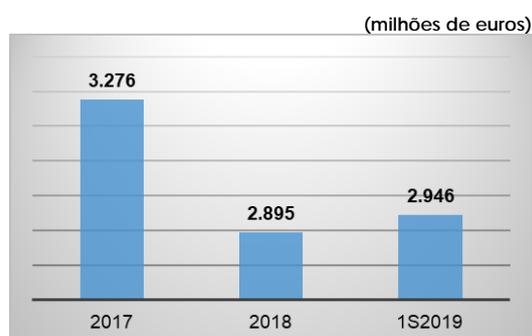
No que diz respeito à qualidade dos ativos, verificou-se igualmente uma melhoria significativa, que resultou da redução da carteira de crédito histórica e do stock de crédito não produtivo, bem como do investimento em novos ativos de qualidade. O rácio de crédito não produtivo baixou de 8,2% no final de 2018 para 4,6% no final de junho de 2019, com a cobertura do crédito não produtivo a alcançar os 55,9%. O processo venda da subsidiária irlandesa - uma das principais razões para esta melhoria - tem vindo a ser executado conforme planeado.



O Haitong Bank tem uma estratégia clara, forte integração com o Acionista e sustentabilidade comprovada. O desempenho no semestre resultou da expansão da sua atividade recorrente.

Com um montante de imparidades residual, o Banco apresentou um Resultado Líquido positivo de 11 milhões de euros no final de 2019, que compara com um resultado negativo de 2 milhões de euros em igual período de 2018.

Total de Ativo



Fonte: Haitong Bank

A 30 de junho de 2019, o Total de Ativo atingiu 2,9 mil milhões de euros. A reduzida expansão do Balanço (+1,8% face a dezembro de 2018) reflete algum atraso na originação de novos ativos, em resultado do refinanciamento do empréstimo sindicado levado a cabo no final de março.

Este reduzido crescimento do balanço contribuiu para o reforço dos Fundos Próprios do Haitong Bank, tornando-o um dos bancos com maior capitalização no setor, com um rácio de Fundo Próprios Principais de Nível 1 (CET1) de 24,3% e um rácio de Fundo Próprios Totais de 30,4%.

A solidez da posição de capital do Banco e os seus confortáveis níveis de liquidez permitem antever uma evolução positiva da atividade e uma melhoria das receitas recorrentes.

No final de junho, o Banco de Portugal autorizou o Haitong Bank a estabelecer uma sucursal em Macau. O início da atividade desta sucursal ainda está pendente da conclusão do processo de autorizações por parte das autoridades competentes de Macau. O estabelecimento desta sucursal representa uma etapa muito importante no desenvolvimento da estratégia *cross-border* do Banco, permitindo fortalecer o negócio com a China e reforçar a coordenação com as restantes empresas do Grupo Haitong.

Rácios de Solvabilidade



Fonte: Haitong Ba

RATING – STANDARD & POOR'S

No dia 4 de dezembro de 2018, a S&P manteve os *ratings* de longo e curto prazo do Haitong Bank em 'BB-' e 'B', respectivamente. O *outlook* foi mantido em Estável, refletindo a perspectiva da Agência de que uma alteração nos *ratings* nos próximos 12 meses é pouco provável.



HAITONG BANK, S.A.

Counterparty Credit Rating BB- / Stable / B
Junior Subordinated CCC

HAITONG INVESTMENT IRELAND P.L.C.

Senior Unsecured Subordinated BB-

HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL, S.A.

Counterparty Credit Rating
Global Scale BB- / Stable / B
Brazil National Scale brA / Stable / brA-2

TESOURARIA

O MERCADO NO 1º SEMESTRE

Embora o fim do programa de compra de ativos no final de 2018 fizesse prever uma maior restritividade da política monetária na zona euro, o BCE manteve as taxas inalteradas durante a primeira metade de 2019.

O conflito comercial entre a China e os EUA e a disparidade dos indicadores de crescimento económico levaram o BCE, num primeiro momento, a abrandar a sua postura mais restritiva, sendo que o tom do seu discurso, mais brando, tem inclusivamente vindo a alimentar expectativas por parte do mercado de novos estímulos monetários.

As *yields* dos títulos da dívida pública da zona euro reagiram à mudança de tom do BCE, iniciando uma tendência claramente descendente, sobretudo nos últimos dois meses. Neste sentido, a *yield* dos títulos da dívida pública alemã a 10 anos tem transacionando em território negativo desde o início de Maio.

Yields a 10 anos

País	Início de 2019	Máximo de 2019	1S2019
Alemanha	0,239%	0,279% (Jan)	-0,329%
Itália	2,739%	2,958% (Fev)	2,099%
Espanha	1,413%	1,513% (Jan)	0,392%
Portugal	1,714%	1,823% (Jan)	0,472%
Grécia	4,346%	4,409% (Jan)	2,432%

Fonte: Haitong Bank

Nos EUA, a Reserva Federal manteve as taxas inalteradas. Devido à disparidade dos indicadores de crescimento económico, a convicção geral de que o Fed irá baixar as taxas este ano para conter o impacto das tensões provocadas pela guerra comercial tem vindo a intensificar-se. Consequentemente, a *yield* dos *Treasuries* americanos a 10 anos recuou de 2.7% para 2.0% desde o início do ano.

No Brasil, o Presidente Jair Bolsonaro iniciou o seu mandato de quatro anos tendo pela frente um importante desafio: manter a solidez dos fundamentais da economia e gerir as suas fraquezas. A primeira dificuldade a gerir foi a reforma do sistema da Segurança Social, um fardo cada vez mais pesado para a economia brasileira. A respetiva lei foi aprovada pela Câmara Baixa à primeira volta, tendo como objetivo economizar cerca de 920 mil milhões de reais nos próximos 10 anos, um montante muito significativo. Além disso, o Congresso brasileiro está também a estudar a reforma do sistema fiscal, no sentido de simplificar as suas regras extremamente complicadas e aumentar a competitividade do país. A abordagem reformista do atual governo inspira-nos confiança, sobretudo porque o Congresso tem vindo a mostrar que apoia a sua agenda, o que por sua vez deverá suportar o aumento do PIB potencial do Brasil no futuro.

No que diz respeito às perspetivas económicas, os fundamentais do setor externo permanecem sólidos, suportando um ambiente de reduzida volatilidade no mercado cambial doméstico. Como consequência do significativo hiato do produto, os índices de inflação registaram valores muito baixos no primeiro semestre e deverão manter este comportamento nos próximos meses. Adicionalmente, assistiu-se a uma estagnação da recuperação económica no primeiro semestre do ano. Na sequência do relativamente bem-sucedido processo de reforma da Segurança Social no Congresso brasileiro, este cenário deverá abrir o caminho para que o Banco Central do Brasil inicie um novo ciclo de redução das taxas de juro, que deverá conduzir a taxa Selic a um novo mínimo histórico. Prevemos que as taxas de referência sejam reduzidas para 5,50% durante o segundo semestre, suportando a recuperação incipiente dos indicadores de atividade e melhorando as condições do mercado de trabalho nos próximos meses.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

As alterações no perfil de financiamento do Banco refletem o esforço desenvolvido para diversificar as respetivas fontes. O peso dos depósitos a prazo dos clientes de retalho aumentou 6 pontos percentuais no total da estrutura de financiamento desde dezembro de 2018.

No final de junho de 2019, o Banco tinha captado um total de 188 milhões de euros em depósitos a prazo de clientes de retalho através de plataformas online dirigidas aos mercados alemão, austríaco e espanhol, o que compara com 96 milhões de euros no final de 2018. Este canal deverá manter-se como uma importante fonte de financiamento de qualidade para o Banco, com um peso significativo na sua estrutura de financiamento.

No Brasil, a prossecução da estratégia de substituição de depósitos a curto prazo por emissões de Letras Financeiras, tendo como mercado alvo os investidores institucionais, tem permitido ao Banco melhorar a sua estrutura de financiamento.

O Banco registou uma melhoria do perfil dos passivos, em resultado do prolongamento das maturidades, da redução dos custos da dívida e do alargamento da sua base de clientes investidores.



IT & CONTROLO INTERNO

O Haitong Bank promove uma atitude inovadora sustentada pela melhoria da infraestrutura de IT, antecipando um mercado em mudança.

O Banco vai continuar a desenvolver controlos internos robustos e independentes, de forma a fortalecer a sua cultura de cumprimento e de total consciencialização regulamentar.



62 IT

63 Gestão de Risco

IT & CONTROLO INTERNO

INFORMATION TECHNOLOGY

O Haitong Group partilha uma visão comum sobre o papel da tecnologia como fator de mudança, promotor de competitividade.

O desenvolvimento dos sistemas informáticos está na base do espírito inovador adotado pelo Banco e na adaptação a um mercado em evolução.

O Haitong Bank está numa posição privilegiada para entrar em novos segmentos de negócios, sem o peso de ter que lidar com estruturas do passado.

O setor dos serviços financeiros confronta-se atualmente com os desafios e a disrupção causados pela emergência de plataformas em constante mudança. A sobrevivência do mais forte depende da flexibilidade de se adaptar e de se antecipar à mudança, com a atitude certa de ousar e inovar para conseguir estar sempre um passo à frente.

PROMOVER A INOVAÇÃO



GESTÃO DE RISCO

GOVERNANCE

O Conselho de Administração é o responsável final pelo enquadramento da gestão de risco do Haitong Bank. O Conselho de Administração está devidamente ciente dos tipos de riscos a que o Banco está exposto e dos processos utilizados para identificar, avaliar, monitorizar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que a instituição está sujeita, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de uma estrutura de gestão de risco apropriada e eficaz.

O esquema abaixo descreve a estrutura de Comités relevantes para a função de gestão de risco no Banco.

COMISSÃO DE RISCO

A Comissão de Risco tem como missão monitorizar de forma contínua o desenvolvimento e implementação da estratégia de risco e do apetite de risco do Banco e certificar-se de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.



DEPARTAMENTO DE RATING

Conjuntamente com o Departamento de Gestão de Risco, o Departamento de *Rating* faz parte da Função de Controlo de Risco do Haitong Bank. O Departamento de *Rating* desempenha um papel no apoio ao processo de tomada de decisão do Comité de Crédito e da Comissão Executiva, e na avaliação individual de imparidade em sede de Comité de Imparidade.

COMITÉ DE CRÉDITO

O Comité de Crédito, estabelecido pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração, é o Comité do Banco responsável por:

- Avaliar e decidir sobre operações que envolvem a tomada de risco para o Banco, no âmbito do Quadro de Decisão do Comité de Crédito estabelecido pela Comissão Executiva;
- Emitir pareceres não vinculativos sobre operações que não se enquadrem: (i) no Quadro de Decisão do Comité de Crédito estabelecido pela Comissão Executiva; ou (ii) no *Risk Appetite Framework* ("RAF") aprovado pelo Conselho de Administração – nesses casos, as operações devem ser submetidas, respetivamente, à aprovação da Comissão Executiva e do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva estabelece e revê periodicamente a delegação de poderes do Comité de Crédito a fim de garantir o seu total alinhamento com a estratégia de crédito do Banco.

COMITÉ DE IMPARIDADE

O Comité de Imparidade do Haitong Bank é responsável por analisar e decidir sobre os montantes de imparidade a ser atribuídos aos clientes de crédito sujeitos a análise individual.

APETITE DE RISCO

A estratégia do Haitong Bank consiste em alavancar as oportunidades resultantes da internacionalização da China, aliando os seus conhecimentos e experiência nos mercados ocidentais com a capacidade de originação e distribuição *cross-border* do Grupo. O Haitong Bank continuará a apoiar os seus clientes corporativos na Europa e na América Latina, a par da sua crescente base de clientes chineses.

Sendo um Banco com clientes maioritariamente corporativos e institucionais, as principais atividades de negócio desenvolvidas atualmente são FICC, DCM, Structured Finance e Fusões e Aquisições.

O Banco está ciente de que a sua função de gestão de risco é um fator chave para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo, constituindo-se como uma linha de defesa adicional para proteger o valor da instituição. A visão global do risco do Haitong Bank é estabelecida em torno dos seguintes três princípios orientadores:

- **Capital:** O Haitong Bank pretende manter reservas de capital prudentes e superiores aos requisitos de capital, tanto internos como regulamentares;
- **Liquidez e Financiamento:** O Haitong Bank como um todo e cada uma das suas subsidiárias individualmente, visam manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio-longo prazo; e
- **Resultados:** O Grupo tem como objetivo gerar resultados recorrentes que garantam a sua sustentabilidade e um nível razoável de retorno para o Acionista.

RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do Cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco. Sendo a categoria de risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Banco, a sua gestão e controlo são suportados pela utilização de um completo sistema de identificação, avaliação, quantificação e reporte do risco.

Práticas de Gestão

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

RATINGS INTERNOS

Os *ratings* internos, que medem a probabilidade de *default* a um ano, são atribuídos através de ferramentas internas de *rating* desenvolvidas pela Standard and Poor's ('S&P'). Embora centralizada na sede do Banco, a atribuição de *ratings* internos é realizada por um grupo de analistas experientes integrados nas equipas de Lisboa, Varsóvia e São Paulo.

A atualização e manutenção anual do quadro metodológico de notação interna de risco são asseguradas através dos serviços contratados à S&P.

MONITORIZAÇÃO

As atividades de acompanhamento e de controlo do risco de crédito têm por objetivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e identificar situações que indiciem uma deterioração de risco, bem como elaborar estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, a função de Monitorização do Risco de Crédito e o seu respetivo desenvolvimento é

objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco.

PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

O Departamento de Special Portfolio Management do Haitong Bank gere os ativos não produtivos (*non-performing exposures*) do Banco, propondo e implementando estratégias de reestruturação e/ou de recuperação de crédito com o objetivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

Análise do Risco de Crédito

CARTEIRA DE CRÉDITO

Estrutura da carteira de crédito

Em dezembro de 2018, em resultado da decisão de alienação da Haitong Investment Ireland p.l.c., a carteira de crédito desta entidade foi reclassificada para a rubrica de “Ativos não Correntes Detidos para Venda”.

A junho de 2019, a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendia a 486 milhões de euros, o que representa uma redução de cerca de 50 milhões de euros.

Carteira de Crédito por Segmentos de Produto e Geografia

(Em milhares de euros)

	Junho 2019		
	Doméstico	Internacional	Total
Carteira de Crédito ¹	307.726	178.369	486.096
Specialized Lending	176.266	36.534	212.801
Crédito a empresas	82.745	42.168	124.913
Outros	48.715	99.667	148.383

¹ Bruto de provisões
Fonte: Haitong Bank

	Dezembro 2018		
	Doméstico	Internacional	Total
Carteira de Crédito ¹	216.574	319.253	535.827
Specialized Lending	193.325	34.321	227.646
Crédito a empresas	15.786	122.890	138.676
Outros	7.463	162.042	169.505

¹ Bruto de provisões
Fonte: Haitong Bank

A distribuição setorial da carteira de crédito espelha a atividade de concessão de crédito desenvolvida pelo Banco ao longo dos últimos anos nas diversas geografias onde o Banco está presente, salientando-se as operações da área de Specialized Lending nos setores das Infraestruturas de Transportes e Energia. A classificação sectorial é distribuída de acordo com o setor de risco interno.

Carteira de Crédito por Segmentos e Setor

	Junho 2019			
	Specialized Lending	Crédito a empresas	Outros	Total
TOTAL	43,8%	25,8%	30,4%	100,0%
Infraestruturas de transportes	23,0%	3,1%	0,0%	26,1%
Energia	20,1%	0,0%	0,0%	20,1%
Fundos & Gestores de activos	0,0%	0,0%	19,6%	19,6%
Metalúrgica & Mineração	0,0%	14,6%	0,0%	14,6%
Seguros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Água e saneamento	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%
Transportes	0,5%	2,0%	0,0%	2,5%
Construção e Obras Públicas	0,0%	3,4%	0,0%	3,4%
Agricultura e Bens alimentares	0,0%	1,1%	0,0%	1,1%
Comércio e Serviços	0,2%	0,5%	0,0%	0,7%
Outros	0,0%	0,9%	10,8%	11,7%

Fonte: Haitong Bank

	Dezembro 2018			
	Specialized Lending	Crédito a empresas	Outros	Total
TOTAL	42,5%	25,9%	31,6%	100,0%
Infraestruturas de transportes	21,9%	2,8%	0,0%	24,7%
Energia	19,7%	0,0%	0,0%	19,7%
Fundos & Gestores de activos	0,0%	0,0%	16,0%	16,0%
Metalúrgica & Mineração	0,0%	13,4%	0,0%	13,4%
Seguros	0,0%	0,0%	5,4%	5,4%
Água e saneamento	0,0%	2,4%	0,0%	2,4%
Transportes	0,5%	1,8%	0,0%	2,3%
Construção e Obras Públicas	0,0%	2,1%	0,0%	2,1%
Agricultura e Bens alimentares	0,0%	2,0%	0,0%	2,0%
Comércio e Serviços	0,2%	0,5%	0,0%	0,7%
Outros	0,2%	0,9%	10,2%	11,3%

Fonte: Haitong Bank

Perfil de Ratings Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de *rating* internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira de crédito por níveis de *rating* interno.

Perfil de *rating* da Carteira de Crédito

	Junho 2019	Dezembro 2018
[aaa; a-]	0,0%	7,3%
[bbb+; bbb-]	20,5%	17,0%
[bb+; bb-]	19,1%	20,3%
[b+; b-]	60,4%	55,4%
[ccc+; lccc]	0,0%	0,0%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank

Indicadores de Risco

Ao longo de 2019, o Haitong Bank continuou a prosseguir uma estratégia de redução do crédito não produtivo, assim como uma abordagem conservadora relativamente ao nível de imparidade da sua carteira de crédito.

Indicadores de Risco de Crédito

	Junho 2019	Dezembro 2018
Carteira de Crédito	486.096	535.827
<i>Carteira de Crédito (Incl. Portfolio da Irlanda) ⁽¹⁾</i>	688.521	755.993
Carteira de Crédito Não Produtivo	22.163	44.006
<i>Carteira de Crédito Não Produtivo (Incl. Portfolio da Irlanda) ⁽¹⁾</i>	142.558	164.658
Rácio de Crédito não Produtivo	4,6%	8,2%
<i>Rácio de Crédito não Produtivo (Incl. Portfolio Irlanda) ⁽¹⁾</i>	20,7%	21,8%
Imparidade do Crédito Não Produtivo	12.390	15.437
<i>Imparidade do Crédito Não Produtivo (Incl. Portfolio Irlanda) ⁽¹⁾</i>	67.590	70.700
Cobertura de Crédito não Produtivo	55,9%	35,1%
<i>Cobertura de Crédito não Produtivo (Incl. Portfolio Irlanda) ⁽¹⁾</i>	47,4%	42,90%
Exposição de Risco de Crédito Bruta	2 182.032	2 027.176
Exposições Não Produtivas (NPE) ⁽²⁾	168.964	193.585
Rácio NPE	7,7%	9,5%
Cobertura de Exposições Não Produtivas por Imparidades	49,5%	42,8%

⁽¹⁾ Excluindo a reclassificação contabilística da entidade Haitong Investment Ireland p.l.c.

⁽²⁾ O Banco segue o critério definido para exposições não produtivas com base nas Orientações da EBA sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06) de 21 de Outubro de 2018, bem como a classificação definida de acordo com a Parte 2 "Instruções respeitantes aos modelos" do Anexo V do Regulamento de Execução (UE) 2018/1627 da Comissão Europeia, de 9 de Outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, respeitante à avaliação prudente no quadro do relato para fins de supervisão.
Fonte: Haitong Bank

A melhoria do rácio de crédito não produtivo (NPL) para 4.6% em junho de 2019 resulta das medidas de redução do crédito não produtivo empreendidas pelo Banco. Excluindo a reclassificação contabilística relativa à entidade Haitong Investment Ireland, p.l.c., o rácio de crédito não produtivo seria de 20,7% em junho de 2019.

TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO

Estrutura da Carteira

A carteira de títulos de rendimento fixo terminou os primeiros seis meses de 2019 com um total líquido de 1.118 milhões de

euros, representando um aumento de 48 milhões de euros face a dezembro de 2018, derivado do aumento em títulos de dívida soberana de países europeus, da redução em títulos de dívida soberana brasileira e da participação em operações de dívida de clientes *corporate* internacionais, nomeadamente da China.

Carteira de Títulos de Rendimento Fixo por Setor

	Junho 2019	Dezembro 2018
Total	1.118.242	1.070.104
Administrações Centrais	833.368	801.624
Construção e Obras Públicas	89.714	94.414
Metalúrgica & Mineração	39.973	34.877
Tecnologia e equipamento informático	35.564	34.713
Imobiliário	30.709	1.182
Energia	23.049	26.829
Indústria de petróleo e gás	20.888	21.119
Bens de investimento	12.785	12.577
Transportes	9.015	2.115
Papel e produtos florestais	7.591	8.532
Retalho	5.658	5.122
Saúde	3.429	3.587
Bancos	3.447	3.125
Comércio e Serviços	1.318	18.972
Outros	1.734	1.317

Fonte: Haitong Bank

Perfil de *Ratings* Internos

Em junho de 2019, a carteira de renda fixa do Banco apresentava o seguinte perfil:

Perfil de *Rating* da Carteira de Títulos de Rendimento Fixo

	Junho 2019	Dezembro 2018
[aaa; a-]	1,2%	1,3%
[bbb+; bbb-]	34,8%	27,9%
[bb+; bb-]	59,9%	65,6%
[b+; b-]	4,1%	5,2%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco

Fonte: Haitong Bank

CARTEIRA DE DERIVADOS

Estrutura da Carteira

O risco de contraparte subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio, crédito e ações ascendia a aproximadamente 111 milhões de euros, o

que equivale a uma redução de 25 milhões de euros face a 2018, devido a uma redução de derivados com instituições financeiras e no setor de Transportes.

No que respeita à distribuição setorial, 78% da exposição global resultou de transações com contrapartes dos setores de infraestruturas de transportes e bancos. A classificação sectorial é distribuída em função do setor de risco interno.

Carteira de Derivados por Setor

	(Em milhares de euros)	
	Junho 2019	Dezembro 2018
Total	110.731	135.816
Infraestruturas de transportes	69.840	62.177
Bancos	16.855	22.779
Corretagem	3.970	7.927
Energia	7.928	7.954
Transportes	5.820	22.915
Agricultura e Bens alimentares	2.084	6.181
Papel e produtos florestais	751	4.484
Alimentação, bebidas e tabaco	1.137	67
Instituições financeiras não bancárias	8	742
Saúde	177	199
Comércio e Serviços	2.146	176
Outros	16	215

Fonte: Haitong Bank

Perfil de Ratings Internos

A exposição do Banco a instrumentos derivados está essencialmente concentrada em operações de swap de taxa de juro na atividade de *Specialized Lending*.

Perfil de Ratings da Carteira de Derivados

	Junho 2019	Dezembro 2018
[aaa; a-]	14,8%	19,3%
[bbb+; bbb-]	60,4%	47,2%
[bb+; bb-]	9,8%	10,4%
[b+; b-]	14,3%	23,1%
[ccc+; lccc]	0,7%	0,0%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas em posições patrimoniais ou extrapatrimoniais resultantes de alterações adversas nos

preços de mercado, nomeadamente nos preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e spreads de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado na sua carteira de negociação e carteira bancária.

O Haitong Bank tem implementadas políticas, procedimentos e sistemas de gestão do risco de mercado que permitem avaliar e controlar todos os fatores de risco de mercado a que o Banco está exposto.

As tarefas de identificação, valorização, monitorização, controlo e reporte do risco de mercado são desenvolvidas por uma área específica dentro do Departamento de Gestão de Risco - a unidade de Controlo do Risco de Mercado - que as exerce de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas entidades do Grupo, as quais detêm as competências adequadas para avaliar as atividades desenvolvidas e os riscos incorridos por cada uma.

A unidade de Controlo do Risco de Mercado é responsável por analisar os fatores relevantes para cada tipo de risco recorrendo a técnicas de tratamento estatístico, à medição da volatilidade do mercado, à análise de indicadores de profundidade e liquidez e à simulação do valor das transações sob diversas condições de mercado de modo a fundamentar convenientemente os limites para cada área de negócio nas propostas apresentadas ao Comité de Crédito e Comissão Executiva.

Para que a organização tenha uma imagem clara dos riscos incorridos e do apetite de risco desejado, é utilizado um vasto conjunto de medidas de risco, e respetivos limites, complementado com limites de *stop loss* e de concentração. Estas medidas de risco incluem o VaR (*Value at Risk*) e medidas de sensibilidade a variações em taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e volatilidade.

Risco de Carteira de Negociação

Práticas de Gestão

O Banco estima as perdas potenciais na sua carteira de negociação e exposição a preços de *commodities* e taxas de câmbio através da metodologia do *Value at Risk* (VaR) com base em simulação histórica, considerando um intervalo de confiança de 99%, um período de investimento de 10 dias úteis e um período de observação histórica de 1 ano.

O VaR do Haitong Bank, a junho de 2019, totalizava 5,5 milhões de euros, o que representa uma subida de 1,4 milhões de euros quando comparado com dezembro de 2018.

VaR - 99% a 10 Dias

	(Em milhões de euros)	
	Junho 2019	Dezembro 2018
Risco cambial	2.6	2.0
Risco taxa de juro	0.6	0.2
Ações e Mercadorias	0.6	0.1
Spread de Crédito	1.9	2.0
Covariância	-0.2	-0.2
Total	5.5	4.1

Fonte: Haitong Bank

Riscos da carteira bancária

Os outros riscos da carteira bancária resultam de movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis em exposições *non-trading* que o Banco detém no seu balanço.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro da carteira bancária pode ser interpretado de dois modos diferentes, mas complementares: pode ser visto como o efeito sobre a margem financeira ou como o efeito sobre o valor económico da carteira, decorrente de movimentos nas taxas de juro.

O Haitong Bank avalia o risco de taxa de juro da sua carteira bancária com recurso às

métricas *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE).

A métrica de *Net Interest Income* mede a sensibilidade de um movimento das taxas de juro na margem financeira do Banco considerando um período de um ano e um balanço estático.

A métrica *Economic Value of Equity* mede a sensibilidade de um movimento nas taxas de juro sobre o valor presente dos fluxos de caixa projectados considerando todos os instrumentos até à sua data de vencimento.

A junho de 2019, o impacto no valor económico da carteira bancária, considerando um cenário de aumento das taxas de juro em 100 pontos base foi estimado em 4,5 milhões de euros.

RISCO DE SPREAD DE CRÉDITO

O *spread* de crédito, um dos fatores a considerar na avaliação de ativos, representa a capacidade de o emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade e visa refletir a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro e a taxa de juro sem risco referente a um ativo na mesma moeda e com a mesma maturidade.

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

Risco do Fundo de Pensões

O risco de Fundo de Pensões resulta da possibilidade de o valor dos passivos (as responsabilidades do Fundo) exceder o valor dos ativos na carteira do Fundo, exigindo ao Haitong Bank uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões. Caso contrário, se o rendimento dos ativos da carteira do Fundo de Pensões estiver alinhado com a evolução das responsabilidades do Fundo, o Haitong Bank só terá de fazer as contribuições regulares para o Fundo (o custo normal do

plano de pensões). A fim de mitigar o risco de um desajuste entre as responsabilidades e os ativos da carteira do Fundo, o Banco implementou uma estratégia de alocação de ativos ao Fundo baseada num exercício de *Asset Liability Modelling*, tendo igualmente estabelecido uma estrutura de governo que monitoriza regularmente a solvência do Fundo (crescimento das responsabilidades versus carteira de ativos).

Existe igualmente um comité de acompanhamento do Fundo de Pensões que monitoriza a evolução do Fundo (através de um relatório elaborado por uma entidade externa independente), nomeadamente o desempenho da carteira de ativos e o *Value-at-Risk* integrado (i.e. o VaR tendo em consideração a evolução esperada dos ativos e responsabilidades) com uma significância estatística de 5% no prazo de um ano. Isto permite ao Haitong Bank monitorizar a solvência de financiamento esperada e determinar se o valor do retorno/risco se encontra dentro do intervalo aceitável definido no exercício de *Asset Liability Modelling*.

RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de procedimentos internos desadequados ou da sua implementação negligente, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. O risco jurídico e de IT incluem-se nesta definição. Desta forma, o risco operacional é visto como o somatório dos seguintes riscos: operacional, de sistemas de informação e de *compliance*.

Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visam assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste

risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco.

As metodologias de gestão em vigor foram definidas com base nos princípios e abordagens à gestão do risco operacional emitidas pelo Comité de Basileia e a abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal, reconhecidos como sendo os que refletem as melhores práticas nesta área.

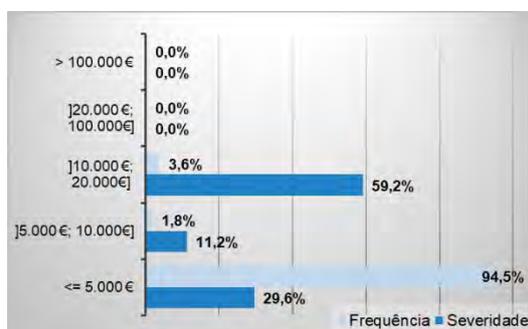
A função de gestão do risco operacional, suportada por uma estrutura exclusivamente dedicada ao acompanhamento deste risco, compreende os seguintes processos:

- Identificação e avaliação dos riscos e controlos através de exercícios de autoavaliação dos processo, riscos e controlos;
- Identificação e avaliação dos riscos operacionais em novos produtos e serviços, incluindo a necessidade de implementar novos controlos para mitigar os riscos identificados;
- Identificação, análise e reporte de eventos de risco operacional;
- Monitorização do risco através de um conjunto de indicadores de risco selecionados;
- Cálculo dos requisitos de capital de acordo com o Método Padrão.

Análise do Risco Operacional

Como mostrado abaixo, no primeiro semestre de 2019, 94,5% de todos os eventos reportados acarretaram perdas inferiores a 5.000 euros.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por escalões individuais de perdas

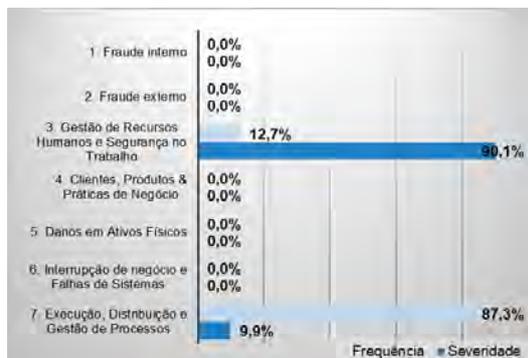


Fonte: Haitong Bank

Os eventos de risco operacional identificados são reportados de forma a permitir a sua caracterização completa e sistematizada e o controlo das ações de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as Categorias de Risco do Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal, por Linhas de Negócio e Tipologias de Eventos de Basileia.

No primeiro semestre de 2019, a tipologia dos eventos de Execução, Distribuição e Gestão de Processos representou 87,3% do total de eventos reportados, mas apenas por 9,9% das perdas reportadas no ano. A tipologia Gestão de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho foi a que apresentou perdas mais significativas no exercício, representando 90,1% do total de perdas de eventos de risco operacional.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por tipo de evento



Fonte: Haitong Bank

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco que resulta da incapacidade, atual ou futura, de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

Práticas de Gestão

A gestão da liquidez e do financiamento é um elemento crítico para persecução dos objetivos estratégicos do Haitong Bank, e constitui, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental para a robustez e resiliência da instituição.

A gestão de liquidez e a estratégia de financiamento do Haitong Bank são da responsabilidade da Comissão Executiva, que assegura a gestão da liquidez do Banco de forma integrada, incluindo a tesouraria de todas as entidades do Haitong Bank.

Assente num modelo de organização sólido e, no sentido de dotar o Banco de proteção face a cenários adversos, a gestão do risco de liquidez do Haitong Bank tem como objetivo alcançar uma estrutura adequada de financiamento, tanto ao nível da sua composição, como ao nível do seu perfil de maturidades, através dos seguintes princípios:

- Assegurar a capacidade de cumprir as obrigações atempadamente e a um custo razoável;
- Cumprir os requisitos regulamentares de liquidez em todas as geografias em que o Banco opera;
- Garantir o total alinhamento com o apetite de risco de liquidez;
- Disponibilizar um buffer de liquidez imediata suficiente para garantir a capacidade de reagir a qualquer evento de stress que possa restringir a capacidade de acesso ao mercado quer em condições normais quer em condições de stress;
- Desenvolver uma base diversificada de investidores e manter o acesso a

múltiplas fontes de financiamento, procurando minimizar o custo de financiamento; e

- Desenvolver de forma contínua um quadro interno adequado à identificação, medição, contenção, monitorização e mitigação do risco de liquidez.

Posição de Liquidez

Rácio de Cobertura de Liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez previsto na CRD IV (Diretiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de ativos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de stress.

Em junho de 2019, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 402%, o que representa uma posição de liquidez de curto prazo muito resiliente, cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos regulamentares.

Rácio de Cobertura de Liquidez

(Em milhares de euros)

	Junho 2019	Dezembro 2018
Ativos de Elevada Qualidade	610.268	633.823
Saídas Líquidas a 30 Dias	151.875	148.947
Rácio de Cobertura de Liquidez	402%	426%

Fonte: Haitong Bank

Net Stable Funding Ratio (NSFR)

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia aprovou o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) em outubro de 2014, no âmbito da reforma regulamentar de Basileia III. O NSFR é uma medida estrutural que procura promover a estabilidade a mais longo prazo, incentivando os bancos a gerir de forma adequada os desfasamentos de

maturidades através do financiamento de ativos de longo prazo com passivos de longo prazo.

Em junho de 2019 o Haitong Bank alcançou um NSFR de 152% assegurando assim um perfil de financiamento de médio longo prazo adequado.

NSFR

	Junho 2019	Dezembro 2018
Net Stable Funding Ratio	152%	116%

Fonte: Haitong Bank

O rácio NSFR acima apresentado baseia-se na atual interpretação das regras regulamentares feita pelo Haitong Bank.

Em maio de 2019, foi publicado o Regulamento (UE) 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), com um capítulo específico dedicado ao NSFR, que será aplicado a partir de junho de 2021.

GESTÃO DE CAPITAL

Ao nível da gestão do capital, o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objetivos e políticas de apetite de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo por isso um elemento crítico na abordagem da instituição para a sua gestão estável e sustentada.

Práticas de Gestão

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objetivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes objetivos:

- Permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital

suficiente para suportar o aumento dos ativos;

- Cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital; e
- Assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital e apetite de risco.

Em complemento aos requisitos regulamentares, o Haitong Bank executa periodicamente uma avaliação interna e prospetiva de todos os riscos materiais (incluindo os riscos não cobertos pelo Pilar 1) a que a instituição está exposta, no âmbito da elaboração do exercício ICAAP.

Adicionalmente, como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank desenvolve um Plano de Recuperação que estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e identifica a lista de ações e estratégias pré-definidas para responder a um evento adverso em termos de capital.

Rácios Regulamentares de Capital e de Alavancagem Solvabilidade

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD IV (Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – *Risk Weighted Assets*) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*) quer a inclusão/dedução de novos elementos (*phased-in*). O período

transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2021.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD IV permite que a inclusão desta reserva de fundos próprios seja faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD IV, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis Bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). De acordo com esta decisão do Banco de Portugal, a 31 de dezembro de 2017, o Haitong Bank encontrava-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia em Portugal. No dia 31 de dezembro de 2018, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do

valor total da posição total em risco. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto anualmente no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal.

A junho de 2019, os rácios de solvabilidade determinados à luz dos métodos Padrão estabelecido na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD IV (Diretiva 2013/36/EU), em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	Junho 2019	
	Período Transitório	Implementação Plena
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	24,3%	24,0%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	30,3%	30,0%
Rácios Fundos Próprios Totais	30,4%	30,1%

Fonte: Haitong Bank

	Dezembro 2018	
	Período Transitório	Implementação Plena
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	22,9%	22,6%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	28,7%	28,3%
Rácios Fundos Próprios Totais	28,9%	28,5%

Fonte: Haitong Bank

A gestão prudente de capital implementada pelo Haitong Bank permitiu o reforço dos níveis de solvabilidade garantindo-lhe uma posição de capital altamente sólida.

Alavancagem

A regulamentação CRR/CRDIV introduziu o rácio de alavancagem não baseado no risco como medida complementar. Este rácio de alavancagem, que compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição, tem como objetivo evitar o acumular de alavancagem excessiva no setor bancário. Assim, o Regulador definiu um limite prévio aos existentes requisitos de capital decorrentes dos ativos ponderados pelo risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco.

A junho de 2019, os rácios de alavancagem determinadas à luz dos métodos Padrão previstos no regime de Basileia III, em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

Rácio de Alavancagem

	Junho 2019	Dezembro 2018
Período Transitório	19,0%	18,6%
Implementação Plena	18,8%	18,4%

Fonte: Haitong Bank

O rácio de alavancagem acima apresentado baseia-se na atual interpretação das regras regulamentares feita pelo Haitong Bank.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos Resultados Consolidados dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2019 e 2018

	Notas	30.06.2019	30.06.2018 Reexpresso
(milhares de euros)			
Juros e proveitos similares	5	39 946	44 875
Juros e custos similares	5	24 700	31 761
Margem financeira		15 246	13 114
Rendimentos de serviços e comissões	6	45 464	38 742
Encargos com serviços e comissões	6	(2 377)	(4 451)
Resultados de instrumentos de trading	7	2 304	(6 220)
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	8	3 679	2 991
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	9	1 756	3 087
Resultados de contabilidade de cobertura	19	(6)	-
Resultados de reavaliação cambial	10	(4 674)	775
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros mensurados ao custo amortizado	11	62	150
Outros resultados operacionais	12	(4 368)	(4 156)
Proveitos operacionais		57 086	44 032
Custos com pessoal	13	23 704	21 916
Gastos gerais administrativos	15	10 762	13 734
Depreciações e amortizações	24 e 25	4 181	3 212
Provisões líquidas de anulações	31	860	(106)
Imparidade em activos financeiros	31	461	23 006
Custos operacionais		39 968	61 762
Resultados de associadas	26	(52)	(85)
Resultado antes de impostos		17 066	(17 815)
Impostos			
Correntes	32	1 971	14 746
Diferidos	32	6 499	(13 401)
		8 470	1 345
Resultado de actividades em continuação		8 596	(19 160)
Resultado de actividades descontinuadas	34	2 573	16 788
Resultado líquido do período		11 169	(2 372)
Atribuível aos accionistas do Banco		10 649	(2 133)
Atribuível aos interesses que não controlam	36	520	(239)
		11 169	(2 372)
Resultados por acção básicos (em euros)	16	0,06	-0,01
Resultados por acção diluídos (em euros)	16	0,06	-0,01

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2019 e 2018

(milhares de euros)

	30.06.2019	30.06.2018
Resultado líquido do período		
Atribuível aos accionistas do Banco	10 649	(2 133)
Atribuível aos interesses que não controlam	520	(239)
	<u>11 169</u>	<u>(2 372)</u>
Outro rendimento integral do período		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais líquidos de impostos	(8 123)	568
	<u>(8 123)</u>	<u>568</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Diferenças de câmbio líquidas de impostos		
Diferenças de câmbio resultantes de subsidiárias em moeda estrangeira	2 763	(5 755)
Ganhos/(Perdas) com cobertura de net investment	(5 569)	-
Impostos sobre cobertura de net investment	1 392	-
Efeito do risco próprio na valorização de passivos líquido de impostos	356	1 832
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	(184)
Rendimento integral das actividades descontinuadas líquido de impostos	(42)	-
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através outro rendimento integral, líquidas de impostos	1 887	(10 340)
Reciclar reserva cambial das actividades descontinuadas	-	(285)
	<u>787</u>	<u>(14 732)</u>
Total do rendimento integral do período	<u>3 833</u>	<u>(16 536)</u>
Atribuível aos accionistas do Banco	<u>2 495</u>	<u>(11 811)</u>
Atribuível aos interesses que não controlam	<u>1 338</u>	<u>(4 725)</u>
	<u>3 833</u>	<u>(16 536)</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balço Consolidado em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018

	Notas	30.06.2019	31.12.2018
(milhares de euros)			
Activo			
Caixa e Equivalentes de Caixa	17	277 191	341 255
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		570 928	641 358
Activos financeiros detidos para negociação		529 661	597 104
Títulos	18	410 751	466 957
Instrumentos financeiros derivados	19	118 910	130 147
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		41 267	44 254
Títulos	20	41 027	38 471
Crédito a clientes	22	240	5 783
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	20	304 253	515 813
Ativos financeiros pelo custo amortizado		1 160 193	722 371
Títulos	20	402 706	87 085
Aplicações em instituições de crédito	21	289 867	126 828
Crédito a clientes	22	467 620	508 458
Ativos não correntes detidos para venda	23	2 533	2 533
Ativos de unidades em descontinuação	34	191 048	213 920
Outros activos tangíveis	24	14 935	5 364
Ativos intangíveis	25	17 362	18 243
Investimentos em associadas	26	435	487
Ativos por impostos		165 957	172 359
Ativos por impostos correntes	32	44 589	44 360
Ativos por impostos diferidos	32	121 368	127 999
Outros activos	27	241 174	261 060
Total de Activo		2 946 009	2 894 763
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação		169 956	304 873
Títulos	18	5 338	119 907
Instrumentos financeiros derivados	19	164 618	184 966
Passivos financeiros ao custo amortizado		1 182 414	921 775
Recursos de instituições de crédito	28	570 314	358 957
Recursos de clientes	29	432 504	400 206
Responsabilidades representadas por títulos	30	179 596	162 612
Derivados - Contabilidade de Cobertura	19	1 047	-
Passivos de unidades em descontinuação	34	836 692	903 169
Provisões	31	16 347	15 202
Passivos por impostos		3 667	3 694
Passivos por impostos correntes	32	2 638	2 817
Passivos por impostos diferidos	32	1 029	877
Outros passivos	33	116 547	130 544
Total de Passivo		2 326 670	2 279 257
Capital Próprio			
Capital	35	844 769	844 769
Prémios de emissão	35	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	35	108 773	108 773
Reservas de reavaliação	36	1 438	(173)
Outras reservas e resultados transitados	36	(382 453)	(373 847)
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco		10 649	1 159
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		591 972	589 477
Interesses que não controlam	36	27 367	26 029
Total de Capital Próprio		619 339	615 506
Total de Passivo e Capital Próprio		2 946 009	2 894 763

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos períodos findos em 30 de Junho de 2019, 31 de Dezembro de 2018 e 30 de Junho de 2018

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	844 769	8 796	3 731	4 787	(229 212)	(130 187)	502 684	31 082	533 766
Impacto da adopção da IFRS 9	-	-	-	(234)	(1 152)	-	(1 386)	(19)	(1 405)
Saldo em 01 de Janeiro de 2018	844 769	8 796	3 731	4 553	(230 364)	(130 187)	501 298	31 063	532 361
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Nota 36):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(9 391)	-	-	(9 391)	(949)	(10 340)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	(184)	-	(184)	-	(184)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(2 218)	-	(2 218)	(3 537)	(5 755)
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	1 832	-	1 832	-	1 832
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	568	-	568	-	568
Reciclar reserva cambial das actividades descontinuadas	-	-	-	-	(285)	-	(285)	-	(285)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(2 133)	(2 133)	(239)	(2 372)
Total do rendimento integral do período	-	-	-	(9 391)	(287)	(2 133)	(11 811)	(4 725)	(16 536)
Emissão de outros instrumentos de capital (ver Nota 35)	-	-	105 042	-	-	-	105 042	-	105 042
Constituição de reservas	-	-	-	-	(130 187)	130 187	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2018	844 769	8 796	108 773	(4 838)	(360 838)	(2 133)	594 529	26 338	620 867
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Nota 36):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	4 750	-	-	4 750	502	5 252
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	(326)	-	(326)	-	(326)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(11 587)	-	(11 587)	55	(11 532)
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	1 490	-	1 490	-	1 490
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(2 672)	-	(2 672)	-	(2 672)
Transferência de rendimento integral de actividades a descontinuar	-	-	-	(85)	86	-	1	-	1
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	3 292	3 292	527	3 819
Total do rendimento integral do período	-	-	-	4 665	(13 009)	3 292	(5 052)	1 084	(3 968)
Transacções com interesses que não controlam (ver Nota 36)	-	-	-	-	-	-	-	(1 393)	(1 393)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	844 769	8 796	108 773	(173)	(373 847)	1 159	589 477	26 029	615 506
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Nota 36):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	1 611	-	-	1 611	276	1 887
Outro rendimento integral apropriado de descontinuadas	-	-	-	-	(42)	-	(42)	-	(42)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(1 956)	-	(1 956)	542	(1 414)
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	356	-	356	-	356
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(8 123)	-	(8 123)	-	(8 123)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	10 649	10 649	520	11 169
Total do rendimento integral do período	-	-	-	1 611	(9 765)	10 649	2 495	1 338	3 833
Constituição de reservas	-	-	-	-	1 159	(1 159)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2019	844 769	8 796	108 773	1 438	(382 453)	10 649	591 972	27 367	619 339

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos períodos findos em 30 de Junho de 2019 e 2018

		(milhares de euros)	
	Notas	30.06.2019	30.06.2018
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		63 375	63 204
Juros e custos pagos		(19 528)	(49 257)
Serviços e comissões recebidas		45 892	34 314
Serviços e comissões pagas		(2 377)	(4 574)
Recuperações de créditos		62	111
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(38 410)	(38 876)
		49 014	4 922
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais		(1 298)	762
Activos e passivos financeiros de negociação		(64 888)	(107 707)
Aplicações em instituições de crédito		(162 413)	78 159
Recursos de instituições de crédito		210 631	86 202
Crédito a clientes		32 501	85 552
Recursos de clientes e outros empréstimos		31 867	(167 910)
Derivados para gestão de risco		-	(22 123)
Outros activos e passivos operacionais		(57 813)	4 386
		37 601	(37 757)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		37 601	(37 757)
Impostos sobre os lucros pagos		(2 379)	(14 532)
		35 222	(52 289)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	23 846
Compra de investimentos em títulos		(395 428)	(358 881)
Venda de investimentos em títulos		284 722	317 076
Compra de imobilizações		(990)	(849)
Venda de imobilizações		(85)	146
		(111 781)	(18 662)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	30	11 550	74 797
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados	30	(353)	(34 666)
Emissão de outros instrumentos de capital	35	-	105 042
		11 197	145 173
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		11 197	145 173
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(65 362)	74 222
Caixa e equivalentes no início do período		335 945	469 456
Caixa e equivalentes no fim do período		270 583	543 678
		(65 362)	74 222
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	247 914	439 066
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	29 278	107 666
(-) Reservas Mínimas	17	(6 609)	(3 054)
Total		270 583	543 678

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de Agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em Setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil e Irlanda.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong International Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
Haitong Bank SA	1983	-	Portugal	Banca	100%	Integral
Haitong Capital - SCR, S.A.	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Private Equity	46%	Eq. Patrimonial
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
Haitong do Brasil Participações Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong Negocios, SA	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral
Haitong do Brasil DTVM, SA	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong Securities do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral

O Haitong Bank iniciou em 2013 um plano de simplificação do seu grupo. No âmbito desse processo foram tomadas diversas medidas, incluindo a alienação e a fusão de diversas participações. O processo de simplificação manteve-se ao longo de 2019, sendo as principais alterações à estrutura do grupo apresentadas abaixo.

Em Junho, o Banco de Portugal autorizou o estabelecimento de sucursal do Haitong Bank, S.A. em Macau. O início de atividade da Sucursal está dependente da conclusão do processo de autorização junto das Autoridades de Macau competentes.

Durante o período de seis meses de 2019, não houve movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas. Durante o exercício de 2018, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2018					
	Aquisições		Vendas			Mais/(menos valias) em vendas/ liquidações
	Outros Investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (b)	Total	
Empresas subsidiárias						
Haitong (UK) Limited (ver Nota 35)	-	-	10 167	-	10 167	2 902
Haitong Securities USA LLC (ver Nota 35)	-	-	13 642	-	13 642	10 330
Haitong Negócios, S.A.	12 724	12 724	-	-	-	-
Haitong Investimento DTVM, S.A.	8 262	8 262	-	-	-	-
FI Multimercado Treasury	1 125	1 125	-	-	-	-
	22 111	22 111	23 809	-	23 809	13 232
Empresas associadas						
MCO2	-	-	-	37	37	(13)
Fundo Espírito Santo IBERIA I	-	-	-	1 813	1 813	-
Windart, Lda	-	-	-	1	1	-
	-	-	-	1 851	1 851	(13)
Total	22 111	22 111	23 809	1 851	25 660	13 219

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

(b) Reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, n.º 5/2015), as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A., (Banco ou Haitong Bank) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao período findo em 30 de Junho de 2019 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 30 de Junho de 2019. Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são apresentadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2019. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, excepto no que se refere às alterações decorrentes da adopção da seguinte norma: IFRS 16 – Locações. A IFRS 16 vem substituir a IAS 17 – Locações – Reconhecimento e Mensuração e estabelece novas regras para a contabilização das locações.

O Banco adoptou os requisitos apresentados pela IFRS 16, que são na generalidade, aplicados retrospectivamente através do ajustamento do balanço de abertura à data da aplicação, por consequente, a informação comparativa não foi corrigida e continua a ser relatada na IAS 17 e na IFRIC 4. Os detalhes das políticas contabilísticas segundo a IAS 17 e IFRIC 4 são divulgados separadamente se os efeitos comparativos forem díspares à IFRS 16 e o impacto dessas mesmas diferenças está divulgado na Nota 40.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros activos financeiros, passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda e activos de unidades em descontinuação são registados ao menor valor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 24 de Setembro de 2019.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando tem o poder de dirigir as actividades relevantes da entidade, e está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Transações materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de pessoal de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da

primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combinations*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transacções com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Haitong Bank.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio médias do exercício;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados.

2.4. Instrumentos financeiros (IFRS 9)

As políticas contabilísticas em vigor após a adopção da IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018 que são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, encontram-se descritas abaixo.

2.4.1. Classificação de activos financeiros

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Activos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Activos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

a) Activos financeiros pelo custo amortizado

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo é manter activos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, Crédito a clientes e títulos de dívida.

b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos activos financeiros e a sua venda, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de atividades à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classifica-lo na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32. Na data de transição e em 30 de Junho de 2019 o Banco não adoptou esta opção irrevogável prevista na IAS 32, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de “Activos financeiros pelo custo amortizado” ou de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. Na data da transição e em 30 de Junho de 2019 o Banco não adoptou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

- activos financeiros na sub-categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados - Activos financeiros detidos para negociação”, quando:
 - i. sejam originados ou adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo;
 - ii. sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de acções recentes com o objectivo de obter ganhos no curto prazo;
 - iii. sejam instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.
- - activos financeiros na sub-categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados- activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados”, quando:
 - i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).
 - ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como detidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados e de activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de activos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do activo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos activos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter activos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos activos financeiros (SPPI)

Se um activo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos activos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Grupo não tivesse efectuado a transacção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Grupo valoriza os activos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção (excepto no caso de activos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- b) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de activos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente.
- b) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros têm procedimento igual ao dos activos ao custo amortizado.
- b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.
- c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.
- d) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se fossem mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adoptada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do activo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do activo financeiro é recalculado como o valor actual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Grupo decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de activos financeiros, reclassificaria todos os activos financeiros afectados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um activo financeiro nas seguintes situações:

- quando transfere esse activo e, na sequência dessa transacção, todos os riscos e benefícios desse activo são transferidos para outra entidade quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo.;
- quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo, ou uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento.
- quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo.

Crédito abatido ao activo (Write-off)

O Grupo reconhece um crédito abatido ao activo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um activo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as acções de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao activo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

Activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são activos que apresentam evidências objectivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um activo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- activos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contrato original, o qual apresentava evidências objectivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contrato que reflecte as perdas de imparidade incorridas;
- activos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflecte as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efectiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de cash flows descontados).

Imparidade de activos financeiros

O Grupo determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida que são mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da norma IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspetiva forward looking.

As perdas por imparidade do período dos instrumentos de dívida são reconhecidas como um custo na rubrica Imparidades de ativos financeiros na demonstração de resultados. As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida que estão mensurados ao custo amortizado e mensurados ao justo valor por outro rendimento integral são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

Modelo de Imparidade

A norma IFRS 9 substitui o modelo de perda incorrida do IAS 39 pelo modelo prospetivo de perdas de crédito esperadas (ECL), que considera as perdas esperadas ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconómicos, assim como outras informações prospetivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- **Estágio 1** – Performing: ativos financeiros para os quais, não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- **Estágio 2** – Under Performing: ativos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- **Estágio 3** – Non Performing: ativos financeiros para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O modelo coletivo de imparidade implementado pelo Grupo é aplicável a todos os instrumentos financeiros que não apresentem quaisquer sinais de alerta (classificados em Estágio 1), enquanto os instrumentos financeiros classificados nos Estágios 2 e 3 são sujeitos a uma análise individual.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em Estágio 1 (exceto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objetiva de imparidade (Purchased or originated credit impaired - "POCI"), que são alocados no Estágio 3). Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Uma mudança no risco de crédito pode resultar numa transferência de Estágio 1 para os Estágios 2 ou 3. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em Estágio 1 com uma perda de crédito esperada em 12 meses. Caso contrário, se se verificar um incremento significativo da probabilidade de incumprimento (Probability of Default ("PD")) face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para Estágio 2 e, conseqüentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para Estágio 3 ocorre mediante uma evidência objetiva de imparidade.

No momento em que um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objetiva de imparidade, é reclassificado para Estágio 2. É assumido que, quando um ativo financeiro recupera de Estágio 3, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em Estágio 2. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em Estágio 3, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). Refira-se ainda que as exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para Estágio 1.

Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- Empréstimos e Adiantamentos a Clientes;
- Empréstimos e Adiantamentos a Bancos;
- Títulos
- Devedores e outras contas a receber;
- Caixa e Equivalentes de Caixa.

Adicionalmente, conforme de acordo com a norma IFRS 9 o Banco inclui no cálculo das perdas de crédito esperadas para as garantias prestadas e compromissos assumidos.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- Ativos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (Estágio 1 – Performing): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de default que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).
- Ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (Estágio 2 – Under Performing e Estágio 3 – Non Performing): correspondem às perdas de crédito esperadas

“lifetime” apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento.

- Compromissos de crédito não utilizados: o montante dos compromissos de crédito não utilizados à data de referência multiplicado pelo fator de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;
- Garantias financeiras: o valor atual dos reembolsos esperados menos os montantes que o Grupo espera recuperar.

Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Grupo considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de duas abordagens: (i) comparação entre o rating atual e o rating no momento de reconhecimento inicial do contrato e (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (warning signals).

Os sinais de alerta internos são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido há mais de 30 dias; (ii) clientes em disputa na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) clientes com sinais de alerta ativados nos últimos três meses; e (vi) outras situações pontuais/excepcionais (ad-hoc). O Grupo identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos triggers (i), (iii), (v) e (vi) ativados; e (b) devedores com triggers (ii) e (iv) ativados simultaneamente.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Grupo, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade.

Definição de incumprimento

No âmbito da norma IFRS 9, o Grupo considera os seus ativos financeiros como estando em incumprimento aplicando a mesma definição usada para efeitos prudenciais. Assim, o Haitong Bank define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições materialmente relevantes vencidas há mais de 90 dias; 2) não ser provável o reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (“pulling effect”).

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao ativo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração de resultados do banco (em todo ou parte); e vi) outras condições (ad-hoc) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adotada pelo Grupo cumpre com o artigo 178º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, quanto aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento, incluindo a definição da Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) para exposições não produtivas (“NPE”), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

2.4.2. Contabilidade de cobertura

Conforme permitido pela IFRS 9, o Grupo optou por aplicar os requisitos para a aplicação de contabilidade de cobertura previstos na norma IAS 39.

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro;
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IFRS 9, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Grupo executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, demonstrando que as variações do justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por variações de justo valor do elemento coberto na parcela atribuída ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do período no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

2.4.3. Passivos Financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados” incluem:

a) Passivos financeiro detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado.

b) Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transacções efectuadas pelo Grupo no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subsequentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito do passivo é reconhecida em outro rendimento integral;
- o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e custos similares" com base na taxa de juro efectiva de cada transacção.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos similares", com base no método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.4.4. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de "Juros e proveitos similares" ou "Juros e custos similares" (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no stage 1 ou stage 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no stage 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e. para activos financeiros que entrem em stage 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efectiva reflete as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

2.4.5. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.5. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimo de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.6. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.7. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Activos não correntes detidos para venda e activos de unidades em descontinuação

Activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de efectuar uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5. Para que a venda seja altamente provável, o Grupo deve dispor de um plano aprovado pelo órgão de administração adequado, bem como deve ser expectável que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída até um ano após a data da classificação.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Em 2018, em resultado da decisão e das ações em curso com vista à alienação da Haitong Investment Ireland PLC, os activos e passivos desta entidade foram reclassificados para as rubricas de “Activos e passivos de unidades em descontinuação”. Ainda de acordo com os requisitos da Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas”, os resultados gerados por estas entidades são apresentados numa única linha das Demonstrações dos Resultados (“Resultados de actividades em descontinuação”), tendo o período comparativo apresentado sido reexpresso em conformidade.

2.9. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	5 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Instalação de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro Equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.11. Contratos de Locação (IFRS 16)

Conforme descrito na nota 2.1, o Grupo adotou a norma IFRS 16 – “Locações” a 1 de janeiro de 2019, substituindo a IAS 17 – “Locações”, que vigorou até 31 de dezembro de 2018. O Grupo não adotou nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

No início de um contrato, as instituições avaliam se um contrato é ou contém uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo avalia se:

- o contrato envolve o uso de um ativo identificado – este ativo poderá ser explícita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o ativo não é identificado;
- o Banco tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do ativo durante o período contratado; e

- o Banco tem o direito de direcionar o uso do ativo. O Banco tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o ativo é usado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o ativo é usado é predeterminada, o Banco tem o direito de direcionar o uso do ativo se:
 - o Banco tem o direito de operar o ativo; ou
 - o Banco desenhou o ativo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados, ou alterados, em ou após 1 de janeiro de 2019.

O Banco optou por não separar as componentes de locação e contabilizar uma só locação, portanto, no que diz respeito às componentes de não locação, as mesmas são separadas e tratadas de acordo com a respectiva norma.

Como locatário

O Banco reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos ativos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efetuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contrato, ao valor presente dos pagamentos da locação que não são efetuados nessa data. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contrato de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Banco. Geralmente, o Banco usa a taxa incremental de financiamento do Banco como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância;
- pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e
- o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva. É reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contabilístico do ativo de direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Locações de ativos de curto prazo e baixo valor

O Banco optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de locação de maquinaria que tenha prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Banco reconhece os pagamentos da locação associados a esses contratos como despesa de forma linear durante o período da locação.

Como locador

Quando o Banco atua como locador, determina, no início do contrato, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao ativo de direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao ativo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". As políticas contabilísticas aplicáveis ao Banco como locador no período comparativo não são diferentes de IFRS 16. No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao ativo subjacente.

2.12. Locações (IAS 17)

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.13. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 14, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com

serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma previsto no ACTV) e que serve de base do cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Até 1 de fevereiro de 2017, constituíam contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade / Prémio de Carreira

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo Haitong Bank assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade eram contabilizados pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados. O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade era

estimado periodicamente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseavam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo era determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma. Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo remensurações e custos de serviços passados, era reconhecido em resultados.

Decorrente da assinatura do novo ACT em 5 de julho de 2016, o prémio de antiguidade terminou, tendo o Grupo procedido ao pagamento aos seus colaboradores dos proporcionais respeitantes ao prémio que seria devido à data de entrada em vigor do novo ACT.

Em substituição do prémio de antiguidade o novo ACT prevê o pagamento por parte do Grupo de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício, à semelhança do modelo de contabilização dos prémios de antiguidade.

O valor das responsabilidades do Grupo com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Renunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.14. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.15. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja provável que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.16. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.17. Reporte por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.18. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Perdas por imparidade em activos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral

O Grupo efectua uma revisão periódica dos activos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.4.1.

Análise Individual

Atendendo às características específicas do portfolio de crédito, o Grupo decidiu que a abordagem principal para o cálculo de imparidade é a análise individual, tendo em conta fatores relevantes e particulares que podem justificar um eventual ajustamento à taxa de imparidade.

O Departamento de Risco identifica todas as posições sujeita à análise individual - exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (Estágio 2) e exposições em imparidade (Estágio 3), sendo as mesmas objeto de discussão em sede de Comité de Imparidade.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade inclui: a) informação histórica (exposição por contrato e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respetiva valorização); e b) cenários com cash flows-esperados descontados à data atual, utilizando a taxa de custo de dívida aplicável em cada período, para obtenção das perdas esperadas para cada cenário desenvolvido. Para cada um dos cenários apresentados são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados os respetivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a atividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras histórica, eventos subsequentes e projeções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais (apresentado as respetivas metodologias de avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Análise Colectiva

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de duas abordagens: (i) comparação entre o rating atual e o rating no momento de reconhecimento inicial do contrato e (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (em cima elencados).

A probabilidade de Incumprimento (Probability of Default – PD) reflete a probabilidade de incumprimento num dado momento. O Haitong Bank toma em consideração as PD's da S&P, em que o processo de atribuição de rating é realizado pelo Haitong Bank com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade.

Relativamente à Perda dado o Incumprimento (Loss Given Default – LGD): magnitude da perda no momento de um incumprimento, o Banco aplica a LGD com base nos benchmarks da Moody's que cobrem um amplo período histórico.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Por outro lado, o Banco regista impostos diferidos de acordo com a política descrita na Nota 2.14, sendo os ativos por impostos diferidos registados apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O histórico apuramento de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afectados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Grupo com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros determinadas a partir de um plano de negócios.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da actividade do Grupo e ao timing de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza do regime fiscal aplicável em anos futuros, tendo considerado a aplicação de um regime baseado na aceitação fiscal das imparidades para risco específico de crédito.

Relativamente à actividade em Portugal, foi publicado em 4 de Setembro de 2019, a lei nº98/2019, que estabelece as regras específicas relativamente ao regime fiscal aplicável a imparidades do crédito e provisões para garantias para os períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019. Este regime é facultativo e Banco encontra-se a analisar uma possível adesão. Neste contexto, o Banco considerou, para efeitos de apuramento do lucro tributável e do registo e análise da recuperabilidade dos impostos diferidos activos por referência a 30 de junho de 2019, que o valor da imparidade do crédito e provisões para garantias registada que é dedutível para efeitos de IRC corresponde ao valor das provisões dedutíveis que seria apurado caso se mantivesse em vigor a remissão para o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95.

Em 2018, o Banco procedeu à adopção da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, sendo que relativamente a esta matéria não existe um regime transitório que estabeleça o tratamento fiscal a conferir aos ajustamentos de transição para a IFRS 9, pelo que o tratamento conferido resultou da interpretação do Banco da aplicação das regras do Código do IRC. O Banco procedeu à análise de recuperabilidade dos impostos diferidos activos com referência a 1 de Janeiro de 2019, considerando os impactos relacionados com a adopção da IFRS 9 e a actual interpretação das implicações fiscais aplicáveis aos ajustamentos de transição para a IFRS 9.

Decorre da análise efectuada que se revela possível a utilização dos prejuízos fiscais gerados, incluindo os relativos aos gerados no exercício de 2017. Porém, atendendo aos factores de incerteza existentes e numa abordagem prudente, não foram registados impostos diferidos activos sobre o montante de prejuízos fiscais reportáveis apurados em 2017 pelo Grupo.

Os pressupostos assumidos foram considerados os mais adequados pelo Conselho de Administração do Banco face à informação disponível na data de aprovação das demonstrações financeiras. Não obstante, a utilização de pressupostos diferentes ao nível das variáveis anteriormente referidas poderia originar conclusões diferentes das que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, excepto no caso de ter sido efectuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.3. Imparidade do *goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente e quando existem sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxa de desconto das responsabilidades e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e activos e passivos ao justo valor através de resultados

O justo valor dos instrumentos cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte, e podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

No caso concreto das flutuações de justo valor de passivos financeiros resultantes da variação do risco de crédito próprio, o Grupo considera a curva de taxas de juro disponível para uma entidade financeira cujo rating é compatível com o do Grupo.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.6. Classificação e mensuração

A classificação e mensuração de activos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Grupo determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm que ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliada; os riscos que afectam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Grupo monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definidos para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua do Grupo do modelo de negócios dos activos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros.

3.7. Contratos de Locação (IFRS 16)

Taxa incremental implícita

De acordo com o IFRS 16, os pagamentos do lease serão descontados utilizando a taxa de juro implícita do lease. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, o arrendatário deve usar a taxa de financiamento incremental do arrendatário. A metodologia de cálculo da taxa de desconto requer julgamentos de valor e estimativas significativas, e as entidades devem considerar fatores internos e externos no momento em que a taxa de desconto é calculada.

- Taxa implícita de lease - definida como a taxa de juros igual ao valor presente dos pagamentos do lease e do valor residual não garantido, com a soma do valor justo do ativo subjacente e do custo direto inicial de qualquer locador, geralmente é afetada pela estimativa do locador do valor residual do ativo subjacente ao final do arrendamento e outros fatores (custos diretos, por exemplo) ou impostos;
- Taxa de financiamento incremental - pode ser definida como a taxa que um arrendatário teria que pagar para um empréstimo por um período semelhante à duração do contrato de arrendamento e essa garantia (natureza e qualidade da garantia fornecida), os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante ao do ativo de direito de uso, em um ambiente económico semelhante. Essa taxa é composta por vários componentes-chave, como: (i) a taxa sem risco do país por um período semelhante ao prazo do arrendamento (dependendo da moeda e do ambiente económico), (ii) um ajuste para o risco de crédito do arrendatário (spread) e (iii) um ajuste para o prémio de risco de empréstimos garantidos versus empréstimos não garantidos.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Fusões e Aquisições

A Direção de Fusões e Aquisições tem como objetivo prestar assessoria financeira a clientes em operações de compra, venda ou fusões entre empresas, gerando negócio e consequentemente valor para o Banco.

Adicionalmente, esta Direção tem também como objetivo realizar projetos de cariz mais específico, tais como avaliações, reestruturações e estudos de viabilidade que fortaleçam a relação com seus os clientes, permitindo a continuidade de negócio.

Mercado de Capitais

A Direção de Mercado de Capitais tem como objetivo angariar mandatos para colocação de produtos de dívida e *equity*, direccionados para o mercado e proceder à organização, estruturação e montagem das respetivas operações.

Adicionalmente, esta Direção promove potenciais sinergias com as restantes áreas de negócio e geografias do Banco, especialmente nas oportunidades emergentes de *cross-border deals*.

Renda Fixa, Moeda e Commodities

A Direção de *Fixed Income, Currency and Commodities* tem como objetivo, fornecer um produto e serviço profissional, diferenciado e de alta qualidade para clientes institucionais e corporativos. Além disso, fornece ao Haitong Bank uma forte plataforma de distribuição internacional disponível para produtos de *Investment Banking*.

A Direção de FICC oferece ainda serviços de criação de mercado para títulos de dívida *corporate* e soberana. Encontra-se ligada à capacidade de distribuição, permitindo captar o fluxo de clientes, identificar novas oportunidades de negócio e promover atividades transfronteiriças.

Além disso, também é responsável por oferecer instrumentos de cobertura de risco *taylor made* dirigido a clientes Corporate (multi-ativos e multi-moedas), oferecendo uma ampla gama de produtos com *payoffs plain vanilla* e estruturados.

Acções

A Direção de Equities tem como objetivo disponibilizar um serviço de execução de ordens, focado na oferta de acções de emitentes europeus, americanos e de mercados emergentes, destinados a investidores europeus.

Esta direção suporta a sua atividade comercial no research produzido pela Direção de *Research*.

Disponibilizam ainda uma plataforma de suporte ao *Investment Banking* do Grupo, através da distribuição de novas emissões de capital ou de operações *follow-on*.

Financiamentos Estruturados

A Direção de Structured Finance tem como objetivo originar, estruturar e concretizar novas operações de financiamento, nomeadamente nas áreas de acquisition / leverage finance, asset based e project finance, bem como a prestação de serviços de assessoria financeira na estruturação de operações, incluindo processos de concursos públicos relacionados com concessões de infraestruturas e/ou a prestação de serviços como arranger e agente de operações de financiamento através de empréstimos bancários ou de empréstimos obrigacionistas em regime de project finance ("Project Bonds").

Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de funding atuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como o nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria tem também como objetivo gerir a carteira própria de tesouraria do Banco de forma eficaz e eficiente.

Clientes

A Direção de Clientes tem como objetivo estabelecer relação com clientes dos diferentes sectores de atividade, com vista à identificação de oportunidades e consequente captação de negócio para as áreas de produto do Banco, bem como ao reforço do posicionamento estratégico do Banco no mercado.

Complementarmente, tem também como objetivo acompanhar oportunidades cross border, com vista em garantir a articulação comercial entre geografias.

Mercados Globais

A Direção de Global Markets tem como missão a gestão de riscos de mercado a que o Banco esteja exposto.

Private Equity

Este segmento tem por objeto apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

Centro Corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função Compliance, CEO Office, Departamento Financeiro, Clientes, entre outras.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não é obrigatório individualizar (Direcção de Research, Direcção de Asset Management, Direcção Special Portfolio Management, e outros centros de proveitos).

4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS 8.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A actividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 parâmetros específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função

da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Resultados de serviços e comissões

De acordo com a política definida pelo Grupo, o resultado com a prestação de serviços e comissões é reconhecido no momento da entrega do serviço aos seus clientes.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do Haitong Bank. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluindo os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Activos não correntes detidos para venda.

Activos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha e Varsóvia e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efectuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em											Total
	30.06.2019											
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	FICC	Equities	Global Markets	Private Equity	Tesouraria	Centro corporativo	Outros	
Resultado Financeiro	3 803	(459)	-	2 620	375	(33)	6 500	-	(570)	11	2 999	15 246
Serviço a Clientes	4 841	445	5 637	30 179	3 360	487	(142)	468	(1 935)	(840)	676	43 176
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	8 644	(14)	5 637	32 799	3 735	454	6 358	468	(2 505)	(829)	3 675	58 422
Resultados Op Financeiras	(15)	41	54	-	782	(9)	582	2 217	(29)	(982)	514	3 155
Custos Deduzindo Produto Bancário	(168)	-	(69)	(2)	(151)	(13)	(365)	(10)	125	(3 735)	(155)	(4 543)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	27	(27)	-	-	(499)	-	(4)	-	468	(18)	53	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	8 488	-	5 622	32 797	3 867	432	6 571	2 675	(1 941)	(5 564)	4 087	57 034
Custos Operativos	1 425	601	2 509	1 609	3 362	1 084	989	706	826	23 813	1 723	38 647
Custos com Pessoal	1 193	401	1 872	1 054	1 907	421	484	541	416	14 256	1 159	23 704
Gastos gerais administrativos	202	190	555	530	1 178	629	413	163	355	6 028	519	10 762
Depreciações e Amortizações	30	10	82	25	277	34	92	2	55	3 529	45	4 181
RESULTADO BRUTO	7 063	(601)	3 113	31 188	505	(652)	5 582	1 969	(2 767)	(29 377)	2 364	18 387
Imparidade e Provisões	809	132	(138)	(113)	(163)	(1)	142	(986)	(1)	(1 101)	99	(1 321)
Imparidade de crédito	484	-	-	-	8	-	(2)	(785)	-	35	99	(1 61)
Imparidade de títulos	17	-	-	(38)	(4)	-	144	-	-	-	-	119
Provisões líquidas e outras imparidades	308	132	(138)	(75)	(167)	(1)	-	(201)	(1)	(1 136)	-	(1 279)
Resultado antes de impostos	7 872	(469)	2 975	31 075	342	(653)	5 724	983	(2 768)	(30 478)	2 463	17 066

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em											Total
	30.06.2018											
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	FICC	Equities	Global Markets	Private Equity	Tesouraria	Centro corporativo	Outros	
Resultado Financeiro	2 158	(1 059)	-	155	5 925	(62)	8 608	-	(6 777)	-	4 160	13 114
Serviço a Clientes	9 680	490	6 985	11 818	566	3 319	269	1 818	(963)	-	947	34 929
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	11 838	(569)	6 985	11 973	6 491	3 257	8 877	1 818	(7 740)	-	5 107	48 043
Resultados Op Financeiras	462	(107)	-	47	298	-	(635)	2 555	(15 388)	-	14 385	1 617
Custos Deduzindo Produto Bancário	(254)	-	(170)	(68)	(70)	(17)	(593)	(13)	(552)	(3 779)	(193)	(5 709)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	(867)	867	(17)	-	1 963	(146)	23	-	13 196	-	(15 018)	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	11 179	191	6 798	11 952	8 682	3 094	7 672	4 360	(10 484)	(3 779)	4 281	43 951
Custos Operativos	899	619	3 094	1 117	2 751	1 316	1 684	1 205	1 682	23 021	1 475	38 862
Custos com Pessoal	693	368	2 290	797	1 427	540	692	497	298	13 303	1 011	21 916
Gastos gerais administrativos	178	239	699	294	1 042	730	782	705	1 324	7 327	414	13 734
Depreciações e Amortizações	28	12	105	26	282	46	210	3	60	2 391	50	3 212
RESULTADO BRUTO	10 280	(428)	3 704	10 835	5 931	1 778	5 988	3 155	(12 166)	(26 800)	2 806	5 089
Imparidade e Provisões	(11 343)	(22 937)	(111)	34	72	-	(584)	17	(81)	12 043	(10)	(22 900)
Imparidade de crédito	(6 280)	(12 126)	-	-	-	-	(89)	-	-	(79)	(10)	(18 584)
Imparidade de títulos	(3 711)	-	-	-	(75)	-	(295)	-	(63)	-	-	(4 144)
Provisões líquidas e outras imparidades	(1 352)	(10 811)	(111)	34	147	-	(200)	17	(18)	12 122	-	(1 72)
Resultado antes de impostos	(1 063)	(23 365)	3 593	10 869	6 003	1 778	5 404	3 172	(12 247)	(14 757)	2 796	(17 811)

A 30 de Junho de 2018 a coluna “Outros” inclui a reclassificação dos resultados das Actividades descontinuadas.

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	30.06.2019			
	Portugal	Resto Europa	América	Total
Resultado líquido	5 097	4 195	1 357	10 649
Activo líquido	1 640 715	346 138	959 156	2 946 009
Investimentos em associadas	435	-	-	435
Investimentos em activos tangíveis	199	72	26	297
Investimentos em activos intangíveis	595	-	98	693

(milhares de euros)

	31.12.2018			
	Portugal	Resto Europa	América	Total
Resultado líquido	(13 943)	4 107	10 995	1 159
Activo líquido	1 485 455	533 436	875 872	2 894 763
Investimentos em associadas	487	-	-	487
Investimentos em activos tangíveis	85	238	318	641
Investimentos em activos intangíveis	515	70	31	616

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	30.06.2019			30.06.2018		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
	(milhares de euros)					
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	10 781	-	10 781	7 327	-	7 327
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	4 577	-	4 577	14 597	-	14 597
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2 018	-	2 018	717	-	717
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	20 266	20 266	-	22 171	22 171
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	2 193	-	2 193	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	111	-	111	63	-	63
	19 680	20 266	39 946	22 704	22 171	44 875
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	8 029	-	8 029	15 158	-	15 158
Juros de derivados para gestão de risco	-	-	-	-	2 521	2 521
Juros de responsabilidades representadas por títulos	7 563	-	7 563	4 407	-	4 407
Juros de recursos de clientes	8 529	-	8 529	8 938	-	8 938
Juros de locações	163	-	163	-	-	-
Outros juros e custos similares	416	-	416	737	-	737
	24 700	-	24 700	29 240	2 521	31 761
	(5 020)	20 266	15 246	(6 536)	19 650	13 114

Em 30 de Junho de 2019, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 2 319 milhares de euros e 1 048 milhares de euros relativos a contratos marcados como stage 2 e como stage 3, respetivamente.

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	Exercício de um ano findo em	
	30.06.2019	30.06.2018
	(milhares de euros)	
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	14 257	30 351
Por garantias prestadas	1 719	1 991
Por operações realizadas com títulos	29 488	6 400
	45 464	38 742
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	655	220
Por operações realizadas com títulos	662	682
Por garantias recebidas	226	227
Outros custos com serviços e comissões	834	3 322
	2 377	4 451
	43 087	34 291

NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE TRADING

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em					
	30.06.2019			30.06.2018		
	Proveitos	Custos	30.06.2019	Proveitos	Custos	30.06.2018
Activos e passivos de negociação						
Títulos de negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	113 036	107 902	5 134	126 727	138 723	(11 996)
De outros emissores	1 370	884	486	5 032	3 432	1 600
Acções	862	160	702	4 229	9 758	(5 529)
	115 268	108 946	6 322	135 988	151 913	(15 925)
Instrumentos financeiros derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	299 584	292 451	7 133	480 003	461 515	18 488
Contratos sobre taxas de juro	181 407	191 089	(9 682)	241 408	256 975	(15 567)
Contratos sobre acções/índices	165 985	168 145	(2 160)	55 197	47 932	7 265
Contratos sobre créditos	1 294	1 294	-	1	1	-
Outros		(691)	691	-	481	(481)
	648 270	652 288	(4 018)	776 609	766 904	9 705
	763 538	761 234	2 304	912 597	918 817	(6 220)

NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM RECONHECIMENTO EM RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em					
	30.06.2019			30.06.2018		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos ao justo valor com reconhecimento em resultados						
Instrumentos de capital						
Acções	728	22	706	7	-	7
Outros títulos de rendimento variável	2 553	(418)	2 971	3 401	417	2 984
	3 281	(396)	3 677	3 408	417	2 991
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Responsabilidades representadas por títulos	(233)	(235)	2	(2 229)	(2 229)	-
	(233)	(235)	2	(2 229)	(2 229)	-
	3 048	(631)	3 679	1 179	(1 812)	2 991

NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2019			30.06.2018		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 756	-	1 756	3 302	-	3 302
De outros emissores	-	-	-	-	215	(215)
	1 756	-	1 756	3 302	215	3 087

NOTA 10 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2019	30.06.2018
Reavaliação Cambial	(4 674)	775
	(4 674)	775

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 11 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A 30 de Junho de 2019 e 2018, o valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2019	30.06.2018
Alienação de crédito a clientes	62	150
	62	150

NOTA 12 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2019	30.06.2018
Outros serviços de clientes	89	635
Impostos directos e indirectos	(2 522)	(3 069)
Outros resultados de exploração	(1 723)	(1 689)
Activos não financeiros	(51)	(33)
Sub leasing	(161)	-
	(4 368)	(4 156)

Os impostos directos e indirectos incluem 1 750 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (30 de Junho de 2018: 1 751 milhares de euros), criado através da Lei N.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 32).

NOTA 13 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findos em	
	30.06.2019	30.06.2018
Vencimentos e salários		
Remunerações	17 645	15 083
Prémios de carreira (ver Nota 14)	65	20
Custos com pensões de reforma (ver Nota 14)	359	392
Outros encargos sociais obrigatórios	3 745	4 351
Outros custos	1 890	2 070
	23 704	21 916

NOTA 14 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Aos trabalhadores bancários é ainda assegurada a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), gerido pelo Sindicato respetivo, tendo o Grupo, até 1 de fevereiro de 2017, de efetuar contribuições obrigatórias correspondentes a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	30.06.2018
Custo do serviço corrente (ver Nota 14)	359	392
Custo / (Proveitos) de juros	9	(19)
Custos do exercício	368	373

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) similares.

Prémios de carreira

Em 30 de Junho de 2019, 31 de Dezembro de 2018 e 30 de Junho de 2018, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de carreira são como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2018
Responsabilidades iniciais	485	518	498
Custo do período (Ver Nota 15)	65	(33)	20
Responsabilidades finais (ver Nota 33)	550	485	518

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 33).

NOTA 15 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2019	30.06.2018
Comunicações e expedição	2 413	2 612
Leasing de valor reduzido e a curto prazo	48	2 245
Deslocações e representação	583	540
Conservação e reparação	423	495
Seguros	120	125
Publicidade e publicações	40	91
Judiciais e contencioso	130	47
Serviços especializados		
Informática	1 971	1 882
Mão de obra eventual	4	11
Trabalho independente	194	635
Outros serviços especializados	2 931	2 878
Outros custos	1 905	2 173
	10 762	13 734

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

NOTA 16 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2019	30.06.2018
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco ⁽¹⁾	10 649	(2 133)
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	168 954	168 954
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	0,06	-0,01

⁽¹⁾ Corresponde ao resultado líquido do período ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 30 de Junho de 2019 e 2018, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 17 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Caixa	6	5
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	247 822	308 246
Outros bancos centrais	86	936
	247 908	309 182
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	23 405	20 299
	23 405	20 299
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	5 873	11 770
	5 873	11 770
	277 192	341 256
Perdas por imparidade (Nota 31)	(1)	(1)
	277 191	341 255

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de carácter obrigatório, que tem por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de Dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de Junho de 2019 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0,00% (31 de Dezembro de 2018: 0,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de Junho de 2019 foi incluído no período de manutenção de 12 de Junho de 2019 a 30 de Julho de 2019, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 6 609 milhares de euros (31 de Dezembro de 2018: 5 311 milhares de euros).

NOTA 18 – ACTIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO - TÍTULOS

A 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Activos de negociação		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	379 362	423 793
De outros emissores	31 176	42 707
Acções	213	457
	410 751	466 957
Passivos de negociação		
Vendas a descoberto	5 338	119 907
	5 338	119 907

A 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Até 3 meses	848	18 459
De 3 meses a um ano	7 737	1 029
De um a cinco anos	169 496	241 066
Mais de cinco anos	232 457	205 946
Duração indeterminada	213	457
	410 751	466 957

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.4.1, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 30 de Junho de 2019 e Dezembro de 2018, a rubrica dos activos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	30.06.2019			31.12.2018		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	11 909	367 453	379 362	18 325	405 468	423 793
De outros emissores	13 143	18 033	31 176	5 781	36 926	42 707
Acções	213	-	213	457	-	457
Total valor de balanço	25 265	385 486	410 751	24 563	442 394	466 957

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira, que não obstante serem cotados são valorizados de acordo com modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, a exposição à dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro é apresentada na Nota 41.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

NOTA 19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2019	31.12.2018
Derivados de negociação		
Instrumentos financeiros derivados (activos)		
Contratos sobre taxas de câmbio	1 273	3 423
Contratos sobre taxas de juro	110 114	105 278
Outros contratos	7 523	21 446
	118 910	130 147
Instrumentos financeiros derivados (passivos)		
Contratos sobre taxas de juro	2 542	9 917
Outros contratos	151 692	150 699
	10 384	24 350
	164 618	184 966
	(45 708)	(54 819)
Derivados de Cobertura		
Instrumentos financeiros derivados (passivos)		
Contratos sobre taxas de câmbio	1 047	-
	1 047	-

Os derivados de negociação a 30 de junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	30.06.2019			31.12.2018		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		(58)	176		179	935
- compras	133 911			138 356		
- vendas	133 998			139 482		
Currency Swaps		425	68		340	3 179
- compras	117 644			195 259		
- vendas	117 535			198 576		
Currency Futures		-	-		-	-
- compras	610 219			861 160		
- vendas	51 382			596 419		
Currency Interest Rate Swaps		88	1 269		35	2 865
- compras	18 717			13 450		
- vendas	21 300			15 400		
Currency Options		818	1 029		2 869	2 938
- compras	200 450			216 592		
- vendas	235 051			250 395		
	1 640 207	1 273	2 542	2 625 089	3 423	9 917
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps		106 388	148 218		101 556	146 982
- compras	2 524 452			3 505 912		
- vendas	2 524 452			3 505 912		
Interest Rate Caps & Floors		3 726	3 474		3 722	3 717
- compras	94 306			97 442		
- vendas	52 700			59 460		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	1 091 301			1 019 418		
- vendas	1 066 200			1 063 404		
	7 353 411	110 114	151 692	9 251 548	105 278	150 699
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps		6 248	7 597		19 535	22 465
- compras	104 467			153 968		
- vendas	104 467			153 968		
Equity / Index Options		-	-		545	461
- compras	-			7 503		
- vendas	-			7 523		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- compras	5 602			-		
- vendas	7 313			6 602		
	221 849	6 248	7 597	329 564	20 080	22 926
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps		1 275	2 787		1 366	1 424
- compras	-			-		
- vendas	67 503			105 423		
	67 503	1 275	2 787	105 423	1 366	1 424
Total	9 282 970	118 910	164 618	12 311 624	130 147	184 966

A 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2019			31.12.2018		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
	Venda	Compra		Venda	Compra	
Até 3 meses	510 003	552 557	(128)	1 543 831	1 284 254	(2 758)
De 3 meses a um ano	1 013 487	1 131 435	3 761	1 086 406	968 061	3 551
De um a cinco anos	1 660 145	2 108 618	(35 016)	2 123 635	2 660 677	(37 963)
Mais de cinco anos	1 198 265	1 108 460	(14 325)	1 348 691	1 296 069	(17 649)
	4 381 900	4 901 070	(45 708)	6 102 563	6 209 061	(54 819)

a) Contabilidade de cobertura

As operações com contabilidade de cobertura em 30 de Junho de 2019, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2019		
	Nocional		Justo Valor
Venda	Compra		
Até 3 meses	107 950	106 321	(1 047)
	107 950	106 321	(1 047)

A 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, os instrumentos derivados activos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições activas e passivas contratadas entre o Grupo e diversas instituições financeiras. Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados em “Outros activos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação” (Nota 27) e “Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação” (Nota 33).

A 30 de Junho de 2019, a eficácia da contabilidade cobertura reconhecida na demonstração de resultados foi de 6 milhares de euros.

A 30 de Junho de 2019, a rubrica de contabilidade de cobertura pode ser analisada na Nota 41.

NOTA 20 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	746	708
Acções	3 048	11 964
Outros títulos de rendimento variável	37 233	25 799
	41 027	38 471
Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	172 832	377 829
De outros emissores	131 421	137 984
	304 253	515 813
Activos financeiros pelo custo amortizado		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	281 178	-
De outros emissores	121 528	87 085
	402 706	87 085
	747 986	641 369

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nas suas carteiras de títulos, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, os saldos referentes a Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade (Nota 32)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
(milhares de euros)					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	171 629	2 062	(434)	(425)	172 832
De outros emissores	130 813	1 608	(213)	(787)	131 421
Saldo a 30 de Junho de 2019	302 442	3 670	(647)	(1 212)	304 253
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	378 043	2 404	(1 858)	(760)	377 829
De outros emissores	139 587	414	(935)	(1 082)	137 984
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	517 630	2 818	(2 793)	(1 842)	515 813

(1) Custo amortizado

A 30 de Junho de 2019, a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, inclui 381 021 milhares de euros (31 de Dezembro de 2018: 280 618 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 37).

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, os saldos referentes a Activos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

	Custo (1)	Imparidade (Nota 32)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	281 388	(210)	281 178
De outros emissores	122 097	(569)	121 528
Saldo a 30 de Junho de 2019	403 485	(779)	402 706
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De outros emissores	87 533	(448)	87 085
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	87 533	(448)	87 085

(1) Custo amortizado

A 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Até 3 meses	69 360	13 493
De 3 meses a um ano	166 773	76 797
De um a cinco anos	450 246	491 033
Mais de cinco anos	21 325	22 281
Duração indeterminada	40 282	37 765
	747 986	641 369

A 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, as carteiras de investimento em títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

	30.06.2019			31.12.2018		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
(milhares de euros)						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	100 249	353 761	454 010	280 978	96 851	377 829
De outros emissores	30 490	223 205	253 695	29 535	196 242	225 777
Acções	17	3 031	3 048	-	11 964	11 964
Outros títulos de rendimento variável	-	37 233	37 233	-	25 799	25 799
Total valor de balanço	130 756	617 230	747 986	310 513	330 856	641 369

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira, que não obstante serem cotados são valorizados de acordo com modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, a exposição à dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro é apresentada na Nota 41.

NOTA 21 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é analisada como segue:

	30.06.2019		31.12.2018	
(milhares de euros)				
Aplicações em instituições de crédito no país				
Depósitos		56		56
Aplicações de muito curto prazo		1 318		-
		1 374		56
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro				
Operações com acordo de revenda		275 751		122 873
Aplicações de muito curto prazo		2 328		1 048
Outras aplicações		26 002		18 435
		304 081		142 356
		305 455		142 412
Perdas por imparidade (Nota 31)		(15 588)		(15 584)
		289 867		126 828

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Até 3 meses	244 218	127 279
De 3 meses a um ano	46 160	56
Indeterminado	15 077	15 077
	305 455	142 412

NOTA 22 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Ao justo valor através de resultados		
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	-	5 499
	-	5 499
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	-	285
Há mais de 90 dias	241	-
	241	285
	241	5 784
Reavaliação de créditos ao justo valor	(1)	(1)
	240	5 783
Ao custo amortizado		
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	-	150
Empréstimos	185 512	206 386
A particulares		
Habitação	497	526
	186 009	207 062
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	189 933	191 043
Operações com acordo de revenda	95 951	116 618
Outros créditos	1 152	1 422
A particulares		
Habitação	9	14
	287 045	309 097
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	-	845
Há mais de 90 dias	12 801	13 039
	12 801	13 884
	485 855	530 043
Perdas por imparidade (Nota 31)	(18 235)	(21 585)
	467 620	508 458
	467 860	514 241

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Até 3 meses	998	2 482
De 3 meses a um ano	97 586	139 772
De um a cinco anos	141 474	133 090
Mais de cinco anos	232 996	246 314
Duração indeterminada	13 042	14 169
	486 096	535 827

NOTA 23 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Subsidiárias adquiridas para revenda	2 533	2 533
	2 533	2 533

Os activos não correntes detidos para venda incluem apenas a participação na Polish Hotel Company. O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata desta participada. No entanto, face às condições de mercado não foi possível concretizar a alienação no prazo inicialmente previsto.

Em Maio de 2017, o Haitong Bank atribuiu um mandato de venda à JLL. No âmbito deste contrato, no dia 6 de Novembro de 2017, o Banco assinou uma carta de intenção de venda da Polish Hotel Company com um potencial investidor. No entanto, os accionistas e o referido investidor não chegaram a acordo.

O Grupo continua, activamente, a desenvolver esforços no sentido de alienar a totalidade do capital da empresa.

Estima-se que a venda esteja concluída até ao final de 2019.

NOTA 24 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Imóveis		
De serviço próprio	990	970
Beneficiações em edifícios arrendados	8 992	9 053
	9 982	10 023
Equipamento		
Equipamento informático	11 152	10 945
Instalações interiores	2 940	2 940
Mobiliário e material	2 536	2 523
Máquinas e ferramentas	1 065	1 055
Material de transporte	421	414
Equipamento de segurança	266	258
Outros	163	155
	18 543	18 290
	28 525	28 313
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	-	-
Equipamento	63	23
	63	23
	28 588	28 336
Direito de uso		
Equipamento informático	87	-
Viaturas	1 394	-
Edifícios	10 207	-
	11 688	-
	40 276	28 336
Depreciação acumulada	(25 341)	(22 972)
	14 935	5 364

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)						
	Imóveis	Equipamento	Direito de Uso			Imobilizado em curso	Total
Imóveis			Equipamento	Viaturas			
Custo de aquisição							
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	10 314	21 302	-	-	-	-	31 616
Adições	133	485	-	-	-	23	641
Abates / vendas	(3)	(3 313)	-	-	-	-	(3 316)
Transferências	-	(50)	-	-	-	-	(50)
Transferências de actividades em descontinuação	-	24	-	-	-	-	24
Varição cambial e outros movimentos	(421)	(158)	-	-	-	-	(579)
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	10 023	18 290	-	-	-	23	28 336
Adições	-	257	-	-	-	40	297
Abates / vendas	(117)	(29)	-	-	-	-	(146)
Impacto transição IFRS 16	-	-	10 231	85	1 266	-	11 582
Varição cambial e outros movimentos	75	25	(23)	2	128	-	207
Saldo a 30 de Junho de 2019	9 981	18 543	10 208	87	1 394	63	40 276
Depreciações							
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	5 798	18 179	-	-	-	-	23 977
Depreciações do período	1 076	1 312	-	-	-	-	2 388
Abates / vendas	(3)	(3 153)	-	-	-	-	(3 156)
Transferências de actividades em descontinuação	-	(43)	-	-	-	-	(43)
Varição cambial e outros movimentos	(123)	(71)	-	-	-	-	(194)
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	6 748	16 224	-	-	-	-	22 972
Depreciações do período	379	449	1 314	24	300	-	2 466
Abates / vendas	(111)	(28)	-	-	-	-	(139)
Varição cambial e outros movimentos	26	16	-	-	-	-	42
Saldo a 30 de Junho de 2019	7 042	16 661	1 314	24	300	-	25 341
Saldo líquido a 30 de Junho de 2019	2 939	1 882	8 894	63	1 094	63	14 935
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2018	3 275	2 066	-	-	-	23	5 364

NOTA 25 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Goodwill	9 859	9 859
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	33 577	32 932
Outras	916	916
	34 493	33 848
Imobilizações em curso	670	572
	45 022	44 279
Amortização acumulada	(27 660)	(26 036)
	(27 660)	(26 036)
	17 362	18 243

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	9 859	32 954	916	466	44 195
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	467	-	149	616
Abates / vendas	-	(264)	-	(17)	(281)
Transferências de actividades em descontinuação	-	-	-	(24)	(24)
Variação cambial	-	(225)	-	(2)	(227)
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	9 859	32 932	916	572	44 279
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	595	-	98	693
Variação cambial	-	50	-	-	50
Saldo a 30 de Junho de 2019	9 859	33 577	916	670	45 022
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	-	21 952	916	-	22 868
Amortizações do período	-	3 456	-	-	3 456
Abates / vendas	-	(229)	-	-	(229)
Variação cambial e outros movimentos	-	(59)	-	-	(59)
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	-	25 120	916	-	26 036
Amortizações do período	-	1 715	-	-	1 715
Abates / vendas	-	(92)	-	-	(92)
Variação cambial e outros movimentos	-	1	-	-	1
Saldo a 30 de Junho de 2019	-	26 744	916	-	27 660
Saldo a 30 de Junho de 2019	9 859	6 833	-	670	17 362
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	9 859	7 812	-	572	18 243

NOTA 26 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado líquido	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Fundo Espírito Santo IBERIA I	955	1 076	7	15	948	1 061	-	1 059	(113)	38

(milhares de euros)

	Custo da participação		% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Fundo Espírito Santo IBERIA I	4 579	2 766	46%	46%	775	827	(52)	17
Outras	-	-	-	-	-	-	-	(5)
	<u>4 579</u>	<u>2 766</u>			<u>775</u>	<u>827</u>	<u>(52)</u>	<u>12</u>
Imparidade (ver Nota 31)					<u>(340)</u>	<u>(340)</u>		
					<u>435</u>	<u>487</u>		

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2018
Saldo inicial	487	2 530	2 849
Alienações e outros reembolsos	-	(1 814)	(37)
Resultado de associadas	(52)	97	(85)
Outro rendimento integral de associadas	-	(326)	(184)
Imparidade do período	-	-	(13)
Saldo final	<u>435</u>	<u>487</u>	<u>2 530</u>

NOTA 27 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 19)	130 173	148 113
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	21	21
Sector público administrativo	39 896	38 097
Devedores por operações sobre Futuros	4 554	6 795
Outros devedores diversos	29 446	17 456
	<u>204 090</u>	<u>210 482</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 31)	(9 251)	(8 781)
	<u>194 839</u>	<u>201 701</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	2 673	4 631
Outros activos	5 488	5 480
	<u>8 161</u>	<u>10 111</u>
Despesas com custo diferido	1 295	807
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	1 628	4 444
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	27 068	38 228
Outras operações a regularizar	8 183	5 769
	<u>36 879</u>	<u>48 441</u>
	<u>241 174</u>	<u>261 060</u>

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflecte operações realizadas com títulos registadas na *trade date*, a aguardar liquidação.

NOTA 28 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Recursos de bancos centrais		
Banco de Portugal	60 000	60 000
	<u>60 000</u>	<u>60 000</u>
Recursos de outras instituições de crédito		
No país		
Operações com acordo de recompra	406	292
	<u>406</u>	<u>292</u>
No estrangeiro		
Depósitos	2 354	2 251
Operações com acordo de recompra	461 363	251 043
Outros recursos	46 191	45 371
	<u>509 908</u>	<u>298 665</u>
	<u>570 314</u>	<u>358 957</u>

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Até 3 meses	449 040	237 412
De 3 meses a um ano	60 000	20
De um a cinco anos	16 929	78 530
Mais de cinco anos	44 345	42 995
	570 314	358 957

NOTA 29 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	16 509	11 357
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	301 497	263 149
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	113 945	124 910
Outros Depósitos	546	756
Outros	7	34
	114 498	125 700
	432 504	400 206

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Exigível à vista	16 509	11 357
Exigível a prazo		
Até 3 meses	188 497	217 151
De 3 meses a um ano	189 467	150 398
De um a cinco anos	38 031	21 300
	415 995	388 849
	432 504	400 206

NOTA 30 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2019	31.12.2018
Responsabilidades representados por títulos		
Outras Obrigações	179 596	162 612
	179 596	162 612

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 39.

Durante o primeiro semestre de 2019 o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 11 550 milhares de euros (31 de Dezembro de 2018: 154 889 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 353 milhares de euros (31 de Dezembro de 2018: 93 090 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2019	31.12.2018
Até 3 meses	6 169	1 312
De 3 meses a um ano	78 943	8 194
De um a cinco anos	94 484	153 106
	179 596	162 612

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	30.06.2019		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI4V6	BRL	2019	46	2021	CDI 110%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI4W4	BRL	2019	6 904	2021	CDI 110,5%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI4X2	BRL	2019	1 840	2021	CDI 110,5%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI4Y0	BRL	2019	460	2021	CDI 110,5%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI4Z7	BRL	2019	2 254	2021	CDI 110,5%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI500	BRL	2019	46	2021	CDI 110,5%

NOTA 31 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 30 de junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	11 805	1 854	13 659
Impacto transição IFRS 9	-	27	27
Dotações líquidas	(38)	(68)	(106)
Utilizações	(1 191)	-	(1 191)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras	387	(126)	261
Saldo a 30 de Junho de 2018	10 963	1 687	12 650
Dotações líquidas	2 785	126	2 911
Utilizações	(1 198)	-	(1 198)
Diferenças de câmbio e outras	827	12	839
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	13 377	1 825	15 202
Dotações Líquidas	1 291	(431)	860
Utilizações	(364)	-	(364)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras	630	19	649
Saldo a 30 de Junho de 2019	14 934	1 413	16 347

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2019, o Grupo reconheceu provisões para outros riscos e encargos no montante de 84 milhares de euros referentes ao Plano Social em curso naquela data. No exercício de 2018 foram utilizados 1 251 milhares de euros relativos a pagamentos efectuados neste âmbito.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

	31.12.2018	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2019
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	1	-	-	-	-	1
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	1 842	(451)	-	(205)	26	1 212
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	15 584	1	-	-	3	15 588
Crédito a clientes (ver Nota 22)	21 585	163	(3 662)	(28)	177	18 235
Títulos (ver Nota 20)	448	331	-	-	-	779
Investimentos em associadas (ver Nota 26)	340	-	-	-	-	340
Outros activos (ver Nota 27)	8 781	417	-	-	53	9 251
	48 581	461	(3 662)	(233)	259	45 406

	30.06.2018	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Transferência para actividades a descontinuar	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2018
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	26	(23)	-	-	(2)	-	1
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	10 105	(145)	(8 843)	340	(46)	431	1 842
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	15 849	(302)	-	-	2	35	15 584
Crédito a clientes (ver Nota 22)	114 779	506	(42 369)	(130)	(52 440)	1 239	21 585
Títulos (ver Nota 20)	-	435	13	-	-	-	448
Investimentos em associadas (ver Nota 26)	340	13	(13)	-	-	-	340
Outros activos (ver Nota 27)	12 831	100	(54)	-	(4 152)	56	8 781
	153 930	584	(51 266)	210	(56 638)	1 761	48 581

(milhares de euros)

	31.12.2017	Impacto transição IFRS 9	Dotações/ Reversões	Utilizações	Stage 3	Transferência para actividades a descontinuar	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2018
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	-	8	19	-	-	-	(1)	26
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	-	27 470	4 145	(18 155)	84	(39)	(3 400)	10 105
Activos financeiros disponíveis para venda	41 454	(41 454)	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros pelo custo amortizado								
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	15 388	448	38	-	-	(2)	(23)	15 849
Crédito a clientes (ver Nota 22)	120 217	185	18 582	(23 868)	500	529	(1 366)	114 779
Títulos (ver Nota 20)	-	-	13	(13)	-	-	-	-
Investimentos em associadas (ver Nota 26)	340	-	-	-	-	-	-	340
Outros activos (ver Nota 27)	12 675	274	209	(79)	-	-	(248)	12 831
	190 074	(13 069)	23 006	(42 115)	584	488	(5 038)	153 930

NOTA 32 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do período, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do período.

O cálculo do imposto corrente no primeiro semestre de 2019 e no exercício de 2018 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente a uma taxa média que resulta da aplicação dos escalões de Derrama Estadual prevista na Lei n.º 2/2014, de 10 de Janeiro.

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente do período que termina a 30 de Junho de 2019 e de 2018, foi tomado em consideração o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (17 anos), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.

Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são recuperáveis nos prazos de 10 e 17 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respectivamente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para o primeiro semestre de 2019, o imposto diferido foi apurado à taxa de 26%.

As declarações de autoliquidação, do Grupo, relativas aos exercícios de 2019 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, excepto no caso de ter sido efectuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras individuais.

Regime Especial aplicável aos Activos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos (REPID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de Agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos activos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- Apuramento de resultado líquido negativo;
- Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respectiva autorização por autoridade de supervisão competente.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 5 869 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 6 456 milhares de euros que foi objecto de registo no decurso do ano de 2016.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 22 856 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 25 141 milhares de euros que foi objecto de registo no decurso do ano de 2017.

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 10 057 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 11 063 milhares de euros que foi objecto de registo no decurso do ano de 2018.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido negativo com referência a 31 de Dezembro de 2018, está neste momento a converter em crédito tributário parte dos impostos diferidos abrangidos pelo regime em causa, na proporção entre o resultado líquido e os capitais próprios, bem como, proceder à constituição de uma reserva especial e da emissão de direitos de conversão em acções representativas do capital social atribuíveis ao Estado Português.

No âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de acções ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido aos accionistas do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de Novembro.

Caso os accionistas não exerçam o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, no exercício em que o Estado exerça esses direitos, irá exigir ao Banco o respectivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial e consequente emissão e entrega gratuita de acções ordinárias representativas do capital social do Banco, podendo ser necessário ajustar o valor da reserva inicialmente constituída.

Com efeito, nesse exercício importará recalcular o valor de referência dos direitos e caso se mostre diferente do valor nominal das acções, será necessário ajustar o valor da reserva especial. Caso tal viesse a suceder no exercício de 2019, e tendo por referência os valores das demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2018, bem como o montante dos créditos tributários convertidos por referência aos exercícios de 2015, 2016 e 2017, seria necessário reforçar a reserva especial num valor estimado de 21 728 milhares de euros.

O montante dos activos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de Agosto, o REAID deixou de ser aplicado aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Em Julho de 2019, o Banco foi notificado ddo Relatório da Inspeção Tributária emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira relativamente a uma inspeção externa, de âmbito geral, ao exercício de 2015. Nesse relatório são questionados alguns procedimentos adoptados em sede de IRC, nomeadamente, ao nível do REIAD. Nesta data, o Banco está a trabalhar naquilo que acredita ser a melhor estratégia quanto à contestação das correcções e os impactos que tais eventuais correcções podem ter no exercício de 2015, bem como possíveis repercussões em exercícios seguintes. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções, a confirmarem-se, não terão impactos materiais nos capitais próprios e no resultado líquido do Banco a 30 de junho de 2019.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	25%
Varsóvia	19%

A As subsidiárias no estrangeiro, nomeadamente as localizadas no Brasil e Irlanda, encontram-se sujeitas a tributação sobre os respectivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor nos respectivos países. No caso da Irlanda, os lucros aí obtidos são sujeitos a uma taxa nominal de 12,5%, sendo que nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)			
	Activo		Passivo	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Imposto sobre o rendimento	5 807	5 578	(2 638)	(2 817)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	38 782	38 782	-	-
Imposto corrente activo/(passivo)	44 589	44 360	(2 638)	(2 817)

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Instrumentos financeiros derivados	4 546	8 624	(646)	-	3 900	8 624
Investimento em títulos	-	90	(1 174)	(855)	(1 174)	(765)
Crédito a clientes	54 022	50 666	-	-	54 022	50 666
Provisões	20 968	21 327	(5 392)	-	15 576	21 327
Pensões	3 909	3 909	-	(1)	3 909	3 908
Outros	48	18	(101)	(21)	(53)	(3)
Prejuízos fiscais reportáveis	44 159	43 365	-	-	44 159	43 365
Imposto diferido activo/(passivo)	127 652	127 999	(7 313)	(877)	120 339	127 122
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(6 284)	-	6 284	-	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	121 368	127 999	(1 029)	(877)	120 339	127 122

O Grupo apenas reconhece imposto diferido activo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados num futuro próximo.

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)		
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2018
Saldo inicial	127 122	150 083	135 953
Impacto transição IFRS 9	-	-	194
Reconhecido em resultados	(6 499)	(8 843)	13 401
Reconhecido em resultados de actividades a descontinuar	-	-	-
Reconhecido em reservas de justo valor	(928)	(2 575)	5 045
Reconhecido em outras reservas	-	388	-
Variação cambial e outros	644	(11 931)	(4 510)
Saldo final (Activo/(Passivo))	120 339	127 122	150 083

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o 1º semestre de 2019 e 2018 tiveram o seguinte desdobramento:

	(milhares de euros)			
	Período de seis meses findo em			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	4 724	-	(11 123)	-
Investimento em títulos	-	930	(247)	(5 045)
Crédito a clientes	(3 357)	-	-	-
Provisões	5 751	-	9 229	-
Pensões	-	(2)	(37)	-
Outros	175	-	(6 258)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(794)	-	(4 965)	-
	<u>6 499</u>	<u>928</u>	<u>(13 401)</u>	<u>(5 045)</u>
Impostos Correntes	1 971	-	14 746	-
Total do imposto reconhecido	8 470	928	1 345	(5 045)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2019		30.06.2018	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam		17 066		(13 751)
Taxa de imposto do Haitong Bank	21,0		21,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		3 583	-	(2 847)
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	7,3	1 240	(13,2)	1 815
Dividendos excluídos de tributação	(0,8)	(142)	0,0	-
Benefícios fiscais	(0,3)	(56)	-	-
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	3,8	641	3,4	(463)
Mais-valias não tributadas	0,0	-	(14,4)	1 980
Utilização de prejuízos fiscais	22,0	3 747	-	-
Diferenças resultantes de consolidação	14,7	2 505	-	-
Custos não dedutíveis	(1,8)	(311)	(17,6)	2 416
Outros	(16,0)	(2 737)	7,6	(1 556)
	49,9	8 470	(13,2)	1 345

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi sucessivamente prorrogado. A 30 de junho de 2019 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 1 750 milhares de euros (30 de Junho de 2018: 1 751 milhares de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados operacionais – Impostos directos e indirectos (ver Nota 12).

NOTA 33 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros Passivos a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	11 421	12 817
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 20)	5 973	-
Credores diversos		
Passivo de locação	9 894	-
Credores por operações sobre valores mobiliários	20 580	16 683
Credores por fornecimento de bens	2 215	1 459
Outros credores	4 923	6 252
	55 006	37 211
Custos a pagar		
Prémios de final de carreira (Nota 14)	550	485
Outros custos a pagar	9 939	9 847
	10 489	10 332
Receitas com proveito diferido	192	340
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	29 933	35 589
Operações cambiais a liquidar	1 233	4 462
Outras operações a regularizar	10 469	39 592
	41 635	79 643
Pensões de reforma (Nota 14)	9 225	3 018
	116 547	130 544

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 34 – ACTIVIDADES EM DESCONTINUAÇÃO

Em 15 de Dezembro de 2017, o Haitong Bank celebrou um contrato de compra e venda da totalidade do capital social das subsidiárias Haitong UK Limited e Haitong Securities USA LLC, com a sociedade Haitong International BVI.

De acordo com o IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, estas subsidiárias deixaram de ser consolidadas pelo método integral, passando a ser apresentadas nas demonstrações financeiras como actividade em descontinuação. Esta operação não gerou qualquer impacto ao nível dos resultados do exercício de 2017 do Grupo, tendo como referência as demonstrações financeiras das subsidiárias de 31 de Dezembro de 2017 e os respectivos preços de venda. O preço de venda da Haitong Securities USA LLC. foi de 16 778 milhares de dólares. O preço de venda da Haitong UK Limited e Haitong Securities (UK) Limited foi de 12 536 milhares de dólares.

A conclusão da transação ocorreu a 23 de Fevereiro de 2018, após a obtenção das necessárias aprovações, nomeadamente das autoridades que exercem supervisão sobre estas unidades internacionais do Haitong Bank.

De acordo com a decisão da Gestão, o Grupo encontra-se a preparar o processo de venda da sua subsidiária na Irlanda Haitong Investment Ireland plc.

Esta venda deverá ser realizada no seio do Grupo Haitong, permitindo ao Banco a consecução de importantes objetivos estratégicos:

- Aprofundar a simplificação da estrutura societária e de negócio do Grupo Haitong Bank;
- Melhorar a qualidade dos ativos do Haitong Bank, uma vez que uma parte significativa da carteira de crédito histórica se encontra nesta subsidiária;
- Aumentar os RWA e a posição de capital.

Esta venda está sujeita à conclusão dos acordos contratuais e verificação das condições precedentes habituais. Estima-se que a venda esteja concluída até ao final de 2019.

Em resultado desta decisão, os activos e passivos desta entidade foram reclassificados para as rubricas de “Activos e passivos de unidades em descontinuação”. Ainda de acordo com os requisitos da Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas”, os resultados gerados por estas entidades são apresentados numa única linha das Demonstrações dos Resultados (“Resultados de actividades em descontinuação”), tendo o período comparativo apresentado sido reexpresso em conformidade.

O Grupo mensura estas unidades em descontinuação ao menor de dois valores: valor contabilístico ou o justo valor deduzido de custos de venda. Como tal, e como apresentado de seguida, o resultado de actividades em descontinuação no primeiro semestre de 2019 e 2018 é decomposto da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	30.06.2018
Preço de venda *	-	10 167
Situação líquida do Haitong UK Limited a 23 de Fevereiro de 2018	-	7 803
Mais-valia consolidada	-	2 364
(+) Reclassificação da reserva cambial para resultados	-	593
(+) Resultado líquido do Haitong UK Limited do período	-	(56)
Resultado de actividades descontinuadas do Haitong UK Limited	-	2 901
Preço de venda *	-	13 642
Situação líquida do Haitong Securities USA LLC a 23 de Fevereiro de 2018	-	1 268
Mais-valia consolidada	-	12 374
(+) Reclassificação da reserva cambial para resultados	-	(308)
(+) Resultado líquido do Haitong Securities USA LLC do período	-	(1 736)
Resultado de actividades descontinuadas do Haitong Securities USA LLC	-	10 330
(+) Resultado líquido do Haitong Investment Ireland PLC do período	2 465	3 557
(+) Ajustamentos de consolidação	108	-
Resultado de actividades em descontinuação do Haitong Investment Ireland PLC	2 573	3 557
Resultado de actividades em descontinuação	2 573	16 788

* Valores em dólares convertidos em euros ao câmbio da data de transação, 23 de Fevereiro de 2018

Para efeitos de consolidação dos activos e passivos de actividades em descontinuação, são eliminadas as respectivas operações de balanço com entidades do Grupo, sendo o valor apurado como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Total do Activo do Haitong Investment Ireland PLC	1 278 523	1 297 954
Operações intragrupo	(1 087 475)	(1 084 034)
	191 048	213 920
Activos de unidades em descontinuação	191 048	213 920
Total do Passivo do Haitong Investment Ireland PLC	1 116 103	1 141 687
Operações intragrupo	(279 411)	(238 518)
	836 692	903 169
Passivos de unidades em descontinuação	836 692	903 169

HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC

BALANÇO INDIVIDUAL DOS PERÍODOS FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO 2018
(Não auditadas)

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Activo		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1 219	2 120
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	47 610	50 888
Activos financeiros detidos para negociação	44 010	47 585
Títulos	426	418
Instrumentos Financeiros Derivados	43 584	47 167
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor	3 600	3 303
Títulos	3 600	3 303
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	262 003	256 534
Activos financeiros pelo custo amortizado	959 895	977 660
Aplicações em Instituições de Crédito	749 773	749 563
Crédito a clientes	210 122	228 097
Outros Activos tangíveis	1	3
Activos por impostos correntes	5	5
Activos por impostos diferidos	1 564	2 091
Outros activos	6 226	8 653
Total de Activo	1 278 523	1 297 954
Passivo		
Passivos financeiros detidos para negociação	47 008	50 427
Instrumentos Financeiros Derivados	47 008	50 427
Passivos Financeiros ao custo amortizado	986 949	939 215
Recursos de Instituições de Crédito	986 949	939 215
Passivos ao justo valor através de resultados	79 918	150 294
Responsabilidades representadas por títulos	79 918	150 294
Passivos por impostos correntes	12	12
Outros passivos	2 216	1 739
Total de Passivo	1 116 103	1 141 687
Capital Próprio		
Capital	825	825
Prémios de emissão	0	0
Outros instrumentos de capital	150 000	150 000
Reservas de justo valor	4 165	903
Outras reservas e resultados transitados	4 965	3 416
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	2 465	1 123
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	162 420	156 267
Total de Passivo e Capital Próprio	1 278 523	1 297 954

Produto

Experiência

Pessoas

Suporte

IT e Capital
InternasDemonstrações
Financeiras

Anexos

HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Não auditadas)

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	30.06.2018
Juros e proveitos similares	11 040	16 534
Juros e custos similares	10 608	13 501
	<hr/>	<hr/>
Margem financeira	432	3 033
Rendimentos de serviços e comissões	1 703	1 333
Encargos com serviços e comissões	(2 319)	(2 026)
Resultados de instrumentos de trading	1 529	2 103
Resultados de reavaliação cambial	117	193
Outros resultados de exploração	(24)	(39)
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	447	225
	<hr/>	<hr/>
Proveitos operacionais	1 885	4 822
Custos com pessoal	166	137
Gastos gerais administrativos	153	130
Depreciações e amortizações	1	3
Imparidade em activos financeiros	(1 252)	488
	<hr/>	<hr/>
Custos operacionais	(932)	758
	<hr/>	<hr/>
Resultado antes de impostos	2 817	4 064
Impostos		
Correntes	(352)	(507)
	<hr/>	<hr/>
	(352)	(507)
	<hr/>	<hr/>
Resultado líquido do exercício	2 465	3 557
	<hr/>	<hr/>

O resultado de actividades em descontinuação, referentes ao Haitong Investment Ireland PLC de 30 de Junho de 2019 e decomposto da seguinte forma:

	(milhares de euros)		
	Individual	Ajustamentos	Líquido
Juros e proveitos similares	11 040	3	11 043
Juros e custos similares	10 608	48	10 656
Margem financeira	432	(45)	387
Rendimentos de serviços e comissões	1 703	-	1 703
Encargos com serviços e comissões	(2 319)	-	(2 319)
Resultados de instrumentos de trading	1 529	(9)	1 520
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	72	72
Resultados de reavaliação cambial	117	-	117
Outros resultados de exploração	(24)	-	(24)
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	447	-	447
Proveitos operacionais	1 885	18	1 903
Custos com pessoal	166	-	166
Gastos gerais administrativos	153	-	153
Depreciações e amortizações	1	-	1
Imparidade em activos financeiros	(1 252)	(90)	(1 342)
Custos operacionais	(932)	(90)	(1 022)
Resultado antes de impostos	2 817	108	2 925
Impostos			
Correntes	(352)	-	(352)
	(352)	-	(352)
Resultado líquido do exercício	2 465	108	2 573

Os activos e passivos de actividades em descontinuação do Haitong Investment Ireland PLC apresentam os seguintes valores:

	(milhares de euros)		
	Individual	Ajustamentos	Líquido
Activo			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1 219	(912)	307
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	47 610	(15 862)	31 748
Activos financeiros detidos para negociação	44 010	(12 262)	31 748
Titulos	426	-	426
Instrumentos Financeiros Derivados	43 584	(12 262)	31 322
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor	3 600	(3 600)	-
Titulos	3 600	(3 600)	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	262 003	(257 521)	4 482
Activos financeiros pelo custo amortizado	959 895	(813 324)	146 571
Aplicações em Instituições de Crédito	749 773	(749 773)	-
Crédito a clientes	210 122	(63 551)	146 571
Outros Activos tangíveis	1	-	1
Activos por impostos correntes	5	-	5
Activos por impostos diferidos	1 564	573	2 137
Outros activos	6 226	(429)	5 797
Total de Activo	1 278 523	(1 087 475)	191 048
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	47 008	(35 160)	11 848
Instrumentos Financeiros Derivados	47 008	(35 160)	11 848
Passivos Financeiros ao custo amortizado	986 949	(237 174)	749 775
Recursos de Instituições de Crédito	986 949	(237 174)	749 775
Passivos ao justo valor através de resultados	79 918	(5 446)	74 472
Responsabilidades representadas por títulos	79 918	(5 446)	74 472
Passivos por impostos correntes	12	-	12
Outros passivos	2 216	(1 631)	585
Total de Passivo	1 116 103	(279 411)	836 692

No quadro abaixo é apresentada a exposição bruta por instrumento financeiro, rating interno, estágio de imparidade e dias de atraso no que respeita aos activos não correntes detidos para venda correspondentes ao portefólio da Irlanda, à data de 30 de Junho de 2019.

Activos Não Correntes disponíveis para Venda* (Irlanda) ao abrigo da IFRS 5	Bancos		Comércio e Prestação de Serviços		Construção e Engenharia		Saúde		Energia		Infra-estrutura de Transportes		Total	
	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade
Caixa e Equivalentes de Caixa	307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	307	0
Estágio 1	307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	307	0
[aaa+;a-]	307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	307	0
Crédito a Clientes	-	-	8 021	6 191	22 953	8 918	17 535	118	46 074	346	78 900	14 939	173 483	30 512
Estágio 1	-	-	-	-	-	-	9 126	4	44 818	301	3 448	3	57 392	308
[bbb+;bbb-]	-	-	-	-	-	-	9 126	4	-	-	3 448	3	12 574	7
[bb+;bb-]	-	-	-	-	-	-	-	-	22 471	83	-	-	22 471	83
[b+;b-]	-	-	-	-	-	-	-	-	22 347	218	-	-	22 347	218
Estágio 2	-	-	-	-	-	-	8 409	114	1 256	45	14 972	187	24 637	346
[b+;b-]	-	-	-	-	-	-	8 409	114	1 256	45	14 972	187	24 637	346
Estágio 3	-	-	8 021	6 191	22 953	8 918	-	-	-	-	60 480	14 749	91 454	29 858
[d]	-	-	8 021	6 191	22 953	8 918	-	-	-	-	60 480	14 749	91 454	29 858
Instrumentos de dívida da carteira bancária	-	-	-	-	4 475	44	-	-	-	-	-	-	4 475	44
Estágio 1	-	-	-	-	4 475	44	-	-	-	-	-	-	4 475	44
[b+;b-]	-	-	-	-	4 475	44	-	-	-	-	-	-	4 475	44
Total	307	-	8 021	6 191	27 428	8 962	17 535	118	46 074	346	78 900	14 939	178 265	30 556

Activos Não Correntes disponíveis para Venda* (Irlanda) ao abrigo da IFRS 5	Bancos		Comércio e Prestação de Serviços		Construção e Engenharia		Saúde		Energia		Infra-estrutura de Transportes		Total	
	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Bruta	Imparidade
Caixa e equivalentes de Caixa	307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	307	-
Estágio 1	307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	307	-
Sem dias de atraso	307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	307	-
Crédito a clientes	-	-	8 021	6 191	22 953	8 918	17 535	118	46 074	346	78 900	14 939	173 483	30 512
Estágio 1	-	-	-	-	-	-	9 126	4	44 818	301	3 448	3	57 392	308
Sem dias de atraso	-	-	-	-	-	-	9 126	4	44 818	301	3 448	3	57 392	307
Estágio 2	-	-	-	-	-	-	8 409	114	1 256	45	14 972	187	24 637	346
Sem dias de atraso	-	-	-	-	-	-	8 409	114	1 256	45	14 972	187	24 637	347
Estágio 3	-	-	8 021	6 191	22 953	8 918	-	-	-	-	60 480	14 749	91 454	29 858
Sem dias de atraso	-	-	2 379	549	22 953	8 918	-	-	-	-	-	-	25 332	9 467
Mais de 181 dias	-	-	5 642	5 642	-	-	-	-	-	-	60 480	14 749	66 122	45 732
Instrumentos de dívida da carteira bancária	-	-	-	-	4 475	44	-	-	-	-	-	-	4 475	44
Estágio 1	-	-	-	-	4 475	44	-	-	-	-	-	-	4 475	44
Sem dias de atraso	-	-	-	-	4 475	44	-	-	-	-	-	-	4 475	44
Total	307	-	8 021	6 191	27 428	8 962	17 535	118	46 074	346	78 900	14 939	178 265	30 556

Em 30 de junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, os recursos de instituições de crédito referem-se a um empréstimo celebrado com um sindicato bancário no valor de 750 000 milhares de euros, dos quais 375 000 milhares de euros vencem em Junho de 2021 e 375 000 milhares de euros vencem em Março de 2022. O sindicato bancário beneficia de uma garantia prestada pelo acionista final Haitong Securities Co., Ltd.

NOTA 35 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Acções ordinárias

Até 3 de Agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista único do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os activos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de Setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de Dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de Maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de Maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 20 000 milhares de euros, através da emissão de 4 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de Junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de Junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de Agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 30 de Junho de 2019 o capital social do Haitong Bank ascende a 844 769 milhares de euros e encontra-se representado por 168 953 800 acções de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detidas pela Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Durante o exercício de 2011, foi efectuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 encontram-se em circulação 3 731 milhares de euros destas obrigações. No exercício de 2019 o Grupo não efectuou pagamento de juros (317 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2018 os quais foram registados com uma dedução a reservas).

Em Maio de 2016, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1

(“Additional Tier 1”), no montante global de 80 000 milhares de euros, designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Em Junho de 2017, os instrumentos perpétuos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments” foram convertidos em capital.

Em Março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 (“Additional Tier 1”), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

NOTA 36 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2017 (Reexpresso)	7 314	(2 527)	4 787	39 878	(26 176)	(150 719)	(92 195)	(229 212)
Impacto da adopção da IFRS 9 (Nota 41)	(250)	16	(234)	-	-	-	(1 152)	(1 152)
Saldo em 01 de Janeiro de 2018	7 064	(2 511)	4 553	39 878	(26 176)	(150 719)	(93 347)	(230 364)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	568	-	-	568
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	-	-	1 832	1 832
Alterações de justo valor	(14 463)	5 045	(9 418)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(2 218)	-	(2 218)
Reciclar reserva cambial das actividades descontinuadas	-	-	-	-	-	(285)	-	(285)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(130 187)	(130 187)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(184)	(184)
Saldo em 30 de Junho de 2018	(7 399)	2 534	(4 865)	39 878	(25 608)	(153 222)	(221 886)	(360 838)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(2 672)	-	-	(2 672)
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	-	-	1 490	1 490
Transferência de rendimento integral de actividades a descontinuar	(98)	13	(85)	-	-	86	-	86
Alterações de justo valor	7 365	(2 588)	4 777	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(11 587)	-	(11 587)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(326)	(326)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(132)	(41)	(173)	39 878	(28 280)	(164 723)	(220 722)	(373 847)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(8 123)	-	-	(8 123)
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	-	-	356	356
Alterações de justo valor	2 539	(928)	1 611	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(1 956)	-	(1 956)
Transferência de rendimento integral de actividades a descontinuar	-	-	-	-	-	-	(42)	(42)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	1 159	1 159
Saldo em 30 de Junho de 2019	2 407	(969)	1 438	39 878	(36 403)	(166 679)	(219 249)	(382 453)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Saldo inicial	(173)	4 787
Impacto da adopção da IFRS 9	-	(234)
Varição de justo valor	4 746	(14 424)
Alienações do período	(1 756)	3 325
Imparidade reconhecida no período	(451)	4 001
Transferência de rendimento integral de actividades a descontinuar	-	(98)
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas	(928)	2 470
Saldo final	1 438	(173)

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2019		31.12.2018	
	Balço	Resultados	Balço	Resultados
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	12 519	367	11 633	(253)
Haitong Securities do Brasil S.A.	4 531	136	4 336	157
Haitong Negócios S.A.	4 393	91	4 213	116
Haitong do Brasil Participações Ltda	3 076	39	2 973	74
FI Multimercado Treasury	925	(24)	905	291
WindPart, Lda	-	-	-	-
Outras	1 923	(89)	1 969	(97)
	27 367	520	26 029	288

O movimento de Interesses que não controlam nos anos findos em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)		
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2018
Interesses que não controlam no início do período	26 029	26 338	31 082
Impacto transição IFRS 9	-	-	(19)
Dividendos distribuídos	-	(1 393)	-
Variação da reserva de justo valor	276	(39)	(409)
Variação cambial e outros	542	596	(4 077)
Resultado líquido do período	520	527	(239)
Interesses que não controlam no fim do período	27 367	26 029	26 338

NOTA 37 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	127 592	149 466
Activos financeiros dados em garantia	860 349	694 359
	987 941	843 825
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	18 093	16 462
	18 093	16 462

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo no momento inicial.

Em 30 de Junho de 2019, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 10 000 milhares de euros em 30 de Junho de 2019 (31 de Dezembro de 2018: 120 000 milhares de euros), (ii) no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado no montante de 60 milhares de euros (31 de Dezembro de 2018: 60 milhares de euros) e (iii) 306 792 milhares de euros de colateral livre não utilizado, sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 381 021 milhares de euros em 30 de Junho de 2019 (31 de Dezembro de 2018: 280 618);
- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 109 milhares de euros (31 de Dezembro de 2018: 109 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 100 milhares de euros (31 de Dezembro de 2018: 100 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra: 304 759 milhares de euros (31 de Dezembro de 2018: 281 254 milhares de euros) de títulos próprios e 293 471 milhares de euros reutilizados (31 de Dezembro de 2018: 104 145 milhares de euros) de operações com acordos de revenda;
- Títulos dados em garantia ao abrigo de contractos de compensação de derivados 110 631 milhares de euros.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2019	31.12.2018
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	158 250	176 750
Outras responsabilidades por prestação de serviços	723 126	848 637
	881 376	1 025 387

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é réu em dois processos relacionados com o aumento de capital do BES ocorrido em Junho de 2014. Em ambos os processos foi decidido pelo Tribunal extinguir a instância por “deserção”. Os Autores recorreram para os Tribunais superiores de ambas as decisões e num desses processos o Supremo Tribunal de Justiça vem dizer é que existe dupla conforme em relação à decisão de 1ª instância e do Tribunal da Relação de Lisboa. No entanto, o Autor neste processo (DECO) interpôs recurso extraordinário para fixação de jurisprudência, tendo sido admitido tal recurso, pelo que se aguarda pela notificação para apresentação das alegações e subsequentes contra-alegações de recurso. No que respeita ao outro processo (acção instaurada por vários fundos), depois de proferida decisão de 1ª instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, encontrando-se a aguardar decisão.

O Haitong Bank é ainda réu em 24 processos quase todos relacionados com emissões de papel comercial de entidades do GES (Rioforte e ESI – Espírito Santo International) (3 deles diz respeito a uma emissão de *notes* pela filial do Haitong Bank na Irlanda (a HIIP) que tinha como activo subjacente obrigações emitidas pela Espírito Santo Financial Portugal (ESFP)) e a OI, que deram entrada nos tribunais em 2015, 2016 e 2017.

Na nota 38 relativa às contas do primeiro semestre de 2018, consta que é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma e em condições reforçadas, como se passa a expor.

Quanto às acções relacionadas com emissões de papel comercial do GES, é verdade que o Haitong Bank (então denominado BES I - Banco Espírito Santo de Investimento) desempenhou o papel de agente administrativo em diversas emissões, tendo tratado da integração das mesmas na Central de Valores Mobiliários, e de agente pagador, cabendo-lhe tratar dos pagamentos de juros e de capital a favor dos titulares destes valores mobiliários (naturalmente, no pressuposto de receber, da entidade emitente, os fundos necessários para o efeito). Porém, estas emissões foram objecto de oferta particular, não tendo o BES I participado na colação das mesmas nem estabelecido quaisquer contactos com os investidores. Sendo as respectivas notas informativas inequívocas no sentido de que a responsabilidade pela informação nelas contidas cabe exclusivamente às respectivas sociedades emitentes. Quanto aos 3 mencionados processos relacionados com emissões da HIIP, estas correspondem a i) *credit linked notes*, cuja remuneração e reembolso se encontravam dependentes de factos (nomeadamente a insolvência) associados à entidade emitente do activo subjacente, no caso a ESFP que, como se sabe, foi declarada insolvente, caso em que os investidores devem receber o próprio activo subjacente ou o produto da sua venda e ii) *credit linked notes*, cuja remuneração e reembolso se encontravam dependentes de factos

(nomeadamente a insolvência) associados à entidade emitente do activo subjacente, a OI, que foi declarada insolvente. O Autor subscreveu CLNs emitidas pela HIIP. As condições destas emissões constam claramente dos seus documentos informativos, além de que o BESI, ao tempo, não procedeu à colocação destas emissões junto dos investidores.

Esta opinião foi entretanto corroborada por diversas decisões judiciais.

Assim, transitaram em julgado 30 processos relativos ao papel comercial do GES com a absolvição total do Haitong Bank.

Em 16 de julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova ação legal relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013, apresentada por um fundo de recuperação de crédito formado por vários desses papéis comerciais, dirigidos contra o Haitong Bank e vários membros de entidades GES. O pedido eleva-se a 517,5 milhões de euros. O Haitong Bank está a analisar os argumentos apresentados pelo reclamante e contratará advogados externos para representar o Banco.

No Brasil, encontra-se em discussão judicial a constitucionalidade da lei aplicável à incidência das contribuições para o Programa de Integração Social (“PIS”) e para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) sobre outras receitas que não sejam aquelas decorrentes da venda de bens e da prestação de serviços. Suportados em decisão judicial, as entidades do Grupo no Brasil, depositam mensalmente, os valores objeto de discussão judicial e entregam ao Fisco diretamente apenas aqueles valores que incidem sobre as receitas de serviços, os quais não são objeto desta discussão. Os valores objeto de depósito judicial estão contabilizados em balanço, nos outros activos. É entendimento do Grupo no Brasil, com base em pareceres dos seus consultores legais, que a possibilidade de vir a sofrer uma decisão judicial é inferior a 50%, razão pela qual o Haitong Bank não regista qualquer provisão para esta contingência. Em 30 de junho de 2019, o valor acumulado das referidas contribuições não liquidado, mas depositado pelo Grupo ascendia a 26 004 milhares de euros.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa ao referido processo judicial.

Fundo de Resolução

Medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de Agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, tendo a generalidade da actividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A.. Em consonância com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução (FR), criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4 900 milhões de Euros, tendo a subscrição de capital realizada pelo FR sido financiada essencialmente mediante a obtenção de financiamentos do Estado Português e de oito instituições participantes no Fundo (não incluindo o Banco).

Subsequentemente, ainda no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., o Banco de Portugal deliberou, conforme comunicado de 29 de Dezembro de 2015, a transferência para a esfera da responsabilidade do FR de “...eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução [do Banco Espírito Santo, S.A.], de que resultem responsabilidades ou contingências.”

Em Julho de 2016, o FR declarou que iria analisar e avaliar os passos necessários na sequência da publicação dos resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar, no encerramento da liquidação do BES, que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco, assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente assumiriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do FR.

De acordo com a informação pública disponível, o volume de litigância associado a este processo é elevado.

Em 31 de Março de 2017, o Banco de Portugal emitiu um comunicado referindo ter seleccionado a Lone Star para concluir a operação de venda do Novo Banco. O referido comunicado refere o seguinte:

“Nos termos do acordo, a Lone Star irá realizar injeções de capital no Novo Banco no montante total de 1 000 milhões de euros, dos quais 750 milhões de euros no momento da conclusão da operação e 250 milhões de euros no prazo de até 3 anos. Por via da injeção de capital a realizar, a Lone Star passará a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução manterá 25% do capital. As condições acordadas incluem ainda a existência de um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto accionista, se compromete a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas, relacionadas com: i) o desempenho de um conjunto delimitado de activos do Novo Banco e ii) com a evolução dos níveis de capitalização do Banco. As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente beneficiam de uma almofada de capital resultante da injeção a realizar nos termos da operação e estão sujeitas a um limite máximo absoluto.”

Em 18 Outubro de 2017, o Banco de Portugal e o FR anunciaram a conclusão da venda do Novo Banco à Lone Star.

Por outro lado, o Banco de Portugal determinou, em 19 e 20 de Dezembro de 2015, uma medida de resolução sobre o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF'). A operação envolveu um apoio público, incluindo 489 milhões de euros assumidos pelo FR, os quais foram financiados através de um contrato mútuo concedido pelo Estado. Adicionalmente, o FR prestou uma garantia relativa a obrigações emitidas pelo veículo constituído no âmbito da resolução do Banif, no montante de 746 milhões de Euros, contragarantida pelo Estado Português.

Aspectos gerais

Para reembolsar os empréstimos obtidos e outras responsabilidades que possa vir assumir relativamente às medidas de resolução acima referidas, o FR dispõe essencialmente das contribuições periódicas e especiais das instituições participantes (incluindo o Banco) e da contribuição sobre o sector bancário. Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do FR se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efectuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do FR, o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma.

No dia 3 de Novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o FR deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de Abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de Fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida. Em 2018, o Banco efectuou contribuições periódicas para o Fundo de Resolução e sobre o sector bancário nos montantes de 590 milhares de euros e 1 782 milhares de euros, respectivamente.

A partir de 2015, o Banco passou igualmente a efectuar contribuições no âmbito da constituição do Fundo de Resolução Europeu, tendo as contribuições efectuadas em 2018 ascendido a 1 272 milhares de euros. O Fundo de Resolução Europeu não cobre as situações em curso, a 31 de Dezembro de 2015, junto do Fundo de Resolução Nacional.

O FR emitiu em 15 de Novembro de 2015 um comunicado afirmando: “esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota.”

Em 28 de Setembro de 2016 o Fundo de Resolução emitiu um comunicado no qual é indicado que a maturidade do empréstimo que se vence em 31 de Dezembro de 2017 seria ajustada de forma a garantir a capacidade do Fundo para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, e independentemente das contingências a que se encontra exposto, nem necessidade de proceder à cobrança de contribuições extraordinárias.

De acordo com o comunicado do FR de 21 de Março de 2017:

- “Foram alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para o financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A..” Estes empréstimos ascendem a 4 953 milhões de euros, dos quais 4 253 milhões de euros concedidos pelo Estado e 700 milhões de euros concedidos por um sindicato bancário.
- Aqueles empréstimos têm agora vencimento em Dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado com base na utilização das receitas do Fundo de Resolução. O prazo de vencimento será ajustado em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias.
- A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário.
- As novas condições permitem que seja assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respectiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário”.

Por outro lado, e no contexto do processo de venda do Novo Banco, S.A., o Conselho de Ministros aprovou em 2 de outubro de 2017 uma resolução na qual autorizou a celebração, pelo Estado Português, enquanto garantidor final da estabilidade financeira, de um acordo com o Fundo de Resolução, com vista à disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução, se e quando se afigurar necessário, para a satisfação de obrigações contratuais que venham eventualmente a decorrer da operação de venda da participação de 75% do capital social do Novo Banco, S.A.

Em 18 de outubro de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a conclusão do processo de venda de 75% do capital social do Novo Banco, S.A. à Lone Star, cuja seleção havia sido comunicada pelo Banco de Portugal em 31 de Março de 2017. As condições acordadas incluem a existência de um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução se compromete a realizar injeções de capital até ao montante total máximo de 3 890 000 milhares de euros no caso de se materializarem certas condições cumulativas.

Em 24 de maio de 2018, o Fundo de Resolução comunicou a realização nessa mesma data do pagamento ao Novo Banco, S.A. do montante de cerca de 791 695 milhares de euros, resultante da aplicação do mecanismo de capitalização contingente acima referido, tendo para o efeito utilizado recursos próprios, complementados por um empréstimo adicional do Estado no montante de 430 000 milhares de euros.

Para o ano de 2019 encontra-se previsto no orçamento do Estado um valor máximo de 850 000 milhares de euros para a realização de empréstimos ao Fundo de Resolução.

De acordo com o comunicado do FR de 1 de Março de 2019, na sequência dos resultados divulgados pelo Novo Banco, o montante a pagar em 2019 pelo Fundo de Resolução resultante da aplicação do mecanismo de capitalização contingente acima referido ascenderá a 1 149 milhões de euros. O pagamento devido em 2019 pelo Fundo de Resolução será realizado após a certificação legal de contas do Novo Banco e após um procedimento de verificação, a realizar por entidade independente, que visa confirmar se o montante a pagar pelo Fundo foi corretamente apurado. Para a realização do pagamento, o Fundo de Resolução irá utilizar, em primeiro lugar, os recursos financeiros disponíveis, resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário. Esses recursos serão complementados pela utilização de um empréstimo acordado com o Estado em outubro de 2017, com o limite máximo anual, então definido, de 850 milhões de euros.

Neste contexto, à data de 30 de Junho de 2019, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor global das perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias e outras contingências associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo e das eventuais perdas a incorrer pelo FR na sequência da resolução do BANIF.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao FR pelo Estado e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efetuados pelo FR e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019 refletem a expectativa do Conselho de Administração do Banco de que não serão exigidas às instituições participantes no Fundo de Resolução contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução.

NOTA 38 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Grupo realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong nos períodos findos em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	(milhares de euros)					
	30.06.2019					
	Activos		Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
Outros	Total					
Accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL HOLDINGS LIMITED	-	-	14 324	-	-	-
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	4 743	4 743	-	-	5 000	-
HAITONG SECURITIES	4 116	4 116	-	-	2 850	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES GROUP LIMITED	-	-	-	-	2 202	-
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	740	-	236
TOTAL	8 859	8 859	14 324	740	10 052	236

(milhares de euros)

	31.12.2018					
	Activos		Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Outros	Total				
Accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL HOLDINGS LIMITED	-	-	15 972	-	-	-
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	-	-	-	-	10 870	-
HAITONG SECURITIES	2 776	2 776	-	-	20 685	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	5	-
HAITONG INTERNATIONAL CREDIT COMPANY LTD	-	-	-	-	5 366	-
HAITONG UNITRUST HOLDING LIMITED	-	-	-	-	2 600	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES GROUP LIMITED	-	-	-	-	2 016	264
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES USA INC	-	-	-	-	20	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES (UK) LIMITED	-	-	-	-	5	-
HAITONG SECURITIES USA LLC	-	-	-	-	31	3
HAITONG SECURITIES (UK) LIMITED	-	-	-	191	-	181
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	15 023	-
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT	-	-	-	-	2 800	-
UNICAM LIMITED	-	-	-	-	1 000	-
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	-	-	162
TOTAL	2 776	2 776	15 972	191	60 421	610

A rubrica de proveitos a 30 de Junho de 2019 inclui o montante de 10 052 milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de Dezembro de 2018: 44 692 milhares de euros).

NOTA 39 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de activos e passivos financeiros

O Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados activos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis directamente no mercado, são derivados de instrumentos transaccionados activamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Grupo realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a reflectir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor actual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor do passivo emitido pelo Grupo na forma de produtos estruturados incorpora um ajustamento que reflecte o risco de crédito próprio (DVA) do Haitong Bank. Este ajustamento (DVA) é estimado descontando os cash flows futuros a uma curva de juros sem risco adicionando um spread. Dado não ser possível observar um spread de um credit default swap com referência ao Haitong Bank no mercado, este spread é estimado com base em comparáveis.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total de Valor de Balanço	Justo Valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
30 de Junho de 2019						
Caixa e Equivalentes de Caixa	277 191	-	-	-	277 191	277 191
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	25 265	385 486	-	410 751	410 751
Instrumentos financeiros derivados	-	-	114 198	4 712	118 910	118 910
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	762	9 687	30 578	41 027	41 027
Crédito a clientes	-	-	-	240	240	240
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	129 994	73 759	100 500	304 253	304 253
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	402 706	-	-	-	402 706	-
Aplicações em instituições de crédito	289 867	-	-	-	289 867	289 867
Crédito a clientes	467 620	-	-	-	467 620	462 095
Activos financeiros	1 437 384	156 021	583 130	136 030	2 312 565	1 904 334
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	5 338	-	-	5 338	5 338
Instrumentos financeiros derivados	-	82	156 037	8 499	164 618	164 618
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	570 314	-	-	-	570 314	570 314
Recursos de clientes	432 504	-	-	-	432 504	432 504
Responsabilidades representadas por títulos	179 596	-	-	-	179 596	179 596
Derivados - Contabilidade de Cobertura	-	-	1 047	-	1 047	1 047
Passivos financeiros	1 182 414	5 420	157 084	8 499	1 353 417	1 353 417
31 de Dezembro de 2018						
Caixa e Equivalentes de Caixa	341 255	-	-	-	341 255	341 255
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	24 563	424 671	17 723	466 957	466 957
Instrumentos financeiros derivados	-	-	104 011	26 136	130 147	130 147
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	707	8 851	28 913	38 471	38 471
Crédito a clientes	-	-	-	5 783	5 783	5 783
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	309 806	111 113	94 894	515 813	515 813
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	-	-	-	-	87 085	-
Aplicações em instituições de crédito	126 828	-	-	-	126 828	126 828
Crédito a clientes	508 458	-	-	-	508 458	491 852
Activos financeiros	976 541	335 076	648 646	173 449	2 220 797	2 117 106
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	15 924	103 788	195	119 907	119 907
Instrumentos financeiros derivados	-	-	151 333	33 633	184 966	184 966
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	358 957	-	-	-	358 957	358 957
Recursos de clientes	400 206	-	-	-	400 206	400 206
Responsabilidades representadas por títulos	162 612	-	-	-	162 612	162 612
Passivos financeiros	921 775	15 924	255 121	33 828	1 226 648	1 226 648

Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registados ao justo valor são classificados em três níveis de acordo definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

Nível 1 – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados activos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e acções e derivados listados e transaccionados em mercados regulados.

Nível 2 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado activo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são activos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivados OTC não complexos, acções ilíquidas e fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados diariamente pelas

entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivativos de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contratos de garantia (ISDA com CSA - Credit Support Annex), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte e o CVA (Credit Value Adjustment) não é considerado significativos. Adicionalmente, estão incluídos derivativos financeiros negociados em mercado de balcão (OTC), que não possuem CSA assinado, mas o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de default determinada por modelos internos, etc) na avaliação do CSA não é significativo no valor da derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

Nível 3 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivados OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e acções não transaccionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinada e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivativo (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

Em 2019, foram transferidos 1 516 milhares de euros em títulos de Nível 2 para Nível 1 com base na avaliação à sua liquidez em mercado.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de Dezembro de 2018 e 30 de Junho de 2019 nos activos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Activos e Passivos financeiros detidos para negociação		obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo inicial	17 528	(7 497)	28 913	5 784	94 894	139 622
Resultados reconhecidos em Margem financeira	368	-	617	-	3 610	4 595
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	(2)	4 231	2 235	-	-	6 464
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	-	26	26
Imparidade em activos financeiros	-	-	-	-	(402)	(402)
Outras variações de valor	39	(2 042)	79	(45)	481	(1 488)
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	-	517	517
Aquisições	-	-	-	-	6 388	6 388
Saídas	(17 933)	-	-	-	-	(17 933)
Reembolsos	-	-	(1 266)	(5 499)	(5 014)	(11 779)
Fluxos financeiros derivados	-	(1 962)	-	-	-	(1 962)
Transferências de outros níveis	-	3 173	-	-	-	3 173
Transferências para outros níveis	-	310	-	-	-	310
Saldo final	-	(3 787)	30 578	240	100 500	127 531

No que se refere aos instrumentos classificados em Nível 3, em 2019 existem 310 mil euros adicionais em derivados (21 088 milhares de euros em ativos e 21 399 milhares de euros em passivos) que foram transferidos do nível 3 para o nível 2, pois estão a ser avaliados metodologia interna de avaliação desenvolvida pelo banco. Adicionalmente, foram transferidos 3 173 mil euros em derivados cujo nível de CVA foi considerado significativo em conformidade com a política interna do banco, do nível 2 para o nível 3.

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2019, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas swap:

	30.06.2019			31.12.2018		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	-0,44	2,40	0,67	-0,42	2,41	0,67
1 mês	-0,41	2,43	0,72	-0,39	2,53	0,73
3 meses	-0,38	2,35	0,77	-0,34	2,82	0,91
6 meses	-0,41	2,18	0,85	-0,33	2,73	1,03
1 ano	-0,41	1,92	0,85	-0,27	2,71	1,07
3 anos	-0,36	1,72	0,84	-0,07	2,72	1,22
5 anos	-0,23	1,75	0,90	0,20	2,56	1,30
7 anos	-0,07	1,83	0,96	0,47	2,60	1,36
10 anos	0,18	1,96	1,05	0,83	2,70	1,44
15 anos	0,50	2,12	1,17	1,20	2,80	1,52
20 anos	0,67	2,19	1,22	1,39	2,84	1,55
25 anos	0,73	2,21	1,24	1,41	2,84	1,55
30 anos	0,74	2,23	1,24	1,44	2,82	1,54

Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

Índice	Série	(pontos de base)				
		1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2019 H1						
CDX USD Main	33	-	27,68	54,15	80,31	102,71
iTraxx Eur Main	32	-	26,24	52,54	76,77	98,45
iTraxx Eur Senior Financial	32	-	-	63,82	-	-
Ano 2018						
CDX USD Main	31	-	54,19	87,75	112,99	132,62
iTraxx Eur Main	30	-	55,63	87,37	111,31	131,15
iTraxx Eur Senior Financial	30	-	-	108,52	-	-

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the Money):

	30.06.2019		31.12.2018	
	EUR	USD	EUR	USD
1 ano	1,79	59,69	1,79	11,25
3 anos	2,64	68,42	1,44	22,87
5 anos	0,52	75,12	20,27	27,29
7 anos	1,23	73,19	34,46	28,35
10 anos	18,98	70,92	48,13	30,29
15 anos	39,86	70,6	60,46	--

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the money):

Cambial	Cotação		Volatilidade (%)				
	30.06.2019	31.12.2018	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,1380	1,1450	5,63	5,64	5,87	6,08	6,30
EUR/GBP	0,8965	0,8945	5,15	5,95	7,80	8,16	8,43
EUR/CHF	1,1105	1,1269	4,90	4,89	4,99	5,10	5,19
EUR/PLN	4,2496	4,3014	3,22	3,48	3,75	3,99	4,14
EUR/CNY	7,8185	7,8751	-	-	-	-	-
USD/BRL a)	3,8235	3,8812	13,12	13,23	13,36	13,50	13,59

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD and EUR/BRL

Índices accionistas

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices accionistas e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		Volatilidade implícita (%)
	30.06.2019	31.12.2018	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	3 474	3 001	15,73	12,45	12,11	12,13
PSI 20	5 137	4 731	8,58	13,03	12,43	-
IBEX 35	9 199	8 540	7,72	10,99	11,10	-
DAX	12 399	10 559	17,42	14,53	13,02	13,48
S&P 500	2 942	2 507	17,35	12,17	11,40	12,66
BOVESPA	100 967	87 887	14,88	17,30	19,98	21,90

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento actual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 40 – IMPACTO DA ADOÇÃO DA IFRS 16

O grupo adotou a IFRS 16 retrospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2019, no entanto o período comparativo de 2018 não foi reexpresso, conforme permitido pelas disposições transitórias específicas da norma ("abordagem retrospectiva modificada"). As reclassificações e os ajustamentos decorrentes das novas regras de locação são, portanto, reconhecidos em balanço a 1 de janeiro de 2019.

Na adoção da IFRS 16, o grupo decidiu não aplicar o expediente prático de definição de locação definido na norma. O grupo analisou todos os contratos relevantes de forma a reavaliar se contratos constituem ou contêm uma locação, à data de aplicação inicial. Para a mensuração do passivo de locação foram considerados todos os contratos classificados como locação com base na norma IFRS 16. Estes passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes da locação, descontados com base na taxa incremental de financiamento do locatário em 1 de janeiro de 2019.

Na data de aplicação inicial, foram somente identificados contratos classificados como locações operacionais com base nos princípios da IFRS 16.

A reconciliação do passivo de locação é mostrada abaixo:

	(milhares de euros)
	Montante
Passivos de locação a 31 de Dezembro de 2018	2 036
Desconto calculado usando a taxa de empréstimo incremental do locatário na data inicial	(25)
Menos: locações de curto prazo reconhecidas pelo método linear como custo	(122)
Menos: locações de baixo valor reconhecidas pelo método linear como custo	(97)
Mais: Locações operacionais não reconhecidas de acordo com a IAS 17	9 790
Passivos de locação a 1 de Janeiro de 2019:	11 582
Dos quais:	
Passivos de locação não correntes	11 582

A taxa média ponderada incremental de financiamento do locatário aplicada aos passivos de locação em 1 de janeiro de 2019 foi de 3,03%.

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de locação, ajustado pela quantia de qualquer pagamento de locação antecipado ou acrescido relacionado com a locação reconhecida em balanço a 31 de dezembro de 2018.

A distribuição de ativos do direito de uso por tipologia é a seguinte:

(milhares de euros)

	30.06.2019	01.01.2019
Edifícios	8 893	10 231
Equipamento informático	63	85
Viaturas	1 094	1 266
Total Direito de uso	10 050	11 582

A alteração na política contabilística afetou os seguintes itens em balanço a 1 de janeiro de 2019:

(milhares de euros)

	Montante
Direito de uso	11 582
Passivo de locação	11 582

Ao aplicar a IFRS 16 pela primeira vez, o grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- O uso de uma única curva de taxa de desconto para uma carteira de contratos de locação com características razoavelmente semelhantes;
- A contabilização de contratos de locação operacional com prazo de locação remanescente inferior a 12 meses em 1 de janeiro de 2019 como locação de curto prazo;
- A contabilização de contratos de locação operacional com um ativo subjacente avaliado em menos de EUR 5.000;
- O uso da abordagem retrospectiva na determinação do prazo da locação, quando o contrato contém opções para estender ou rescindir a locação;
- A exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- Considerar avaliações anteriores quanto à existência de contratos de locação onerosos.

NOTA 41 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo Haitong Bank.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio ativo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objetivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de otimização da base de capital;
- Gestão pró-ativa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua

atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente. São igualmente objeto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas de negócio.

Cálculo da ECL

A nova norma IFRS 9 prevê um modelo de “três estágios” para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Haitong Bank, a perda de crédito esperada é determinada da seguinte forma:

- **Estágio 1 – *Performing*:** O cálculo de imparidade é realizado com base na perda de crédito esperada para 12 meses, a qual é determinada como a exposição à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) em 12 meses e pela perda dado o incumprimento;
- **Estágio 2 – *Under Performing*:** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- **Estágio 3 – *Non Performing*:** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Banco (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vetor de medição a análise individual de imparidade. Para complementar esta análise, o Banco desenvolveu um modelo interno para cálculo da imparidade coletiva, incorporando os seguintes parâmetros:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default – PD*): reflete a probabilidade de incumprimento num dado momento. O Haitong Bank toma em consideração as PD's da S&P, ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade;
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default – LGD*): magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Banco aplica a LGD com base nos *benchmarks* da *Moody's* que cobrem um amplo período histórico;
- Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default – EAD*): a exposição esperada em caso de incumprimento. O EAD é calculado dependendo do tipo de ativo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada estágio é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo fator de conversão de crédito (de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013).

Informação Prospetiva

A informação prospetiva utilizada pelo Haitong Bank baseia-se numa abordagem simplificada, suportada num único cenário com dados externos dadas as características do Banco. Foi implementado um único cenário central baseado em informação externa, utilizando informação estatística do Banco de Portugal. Esta abordagem garante a consistência e o alinhamento com o Regulador.

Este exercício prospetivo foi definido exclusivamente para a norma IFRS 9, dada a especificidade do exercício e a informação disponível.

Uma vez que o modelo de imparidade do Banco apenas considera os clientes do Estágio 1 sujeitos ao modelo coletivo, a informação prospetiva tem um horizonte temporal de 12 meses. Todas as exposições/devedores das carteiras estão sujeitas às mesmas informações prospetivas, assegurando que todos os ativos estão em conformidade com as diretrizes da norma IFRS 9.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na IFRS, detalhados por estágio, à data de 30 de Junho de 2019.

(milhares de euros)

Classe de Ativos	Stage 1				Total Stage 1	Stage 2		Total Stage 2	Stage 3		Total Stage 3
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]		Impaired [d]		
Crédito a Clientes	-	267 278	-	114 449	381 727	82 206	-	82 206	22 163	22 163	
Garantias	-	121 462	-	843	122 305	1 966	1 279	3 245	2 042	2 042	
Instrumentos de Dívida	-	683 702	-	13 401	697 103	-	-	-	8 824	8 824	
Aplicações em instituições de crédito	3 977	282 980	-	-	286 957	-	3 421	3 421	15 077	15 077	
Caixa & Equivalentes de Caixa	252 148	24 733	-	305	277 186	-	-	-	-	-	
Valores a receber	15	5 158	285	22 654	28 112	-	-	-	1 334	1 334	
Total Bruto	256 140	1 385 313	285	151 652	1 793 390	84 172	4 700	88 872	49 440	49 440	

A exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade ascende a 247.9 milhões de Euros a 30 de Junho 2019, correspondendo a exposições face a bancos centrais.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por setor de atividade, stage e dias de atraso, a 30 de junho de 2019.

Activos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de actividade, estágio e dias de atraso	Estágio 1				Estágio 2		Estágio 3			
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias		Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		Mais de 181 dias	
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	-	-	-	-	5 442	125	-	-	-	-
Bancos	606 153	527	1 599	1 599	3 421	506	-	-	15 077	15 077
Corretagem	491	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materias de construção	13	6	192	192	-	-	174	18	-	-
Bens de investimento	6 462	4	40	40	-	-	1 142	228	-	-
Químicos	844	818	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	5 602	115	107	107	1 279	87	4 417	1 075	-	-
Construção e engenharia	76 366	145	407	407	1 966	24	22	5	2 017	1 338
Alimentação, bebidas e tabaco	1 054	136	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos e gestores de activos	95 459	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	284 331	211	214	214	-	-	-	-	-	-
Saúde	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	50	-	-	-	-	-	2 127	1 086	-	-
Produtos de consumo	12	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguros	15	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e entretenimento	8	1	94	94	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	104 910	848	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	3 790	34	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e produtos florestais	2 438	1	60	60	-	-	-	-	-	-
Energia	80 639	721	57	57	35 449	2 404	1 334	1 334	-	-
Imobiliário	72 829	845	166	166	4 995	512	-	-	1 256	832
Retalho	1 962	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Programação informática	396	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia e equipamento informát	27 698	270	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	19 374	195	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes	-	-	-	-	2 246	22	-	-	9 529	7 219
Infra-estruturas de transportes	89 503	477	-	-	34 074	99	3 280	1 115	-	-
Água e Saneamento	762	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	12 496	553	3 176	3 176	-	-	-	-	-	-
Total	1 493 660	5 926	6 112	6 112	88 872	3 779	12 496	4 861	27 879	24 466

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e estágio de imparidade.

Crédito a clientes

O quadro apresentado a seguir apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Grupo Haitong Bank S.A. para 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018:

Crédito a clientes		30/06/2019				Total	31/12/2018
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI		Total
Custo amortizado							
Low to fair risk	[aaa+;a-]	-	-	-	-	-	29 142
Monitoring	[bbb+;b-]	267 278	82 206	-	-	349 484	370 586
Impaired	[d]	-	-	21 922	-	21 922	38 222
Not rated		114 449	-	-	-	114 449	92 093
Valor bruto		381 727	82 206	21 922	-	485 855	530 043
Imparidade (Nota 31)		2 684	3 162	12 389	-	18 235	21 585
Valor líquido		379 043	79 044	9 533	-	467 620	508 458
Justo valor							
Impaired	[d]	-	-	241	-	241	5 784
Valor bruto		-	-	241	-	241	5 784
Reavaliação		-	-	(1)	-	(1)	(1)
Valor líquido		-	-	240	-	240	5 783
Total bruto		381 727	82 206	22 163	-	486 096	535 827
Total imparidade		2 684	3 162	12 389	-	18 235	21 585
Total reavaliação		-	-	(1)	-	(1)	(1)
Total líquido		379 043	79 044	9 773	-	467 860	514 241

Garantias Prestadas

O quadro apresentado a seguir apresenta um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank S.A. para 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018:

Garantias prestadas		30/06/2019				Total	31/12/2018
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI		Total
Monitoring	[bbb+;b-]	121 462	1 966	-	-	123 428	142 831
Substandard	[ccc+;ccc]	-	1 279	-	-	1 279	-
Doubtful	[lccc]	-	-	-	-	-	2 973
Impaired	[d]	-	-	2 042	-	2 042	2 837
Not rated		843	-	-	-	843	825
Total bruto		122 305	3 245	2 042	-	127 592	149 466
Imparidade (Nota 31)		652	111	527	-	1 290	1 764
Total líquido		121 653	3 134	1 515	-	126 302	147 702

Instrumentos de dívida da carteira bancária

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de instrumentos de dívida da carteira bancária do Haitong Bank, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018:

Instrumentos de dívida da carteira bancária	30/06/2019					31/12/2018
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total	Total
Custo amortizado						
Monitoring [bbb+;b-]	401 131	-	-	-	401 131	87 533
Not rated	2 354	-	-	-	2 354	-
Valor bruto	403 485	-	-	-	403 485	87 533
Imparidade (Nota 31)	779	-	-	-	779	448
Valor líquido	402 706	-	-	-	402 706	87 085
Justo valor						
Monitoring [bbb+;b-]	282 572	-	-	-	282 572	497 522
Substandard [ccc+;ccc]	-	-	-	-	-	-
Impaired [d]	-	-	1 011	7 813	8 824	10 820
Not rated	11 046	-	-	-	11 046	9 288
Valor bruto	293 618	-	1 011	7 813	302 442	517 630
Imparidade (Nota 31)	955	-	158	99	1 212	1 842
Reavaliação	-	-	-	-	-	25
Valor líquido	292 663	-	853	7 714	301 230	515 813
Total bruto	697 103	-	1 011	7 813	705 927	605 163
Total imparidade	1 734	-	158	99	1 991	2 290
Total reavaliação	-	-	-	-	-	25
Total líquido	695 369	-	853	7 714	703 936	602 898

Caixa e Equivalentes de Caixa

O quadro apresentado a seguir apresenta um sumário do caixa e equivalentes de caixa do Grupo Haitong Bank, S.A., a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018:

Caixa e Equivalentes de Caixa	30/06/2019					31/12/2018
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk [aaa+;a-]	252 148	-	-	-	252 148	317 075
Monitoring [bbb+;b-]	24 733	-	-	-	24 733	23 982
Not rated	305	-	-	-	305	194
Total bruto	277 186	-	-	-	277 186	341 251
Imparidade (Nota 31)	1	-	-	-	1	1
Total líquido	277 185	-	-	-	277 185	341 250

Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado a seguir apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Grupo Haitong Bank, S.A., a 30 de Junho de 2019 e a 31 de Dezembro de 2018:

Aplicações em instituições de crédito	30/06/2019					31/12/2018
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk [aaa+;a-]	3 977	-	-	-	3 977	1 048
Monitoring [bbb+;b-]	282 980	-	-	-	282 980	122 929
Substandard [ccc+;ccc]	-	3 421	-	-	3 421	3 358
Impaired [d]	-	-	15 077	-	15 077	15 077
Total bruto	286 957	3 421	15 077	-	305 455	142 412
Imparidade (Nota 31)	5	506	15 077	-	15 588	15 584
Total líquido	286 952	2 915	-	-	289 867	126 828

Devedores e outras contas a receber

O quadro apresentado a seguir apresenta um sumário da carteira de valores a receber do Grupo Haitong Bank, S.A., a 30 de Junho de 2019 e a 31 de Dezembro de 2018:

Valores a receber	30/06/2019					31/12/2018	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total	Total	
<i>Custo amortizado</i>							
Low to fair risk [aaa+;a-]	15	-	-	-	15	30	
Monitoring [bbb+;b-]	5 158	-	-	-	5 158	8 097	
Substandard [ccc+;ccc]	285	-	-	-	285	285	
Impaired [d]	-	-	1 334	-	1 334	1 305	
Not rated	22 654	-	-	-	22 654	14 534	
Total bruto	28 112	-	1 334	-	29 446	24 251	
Imparidade (Nota 31)	7 917	-	1 334	-	9 251	8 781	
Total líquido	20 195	-	-	-	20 195	15 470	

Durante o primeiro semestre de 2019 não existiram ativos financeiros modificados desde o reconhecimento inicial para os quais as perdas de crédito esperadas tenham passado de perdas de crédito esperadas até à maturidade residual para perdas de crédito esperadas a 12 meses.

A utilização de proteção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Banco são as cauções financeiras (proteção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (proteção pessoal de crédito com efeito de substituição).

São ainda utilizados outros tipos de garantias, que, embora não elegíveis como mitigadores de risco no cálculo dos requisitos de capital regulamentar, reduzem efetivamente o risco de crédito a que o Banco se encontra sujeito. A este respeito, salientamos as garantias pessoais providenciadas pelos sócios da empresa (“accionistas”) em algumas operações de financiamento.

O Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a haircuts de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Banco considera o valor das garantias reais após a aplicação do haircut.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital listados e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

A valorização da caução de contas bancárias é realizada numa base trimestral, de acordo com as informações fornecidas pelo banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital não cotados, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

A exposição máxima ao risco de crédito no final do período sem ter em conta quaisquer garantias detidas foi já apresentado nas páginas anteriores.

À data de 30 de Junho de 2019, o montante de instrumentos financeiros em que não se identificou perda pela existência de garantia, foi de 715 mil euros, contabilizado na carteira de crédito a clientes.

Em seguida apresenta-se por classe de rating o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento para todos os ativos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada Estágio e para os instrumentos POCI.

Classe de rating	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCI	
	Exposição Bruta	Exposição em Default	Exposição Bruta	Exposição em Default	Exposição Bruta	Exposição em Default	Exposição Bruta	Exposição em Default
	Low to fair risk [aaa+;a-]	256 140	254 560	-	-	-	-	-
Monitoring [bbb+;b-]	1 385 314	1 048 120	84 173	80 186	-	-	-	-
Substandard [ccc+;ccc]	285	285	4 699	4 699	-	-	-	-
Doubtful [lccc]	1 188	1 188	-	-	41 627	38 198	7 813	7 813
Impaired [d]	150 463	56 603	-	-	-	-	-	-
Total	1 793 390	1 360 756	88 872	84 885	41 627	38 198	7 813	7 813

Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham fatores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afetar a solvência do Banco – o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do banco para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, activos de negociação e títulos por sectores de atividade, para os períodos findos em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	30.06.2019							
	Crédito a clientes				Activos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	5 442	-	125	-	-	1 729	-	-
Bancos	-	-	-	-	1 199	33 795	3 069	22
Corretagem	491	-	-	-	-	7 202	-	-
Materiais de construção	174	-	18	-	-	-	-	-
Bens de investimento	1 142	-	228	-	5 070	-	7 813	99
Comércio e Serviços	3 483	-	570	-	-	-	1 321	2
Construção e Obras Públicas	14 034	2 258	41	1 339	1 039	-	89 026	253
Alimentação, bebidas e tabaco	1 014	-	135	-	-	-	-	-
Fundos e Gestores de Ativos	95 459	-	4	-	-	-	14 799	-
Administração pública	2 944	-	1	-	379 358	-	454 645	635
Saúde	-	-	-	-	3 429	97	-	-
Alojamento e Turismo	2 127	-	1 086	-	-	-	-	-
Media e Entretenimento	-	-	-	-	288	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	71 090	-	693	-	706	-	39 478	211
Instituições financeiras não bancárias	-	-	-	-	-	5	-	-
Indústria de petróleo e gás	-	-	-	-	617	-	20 987	99
Papel e produtos florestais	-	-	-	-	7 591	652	-	-
Energia	97 643	-	2 962	-	2 123	7 192	21 090	67
Imobiliário	47 726	1 256	1 270	832	699	-	32 740	87
Retalho	-	-	-	-	422	-	5 245	9
Programação informática	-	-	-	-	-	-	16	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	35 912	349
Telecomunicações	-	-	-	-	48	-	-	-
Transportes	2 246	9 528	24	7 216	8 162	3 156	1 011	158
Infraestruturas de transportes	126 770	-	1 688	-	-	65 082	-	-
Água e saneamento	762	-	2	-	-	-	-	-
Outros	507	-	1	-	-	-	22 825	-
TOTAL	473 054	13 042	8 848	9 387	410 751	118 910	749 977	1 991

(milhares de euros)

	31.12.2018							
	Crédito a clientes				Activos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	10 842	-	123	-	-	5 469	-	-
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	103	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	213	28 831	2 934	22
Corretagem	1 942	-	8	-	-	7 581	-	-
Materiais de construção	258	-	27	-	-	-	-	-
Bens de investimento	1 172	-	234	-	3 004	-	9 891	318
Comércio e Serviços	4 103	-	663	-	17 723	33	1 251	2
Construção e Obras Públicas	8 657	2 446	3 705	1 365	1 042	-	93 834	344
Embalagens	-	-	-	-	-	426	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	994	-	133	-	-	-	-	-
Fundos e Gestores de Ativos	85 534	-	2	-	15	312	13 240	-
Administração pública	3 064	-	1	-	423 740	-	378 590	760
Saúde	-	-	-	-	3 587	111	-	-
Alojamento e Turismo	2 127	-	302	-	-	-	-	-
Seguros	29 142	-	-	-	-	-	-	-
Holdings de Investimento	-	-	-	-	53	-	-	-
Media e Entretenimento	-	-	-	-	367	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	71 544	-	697	-	-	-	35 049	172
Indústria de petróleo e gás	-	-	-	-	99	-	21 125	106
Papel e produtos florestais	-	-	-	-	8 536	4 532	-	-
Energia	105 546	-	2 880	-	4 795	7 091	22 105	72
Imobiliário	47 208	2 075	2 244	78	1 894	-	2 690	-
Retalho	-	-	-	-	-	-	5 131	9
Programação informática	814	-	1	-	152	31	21	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	35 057	341
Telecomunicações	-	-	-	-	303	-	-	-
Transportes	2 636	9 648	27	7 124	1 331	18 416	928	144
Infraestruturas de transportes	132 635	-	1 781	-	-	57 186	-	-
Água e saneamento	12 900	-	120	-	-	-	-	-
Outros	540	-	70	-	-	128	21 813	-
TOTAL	521 658	14 169	13 018	8 567	466 957	130 147	643 659	2 290

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa a possibilidade de incorrer em perdas resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de acções, taxas de juro, taxas de câmbio e spreads de crédito.

O Grupo calcula as perdas potenciais na sua carteira de negociação e nas posições em mercadorias e cambiais através da metodologia do Value at Risk (VaR) histórico, considerando um intervalo de confiança de 99%, um período de investimento de 10 dias úteis e um período de observação de 1 ano.

(milhões de euros)

	30.06.2019				31.12.2018			
	Junho	Média	Máximo	Mínimo	Junho	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	2,62	2,49	2,43	2,67	1,97	2,09	1,89	1,31
Risco taxa de juro	0,59	0,67	1,01	0,60	0,17	0,45	0,47	0,17
Acções e Mercadorias	0,57	0,39	0,34	0,41	0,12	1,29	0,18	1,40
Spread de Crédito	1,87	1,40	2,19	0,18	2,01	1,81	4,92	0,54
Covariância	-0,19	-0,26	-0,29	-0,26	-0,20	-1,03	-0,40	-0,51
Total	5,46	4,69	5,68	3,60	4,07	4,61	7,06	2,91

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os períodos findos em 30 de Junho de 2019 e 2018, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	30.06.2019			31.12.2018		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	552 086	4 577	1,67%	1 067 923	9 623	1,82%
Crédito a clientes	434 483	10 781	5,00%	416 447	7 326	3,55%
Aplicações em títulos	1 014 416	24 477	4,87%	934 582	20 049	4,33%
Contas caução	110 741	111	0,20%	128 728	62	0,10%
Activos financeiros	2 111 726	39 946	1,89%	2 547 680	37 060	1,45%
Recursos monetários	971 686	8 029	1,67%	1 298 443	12 484	1,94%
Recursos de clientes	353 694	8 529	4,86%	440 364	8 968	4,11%
Responsabilidades representadas por títulos	159 934	7 563	9,54%	46 610	1 965	8,53%
Outros recursos	87 401	579	1,34%	277 171	529	0,38%
Passivos financeiros	1 572 715	24 700	1,57%	2 062 588	23 946	1,16%
Resultado Financeiro		15 246	0,32%		13 114	0,29%

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2019			31.12.2018		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AUD DOLAR AUSTRALIANO	14	-	14	14	-	14
BRL REAL BRASILEIRO	100 675	(65 487)	35 188	104 308	(76 355)	27 953
CAD DOLAR CANADIANO	(21)	-	(21)	14	-	14
CHF FRANCO SUICO	197	-	197	180	-	180
CNY YUAN RENMINBI	339	-	339	358	-	358
COP PESO COLOMBIANO	(298)	-	(298)	(292)	-	(292)
CZK COROA CHECA	25	-	25	24	-	24
DKK COROA DINAMARQUESA	5	-	5	21	-	21
GBP LIBRA ESTERLINA	(718)	-	(718)	182	-	182
HKD HONG KONG DOLAR	41 979	(43 316)	(1 337)	43 238	(42 888)	350
HUF FORINT HÚNGARO	17	-	17	17	-	17
JPY YEN	260	-	260	257	-	257
MXN PESO MEXICANO	132	-	132	129	-	129
NOK COROA NORUEGUESA	24	-	24	22	-	22
PLN ZLOTI POLACO	4 551	18 825	23 376	24 146	-	24 146
SEK COROA SUECA	63	-	63	64	-	64
TRY LIRA TURCA	16	-	16	17	-	17
USD DOLAR DOS E.U.A.	72 426	(87 315)	(14 889)	134 499	(150 866)	(16 367)
ZAR RAND	-	-	-	5	-	5
	219 686	(177 293)	42 393	307 203	(270 109)	37 094

Nota: activo / (passivo)

A principal fonte geradora de risco cambial do Haitong Bank é a flutuação de valor da subsidiária estrangeira Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A., resultante da taxa de câmbio EUR/BRL. Esse risco representa uma posição longa em BRL. Para proteger esse risco, o Haitong Bank realiza transações de derivados de curto prazo com terceiros que compram EUR e vendem BRL (por exemplo, NDF EUR / BRL), criando assim uma posição curta em BRL. O principal fator de risco dessa posição em BRL é a taxa de câmbio EUR/BRL, sendo os demais fatores de risco as taxas de juros em EUR e BRL. Como tal, existe uma relação clara e observável entre o item coberto e o instrumento de cobertura.

O Haitong Bank estabelece a relação de cobertura entre o valor do ativo e o valor em BRL vendido nas transações de derivados, com o objetivo de manter uma relação de cobertura de 1:1.

Espera-se que o custo de transação do instrumento de cobertura gere ineficácia. O Haitong Bank minimiza esse custo de transação/ineficácia ao contratar derivados de curto prazo.

A 30 de Junho de 2019, a informação dos investimentos líquidos considerados pelo Grupo nas estratégias de cobertura total ou parcial em subsidiárias e dos instrumentos de cobertura utilizados, é apresentada como se segue:

(milhares de euros)

	30.06.2019				
	Moeda	Investimento	Instrumentos	Investimento	Instrumentos
		líquido	de cobertura	líquido	de cobertura
Moeda	Moeda	Moeda	Euros	Euros	
Empresa					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	BRL	469 703	469 703	107 950	107 950

A informação relativa aos ganhos e perdas em financiamentos utilizados para a cobertura dos investimentos líquidos em instituições estrangeiras, reconhecido em reservas cambiais, é apresentada no mapa de alterações nos capitais próprios. Estas relações de cobertura foram consideradas eficazes durante todo o período de 2018, conforme política contabilística descrita na nota 2.4.2.

O Haitong Bank avalia o risco de taxa de juro da sua carteira bancária com recurso às métricas Net Interest Income (NII) e Economic Value of Equity (EVE).

A métrica de Net Interest Income mede a sensibilidade de um movimento das taxas de juro na margem financeira do Banco considerando um período de um ano e um balanço estático.

A métrica Economic Value of Equity mede a sensibilidade de um movimento nas taxas de juro sobre o valor presente dos fluxos de caixa projectados considerando todos os instrumentos até à sua data de vencimento.

A 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, os ativos e passivos da carteira bancária, sensíveis a risco de taxa de juro, tinham o perfil de repricing:

(milhões de euros)

	30 Junho 2019				
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos	657	355	210	572	74
Passivos	(397)	(503)	(169)	(595)	(50)
Gap	260	(148)	41	(23)	24

(milhões de euros)

	31 Dezembro 2018				
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos	674	286	174	463	64
Passivos	(407)	(522)	(103)	(633)	(42)
Gap	267	(236)	71	(170)	22

A tabela abaixo apresenta o impacto no valor económico da carteira bancária, considerando um cenário de aumento e diminuição das taxas de juro em 100 bps, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018:

(milhões de euros)

Cenário	Junho 2019	Dezembro 2018
+100 bps	4,5	0,6
-100 bps	(5,2)	(0,5)

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 a exposição do Grupo a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

30.06.2019			
	Activos financeiros detidos para negociação - Títulos	Títulos	Total
Portugal	-	406	406
Espanha	1 212	-	1 212
Polónia	10 697	-	10 697
Itália	-	99 844	99 844
	11 909	100 250	112 159

(milhares de euros)

31.12.2018			
	Activos financeiros detidos para negociação - Títulos	Títulos	Total
Portugal	3 808	182 495	186 303
Espanha	749	-	749
Itália	-	98 483	98 483
Polónia	13 768	-	13 768
	18 325	280 978	299 303

(¹) Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição das carteiras de títulos e activos financeiros de negociação, é analisado como se segue:

(milhares de euros)

30.06.2019						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Títulos						
Portugal	300	404	2	406	-	100
Maturidade até 1 ano	100	105	-	105	-	1
Maturidade superior 1 ano	200	299	2	301	-	99
Itália	100 000	99 861	58	99 844	(75)	(434)
Maturidade superior 1 ano	100 000	99 861	58	99 844	(75)	(434)
	100 300	100 265	60	100 250	(75)	(334)
Activos financeiros detidos para negociação - Títulos						
Espanha	1 100	1 209	3	1 212	-	-
Polónia	10 347	10 575	122	10 697	-	-
	11 447	11 784	125	11 909	-	-

(milhares de euros)

	31.12.2018					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Títulos						
Portugal	165 300	179 890	2 816	182 495	(211)	1 229
Maturidade superior 1 ano	165 300	179 890	2 816	182 495	(211)	1 229
Italia	100 000	98 500	58	98 483	(75)	(1 858)
Maturidade superior 1 ano	100 000	98 500	58	98 483	(75)	(1 858)
	265 300	278 390	2 874	280 978	(286)	(629)
Activos financeiros detidos para negociação - Títulos						
Portugal	3 300	3 749	59	3 808	-	-
Espanha	703	726	23	749	-	-
Polónia	12 605	13 641	126	13 768	-	-
	16 608	18 116	208	18 325	-	-

Contabilidade de Cobertura

A tabela abaixo inclui o detalhe dos instrumentos de cobertura utilizados e contabilizados na rubrica Derivados de cobertura, com referência a 30 de junho de 2019:

(milhares de euros)

	30.06.2019				
	Valor Nominal	Valor de Balanço		Alterações no justo valor (A)	Reserva cambial
		Activo	Passivo		
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras					
Instrumentos de cobertura					
Risco cambial					
Forward	107 950	-	1 047	(5 575)	(5 569)
Cobertura					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	n.a	n.a	n.a	2 223	2 223
Total	107 950	-	1 047	(3 352)	(3 346)

(A) Variações no justo valor utilizadas para calcular a ineficácia da cobertura

A tabela abaixo inclui informações sobre a eficácia das relações de cobertura, bem como os impactos nos resultados e outros resultados abrangentes, com referência a 30 de junho de 2019:

(milhares de euros)

	30-06-2019	
	Ganhos / (Perdas) realizados em Outros resultados	Cobertura de ineficácia reconhecida na demonstração de resultados (A)
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras		
Instrumentos de Cobertura		
Risco cambial		
Forward	(5 569)	(6)
(A) Ganhos / (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura		

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco actual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

O Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento de médio e longo prazo sustentável, tanto ao nível do Grupo como ao nível das suas subsidiárias, assegurando que o Banco é capaz de cumprir as suas obrigações à medida que estas se vão vencendo a um custo razoável, de modo a respeitar o apetite ao risco de liquidez definido pelo Banco, cumprindo os requisitos regulamentares em todas as geografias em que opera.

Para tal, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua actividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade directa da Comissão Executiva. O Coordenador Global de Tesouraria é responsável pela gestão operacional da liquidez, com as equipas locais a assegurarem a gestão diária de liquidez nos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, São Paulo e Varsóvia).

O Banco gere a sua liquidez estabelecendo uma política de risco de liquidez, monitorizando um conjunto de indicadores de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, executando testes de stress e definindo planos de contingência e através do estabelecimento de limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 30 de Junho de 2019, o Banco detinha 610 milhões de Euros de ativos líquidos de alta qualidade (634 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2018), dos quais 243 milhões de Euros correspondiam a depósitos à ordem disponíveis junto do Banco de Portugal (303 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2018). O valor remanescente de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia (principalmente Portugal, Itália e Polónia) e por obrigações do tesouro brasileiro denominadas em reais brasileiros e detidas pela subsidiária do Haitong Bank no Brasil.

Em 30 de Junho de 2019, o Haitong Bank detinha um excedente de 458 milhões de Euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 402% (426% em Dezembro de 2018), confortavelmente acima dos limites regulamentares e internos.

Rácio de cobertura de Liquidez	Junho 2019	Dezembro 2018
Activos Líquidos de Elevada Qualidade	610	634
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	458	485
Rácio de Cobertura de Liquidez	402%	426%

O Haitong Bank obteve um financiamento de 60 milhões de Euros do Banco de Portugal no âmbito da Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO), com vencimento em 2020.

Em 2019, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram as linhas de crédito providenciadas por instituições financeiras, obrigações emitidas e depósitos de clientes (particulares e empresas).

O Haitong Bank efectua transacções de instrumentos derivados com clientes corporate e instituições financeiras, a maioria das quais abrangidas por acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. Credit Support Annex). Em situações de stress do mercado em que o valor dos derivados sofre um impacto significativo, o Haitong Bank pode ser chamado a colocar montantes de garantias adicionais. As posições de derivados e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas notas 19 e 27, respectivamente.

A 30 de Junho de 2019, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	30.06.2019						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	277 191	-	-	-	-	-	277 191
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	7 707	1 342	16 789	255 124	282 163	-	563 125
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento i	844	38 652	37 047	348 910	20 057	-	445 510
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	36 426	148 182	248 328	-	-	432 936
Aplicações em instituições de crédito	4 188	230 132	55 548	-	-	-	289 868
Crédito a clientes	6 039	99 178	72 075	215 173	206 562	-	599 027
Instrumentos Derivados	5 610	422 540	299 111	425 603	74 295	130 173	1 357 332
	301 579	828 270	628 752	1 493 138	583 077	130 173	3 964 989
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	445 992	3 203	68 603	787 495	44 091	-	1 349 384
Recursos de clientes	23 054	186 944	187 794	38 296	-	-	436 088
Responsabilidades representadas por títulos	-	6 314	115 207	149 499	703	-	271 723
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	5 334	-	-	-	-	-	5 334
Instrumentos derivados	5 442	423 947	293 297	454 425	73 889	-	1 251 000
	479 822	620 408	664 901	1 429 715	118 683	-	3 313 529

A 31 de Dezembro de 2018, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2018						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	341 217	-	-	-	-	-	341 217
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	38 410	19 377	3 520	241 510	207 417	-	510 234
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento i	144 033	13 633	55 008	301 443	5 452	-	519 569
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	-	75 009	38 216	-	-	113 225
Aplicações em instituições de crédito	-	124 927	-	-	-	-	124 927
Crédito a clientes	1 943	119 391	52 151	99 320	345 721	-	618 526
Instrumentos Derivados	-	299 429	142 573	534 917	36 709	148 113	1 161 741
	525 603	576 757	328 261	1 215 406	595 299	148 113	3 389 439
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	292	236 950	375 020	453 490	42 995	-	1 108 747
Recursos de clientes	22 904	214 278	142 202	20 755	-	-	400 139
Responsabilidades representadas por títulos	-	20 773	65 711	225 975	699	-	313 158
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	119 907	-	-	-	-	-	119 907
Instrumentos derivados	-	308 304	135 669	564 783	36 703	-	1 045 459
	143 103	780 305	718 602	1 265 003	80 397	-	2 987 410

Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídicos estão incluídos nesta definição. Desta forma, considera-se o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação e de compliance.

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das actividades regulares de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método “Standard” tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Grupo Haitong Bank S.A. para 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018:

	30.06.2019		31.12.2018	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	24,3%	24,0%	22,9%	22,6%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	30,3%	30,0%	28,7%	28,3%
Rácio Fundos Próprios Totais	30,4%	30,1%	28,9%	28,5%

Os pressupostos utilizados para os cálculos de adequação de capital encontram-se descritos no capítulo IT & Controlo Interno | Gestão de Riscos | Solvabilidade no Relatório de Gestão.

DECLARAÇÃO SOBRE A AUDITORIA ÀS CONTAS

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que a informação financeira relativa ao primeiro

semestre de 2019 do Haitong Bank, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação não foi sujeita a auditoria.

Lisboa, 24 de setembro de 2019

Lin Yong

Presidente do Conselho de Administração

Wu Min

Presidente da Comissão Executiva

Alan do Amaral Fernandes

Membro da Comissão Executiva

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho

Membro da Comissão Executiva

Paulo José Lameiras Martins

Membro da Comissão Executiva

Vasco Câmara Pires Santos Martins

Membro da Comissão Executiva

António Domingues

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Pan Guangtao

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Poon Mo Yiu

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Vincent Marie L. Camerlynck

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Zhang Xinjun

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Produto

Experiência

Pessoas

Suporte

IT e Controlo Interno

Demonstrações Financeiras

Anexos

ANEXOS





-
- 182** Ações e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização
 - 184** Órgãos Sociais e Comissões / Comités
 - 185** Declaração de Conformidade

AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

(Anexo referido no parágrafo 5 do Artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração	Títulos	Títulos detidos a 31/12/2018	Transações no 1S2019			Títulos detidos a 30/06/2019	
			Data	Aquisições	Alienações		
Wu Min	-	-	-	-	-	-	
Lin Yong	Haitong International Securities Group Limited - Ações Ordinárias	5,269,706	15/03/2019	173,349 ⁽¹⁾		5,753,318	
			19/03/2019	132,534 ⁽²⁾			
			13/05/2019	177,729 ⁽³⁾			
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	3,409,098	27/06/2019	900,000 ⁽⁴⁾		4,309,098	
	Haitong International Securities Group Limited - Ações Atribuídas (diferidas)	971,606	15/03/2019		173,349 ⁽¹⁾	1,237,749	
			19/03/2019		132,534 ⁽²⁾		
			04/04/2019	749,755 ⁽⁵⁾			
			13/05/2019		177,729 ⁽³⁾		
	Alan do Amaral Fernandes	-	-	-	-	-	-
António Domingues	-	-	-	-	-	-	
Poon Mo Yiu	Haitong International Securities Group Limited - Ações Ordinárias	2,309,935	15/03/2019	94,533 ⁽⁶⁾		2,416,444	
			19/03/2019	11,976 ⁽⁷⁾			
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	1,706,044	27/06/2019	350,000 ⁽⁸⁾		2,056,044	
	Haitong International Securities Group Limited - Ações Atribuídas (diferidas)	118,485	15/03/2019		94,533 ⁽⁶⁾	236,902	
			19/03/2019		11,976 ⁽⁷⁾		
			04/04/2019	224,926 ⁽⁹⁾			
	Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho	-	-	-	-	-	-

Conselho de Administração	Títulos	Títulos detidos a 31/12/2018	Transações no 1S2019			Títulos detidos a 30/06/2019
			Data	Aquisições	Alienações	
Pan Guangtao	-	-	-	-	-	-
Paulo José Lameiras Martins	-	-	-	-	-	-
Vasco Câmara Pires dos Santos Martins	-	-	-	-	-	-
Vincent Marie L. Camerlynck	-	-	-	-	-	-
Zhang Xinjun	-	-	-	-	-	-

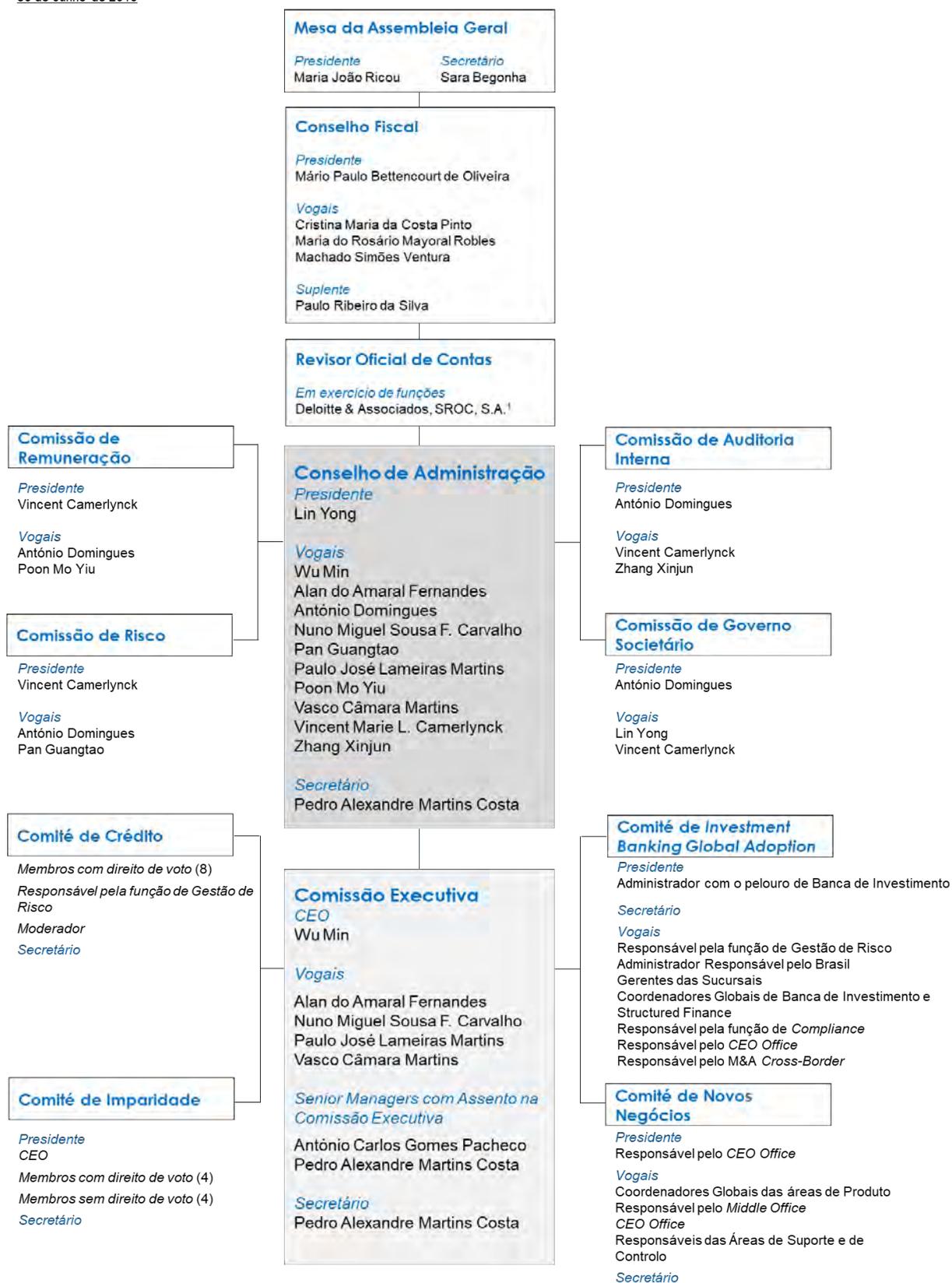
Conselho Fiscal / Revisor Oficial de Contas	Títulos	Títulos detidos a 31/12/2018	Transações no 1S2019			Títulos detidos a 30/06/2019
			Data	Aquisições	Alienações	
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-	-	-	-	-	-
Cristina Maria da Costa Pinto	-	-	-	-	-	-
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	-	-	-	-	-	-
Paulo Ribeiro da Silva	-	-	-	-	-	-
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	-	-	-	-	-	-

Notes:

- (1) 173.349 ações diferidas foram disponibilizadas em 15/3/2019
(2) 132.534 ações diferidas foram disponibilizadas em 19/3/2019
(3) 177.729 ações diferidas foram disponibilizadas em 13/5/2019
(4) Atribuição de opções sobre ações
(5) Disponibilização de ações atribuídas
(6) 94.533 ações diferidas foram disponibilizadas em 15/3/2019
(7) 11.976 ações diferidas foram disponibilizadas em 19/3/2019
(8) Atribuição de opções sobre ações
(9) Disponibilização de ações atribuídas

ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES / COMITÉS

30 de Junho de 2019



¹ Deloitte & Associados, SROC, S.A. representado por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários;
- b) As demonstrações financeiras referidas na alínea a) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- c) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2019, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 24 de setembro de 2019

Lin Yong

Presidente do Conselho de Administração

Wu Min

Presidente da Comissão Executiva

Alan do Amaral Fernandes

Membro da Comissão Executiva

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho

Membro da Comissão Executiva

Paulo José Lameiras Martins

Membro da Comissão Executiva

Vasco Câmara Pires Santos Martins

Membro da Comissão Executiva

António Domingues

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Pan Guangtao

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Poon Mo Yiu

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Vincent Marie L. Camerlynck

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Zhang Xinjun

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

CONTACTOS

Haitong Bank, S.A.

Edifício Quartzo (Head Office)

Rua Alexandre Herculano, 38 1269-180 Lisboa – Portugal

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 8º andar Itaim Bibi, CEP 04538-905

São Paulo – Brasil

Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Espanha

Paseo de la Castellana 52, 1º andar 28046 Madrid – Espanha

Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Londres

1 Aldermanbury Square, 3º andar Londres EC2V 7HR – Reino Unido

Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Varsóvia

Zlota 59th Street, 5º andar 00-120 Varsóvia – Polónia

Haitong Investment Ireland p.l.c.

Spencer Row, Spencer House, 4º andar Off Store Street, Dublin 1

D01 R9T8 – Irlanda



+351 21 3196900



mail@haitongib.com



www.haitongib.com



LinkedIn Haitong

HAITONG BANK, S.A.

Edifício Quartzo – Rua Alexandre Herculano, 38 | 1269-180 Lisboa | PORTUGAL Capital Social: 844 769 000 euros
Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e Pessoal nº 501 385 932